

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



Henriques Manuel

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação Final de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXVII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

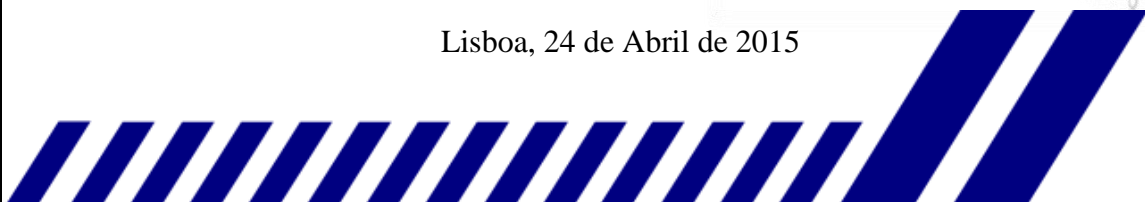
**A Investigação Criminal no Estado de Direito
Democrático: *Autonomia e Dependência da Polícia de
Investigação Criminal em Moçambique***

Orientadores:

Professor Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente

Mestre João da Costa Andrade

Lisboa, 24 de Abril de 2015



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

HENRIQUES MANUEL

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação Final de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXVII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**A Investigação Criminal no Estado de Direito
Democrático: *Autonomia e Dependência da Polícia de
Investigação Criminal em Moçambique***

Orientadores:

Professor Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente

Mestre João da Costa Andrade

Lisboa, 24 de Abril de 2015



Estabelecimento de Ensino: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Autor: Henriques Manuel

Curso: XXVII – Mestrado Integrado em Ciências Policiais

Título da obra: A Investigação Criminal no Estado de Direito Democrático:
Autonomia e Dependência da Polícia de Investigação Criminal

Orientador: Professor Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente

Mestre João da Costa Andrade

Local de Edição: Lisboa

Data de Edição: 24 de Abril de 2015



**“A qualidade nunca se obtém por acaso, ela é sempre resultado do esforço
inteligente.”**
John Ruskin

DEDICATÓRIA

*Aos moçambicanos e residentes em Moçambique;
E todos aqueles que acreditam em mim.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela graça e bênção concedida, e pela saúde e força de vencer todos os obstáculos e chegar a este momento.

Aos meus orientadores, Professor Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente e Mestre João da Costa Andrade pela disponibilidade, paciência, oportunidade, sabedoria e responsabilidade na orientação, incentivo, apoio e atenção prestada nesta dissertação.

Aos meus pais, Manuel Afonso e Joaquina Tomola, que tão cedo partiram deste mundo sem ver o fruto que brota do saber saber e saber fazer, por serem a minha maior inspiração e pelo contributo prestado do saber ser/estar enquanto ser humano, que descansem em paz.

À minha companheira, amiga, confidente e esposa Percina Dique Jeremias Machalele pelo apoio, carinho, paciência e amor transmitido ao longo da formação.

Aos meus irmãos Daniel, Rosa, Olinda e Cadaum e todos os familiares por fazerem parte da minha vida, vai um agradecimento especial.

Ao Inspector Horácio Justino Maússe, Inspector Januário Bernardo Cumbane, Inspector Nhantave, Inspector Nota, Dr. Agnaldo, ao pessoal da Direcção da PIC e do Comando da PRM da Cidade de Maputo, muito obrigado pelo apoio moral.

Ao Mestre Eurico José e Assane Saíde, pelo apoio moral prestado.

A Dr.^a Judite António Sindique Correia, ao Dr. Ramadane Imano, Dr. Naftal Luís Zucula, Dr. Faustino Francisco Rongarisae, Dr. Arlindo Fole Nthupi, Dr. Duarte João Luís Omar, Dr. Januário Bernardo Cumbane, Dr. Marciano Almeida Chilale, pelo contributo na substância da matéria deste trabalho em entrevistas concedidas.

Aos meus padrinhos de Baptismo e Crisma, Foice Amélia Singuireia e Raul Gomes, pelo sábio ensinamento das coisas da vida ao longo deste percurso em Portugal.

Aos meus tios (as) Raul Auessa, Tomé Moneia, Costa Afonso e Hermínia.

Ao povo moçambicano, em especial da Vila Municipal de Ribaué.

À Polícia da República de Moçambique, pela oportunidade da bolsa de estudos que me foi concedida em prol da causa nacional de prevenção e repressão do crime, no princípio de respeito da pessoa humana e nos limites da lei e da Constituição.

Aos meus camaradas de Moçambique, Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau e todos do 26º e 27º CFOP, pelo apoio prestado.

A todos vós, o meu muito **obrigado!**

RESUMO

Nos dias de hoje, em qualquer Estado de direito democrático, a polícia exerce diversas actividades, sejam de natureza executiva e mais direccionadas à matéria da ordem e tranquilidade públicas, sejam de cariz puramente administrativo, sejam de natureza judiciária conferida no quadro de coadjuvação e de prossecução de actos próprios no âmbito da legislação processual penal, dentro dos limites do estritamente necessário e atento o elementar respeito da dignidade da pessoa humana. Todas estas realidades desenvolvem-se, como imposto por tal respeito, dentro dos limites e princípios constitucionais de um Estado de direito democrático, sendo neste contexto que se enquadra a Polícia da República de Moçambique e sua actuação.

A investigação criminal, instrumento de resposta a operadores judiciais e auxiliar das ciências criminais que visa apurar na prática a responsabilidade criminal, tem por objecto os fatos juridicamente relevantes resultantes das condutas humanas que conduzem à materialidade e à autoria do crime. A sua função centra-se, pois nos actos de promoção do processo e desenvolvimento de todas as diligências que se afigurem necessárias, sempre com respeito pelos limites e princípios constitucionais.

A almejada autonomia e independência da Polícia de Investigação Criminal em Moçambique no referido contexto de um Estado de direito democrático, implicam que se analise o cumprimento das imposições legalmente instituídas a nível interno e internacional de forma a garantir o profissionalismo, eficácia e eficiência policial.

O actual sistema de dependência não pode ser visto como barreira para o bom funcionamento da instituição. Os problemas que actualmente enfrenta a PIC não se resolvem pela mudança do sistema de dependência ou pela mudança do nome da instituição, mas antes pela reorganização da sua estrutura, formação dos quadros nas várias especialidades, apetrechamento adequado e motivação dos seus profissionais.

Havendo necessidade de alteração da orgânica da PRM, impõe-se a revisão do art.º 255º da CRM, caso contrário, qualquer decisão política a ser tomada nesse sentido estará porventura ferida de inconstitucionalidade por violar o princípio do comando único.

Palavras-chave: Estado de direito democrático, polícia de investigação criminal, Moçambique, autonomia, dependência.

ABSTRACT

Today, in any democratic rule of law, the police have varied activities, are of an executive nature and more targeted to the matter of public order and tranquility, are purely administrative nature, whether judicial nature conferred on cooperation framework and pursuing personal powers under the criminal procedure law, within the limits strictly necessary and based on the basic respect for the dignity of the human person. All these realities are developed, as imposed by such respect within the limits and constitutional principles of a democratic rule of law, and in this context that fits the Police of Mozambique and its performance.

The criminal investigation, means of responding to the judiciary and assist of criminal science that aims to determine in practice the criminal, is to determine the legally relevant facts resulting from human behaviors that lead to the materiality and authorship of the crime. Its function focuses, as the process of promoting acts and development of all the steps that are necessary, always with the limits and constitutional principles.

The desired autonomy and independence of the Criminal Investigation Police in Mozambique in that context of a democratic rule of law imply an examination of compliance with taxes legally imposed at home and abroad to ensure the professionalism, effectiveness and police efficiency. The current system of dependency cannot be seen as a barrier to the proper functioning of the institution. The problems currently facing the PIC cannot be solved by changing the dependency system or by the institution name change, but rather the reorganization of its structure, staff training in various specialties, appropriate equipping and motivation of its employees.

If it is necessary to amend the Organic of Mozambican Police, requires the revision of article 255 of Constitution of the Republic of Mozambique, otherwise, any policy decision to be made in this direction is perhaps wound unconstitutional for violating the principle of single command.

Keywords: Democratic rule of law, criminal investigation police, Mozambique, autonomy, addiction.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------------|-------------------------------------------------------|
| Ac.CC | Acórdão do Conselho Constitucional |
| AJ | Autoridade Judiciária |
| al.) | Alínea |
| art.º | Artigo |
| ACIPOL | Académia de Ciências Policiais |
| AP | Autoridade da Polícia |
| APC | Autoridade de Polícia Criminal |
| APIC | Autoridade da Polícia de Investigação Criminal |
| CADHP | Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos |
| CC | Código Civil |
| CDEP | Curso de Direcção e Estratégia Policial |
| Cfr. | Confira/Conforme |
| CFOP | Curso de Formação de Oficiais de Polícia |
| CG-PRM | Comando Geral da Polícia da República de Moçambique |
| CIEDS | Comité Intra-estatal de Defesa e Segurança |
| CMICP | Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais |
| Coord. | Coordenador (a) |
| CP | Código Penal |
| CPM | Corpo de Polícia de Moçambique |
| PPM | Polícia Popular de Moçambique |
| CPP | Código de Processo Penal |
| CRM | Constituição da República de Moçambique |
| CRP | Constituição da República Portuguesa |
| CRPM | Constituição da República Popular de Moçambique |
| DL | Decreto-Lei |
| DN | Direcção Nacional |
| DNPIC | Direcção Nacional da Polícia de Investigação Criminal |
| DUDH | Declaração Universal dos Direitos do Homem |
| Ed., | Edição |
| EMP | Estatuto do Ministério Público |
| FPLM | Forças Populares de Libertação de Moçambique |

ISCPSI-ICPOL Centro de Investigação Policial do Instituto Superior de Ciências
Policiais e Segurança Interna - Portugal

| | |
|-----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| INTERPOL | Internacional Police (Polícia Internacional) |
| ISCPSI | Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna |
| ISCPS | Instituto Superior de Ciências Políticas e Sociais |
| MAI | Ministério da Administração Interna |
| MINT | Ministério do Interior |
| MJ | Ministério da Justiça |
| MP | Ministério Público |
| n.º | Número |
| OAM | Ordem dos Advogados de Moçambique |
| OPC | Órgão de Polícia Criminal |
| Org. | Organização |
| PALOP's | Países Africanos de Língua Oficial Português |
| p. | Página |
| PEPRM | Plano Estratégico da Polícia da República de Moçambique |
| PGR | Procurador-Geral da República ou Procuradoria-Geral da República |
| PIC | Polícia de Investigação Criminal |
| pp. | Páginas |
| PRM | Polícia da República de Moçambique |
| Reimp., | Reimpressão |
| SADC | Southern Africa Development Community (Comunidade para Desenvolvimento da África Austral) |
| SADCC | Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral |
| SARPCO | Southern Africa Regional Police Chiefs of Cooperation Organization – (Organização da Cooperação dos Chefes de Polícia da Região da África Austral) |
| ss | Seguintes |
| Vol. | Volume |
| UCM | Universidade Católica de Moçambique |
| UCL | Universidade Católica de Lisboa |
| UTL | Universidade Técnica de Lisboa |

Índice

| | |
|--------------------------------------------------------------------|-----------|
| DEDICATÓRIA | v |
| AGRADECIMENTOS..... | vi |
| RESUMO | vii |
| ABSTRACT | viii |
| LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS | ix |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| CAPÍTULO I | 12 |
| A POLÍCIA E O ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO..... | 12 |
| 1. O ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO | 12 |
| 2. DO CONCEITO CONTEMPORÂNEO DE POLÍCIA | 18 |
| 2.1. Do Direito de (a) Polícia e do Poder de (a) Polícia..... | 19 |
| 3. A POLÍCIA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE | 23 |
| 3.1. Enquadramento histórico-jurídico da PRM..... | 23 |
| 3.2. Natureza, organização e missões da PRM | 24 |
| 3.3. A PRM como Órgão de Polícia Criminal e Polícia integral | 25 |
| 3.4. PRINCÍPIOS DA ACTUAÇÃO POLICIAL | 27 |
| CAPÍTULO II..... | 29 |
| INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E PROCESSO PENAL | 29 |
| 1. A GENÉSE DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL..... | 29 |
| 1.1. Objectivos e objecto da investigação criminal | 32 |
| 1.2. Políticas Públicas de Segurança: Liberdade e Segurança | 33 |
| 2. DO “DIREITO” PROCESSUAL PENAL | 38 |
| 2.1. Conceito e âmbito do «direito» processo penal | 38 |
| 2.2. Objecto e objectivos do direito processual penal | 39 |
| 3. A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL EM MOÇAMBIQUE | 41 |
| 3.1. Contexto histórico-jurídico da investigação criminal | 41 |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 3.2. Organização e funções da Polícia de Investigação Criminal | 43 |
| CAPÍTULO III | 48 |
| DA NOTÍCIA DO CRIME E AUTONOMIA DA PIC | 48 |
| 1. DA NOTÍCIA DO CRIME E A GESTÃO DO LOCAL DO CRIME..... | 48 |
| 2. DA AUTONOMIA DA POLÍCIA DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL . | 51 |
| 2.1. Autonomia orgânica e hierárquica | 51 |
| 2.2. Autonomia técnica e tática | 52 |
| 3. DOS INTERVENIENTES NA INSTRUÇÃO PREPARATÓRIA DOS PROCESSOS CRIMES | 54 |
| 3.1. Autoridades de Polícia e Órgãos de Polícia Criminal | 54 |
| 3.2. O Ministério Público | 56 |
| 3.3. Autoridades Judiciais | 58 |
| 4. DO RELACIONAMENTO ENTRE OPC E AUTORIDADES JUDICIÁRIAS | 58 |
| CAPÍTULO IV..... | 60 |
| DA DEPENDÊNCIA E DO PARADIGMA DA PIC | 60 |
| 1. DOS SISTEMAS DE DEPENDÊNCIA ALTERNATIVOS | 60 |
| 1.1. Sistema de dependência autónoma..... | 60 |
| 1.2. Sistema da completa ou total dependência..... | 61 |
| 1.3. Sistema de dependência funcional | 62 |
| 1.3.1. Problemas do sistema de dependência funcional | 64 |
| 2. O PARADIGMA DE UMA PIC AUTONOMA DA PRM..... | 65 |
| 2.1. À luz da Comunidade para Desenvolvimento da África Austral | 65 |
| 2.2. À luz da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa | 67 |
| 2.3. À luz da Constituição da República de Moçambique | 69 |
| 3. PROBLEMAS EMERGENTES DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL: QUE SOLUÇÕES?..... | 71 |
| CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES | 75 |

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 80 |
| APÊNDICES | ii |
| APÊNDICE I: Credencial para pesquisas e realização das entrevistas em Moçambique | ii |
| APÊNDICE II: Modelo da nota introdutória das entrevistas | iv |
| APÊNDICE III: Modelo do Guião das entrevistas | v |
| APÊNDICE IV: Entrevista do Dr. Marciano Almeida Chilale..... | vi |
| APÊNDICE V: Entrevista do Dr. Januário Bernardo Cumbane..... | viii |
| APÊNDICE VI: Entrevista do Dr. Duarte João Luís Omar..... | xi |
| APÊNDICE VII: Entrevista do Dr. Arlindo Fole Nthupi | xiii |
| APÊNDICE VIII: Entrevista do Dr. Faustino Francisco Rongarisae | xvi |
| APÊNDICE IX: Entrevista da Dr. ^a Judite António Sindique Correia | xix |
| APÊNDICE X: Entrevista do Dr. Naftal Luís Zucula | xxii |
| APÊNDICE XI: Entrevista do Dr. Ramadane Imano | xxv |
| ANEXOS..... | xxviii |
| ANEXO I: Notícia - media Fax do Jornal Savana, Pedro Cossa | xxviii |
| ANEXO II: Notícia - Canal de Moçambique, António Frangoulis | xxix |
| ANEXO III: Lei n.º 16/2013, de 13 de Agosto –Lei da PRM | xxxii |

“Se queres conhecer uma civilização, estuda a sua polícia.”

Luís de Camões

INTRODUÇÃO

Num Estado de Direito Democrático, a pessoa humana e o respeito pela sua dignidade surgem como fim último de qualquer actividade que aí se exerce, o que implica a existência de mecanismos de controlo, ordem e segurança. Neste tipo de Estado, a actividade de investigação criminal tem de respeitar as normas e princípios de direito democrático, assim como, e de forma integral, os direitos fundamentais da pessoa humana. Os meios humanos e materiais devem ser correctamente equacionados, pois também só assim é possível garantir o cumprimento de todos esses fins e elevar o nível do profissionalismo dos vários intervenientes que são chamados a desempenhar um papel de relevo no âmbito da investigação criminal, competência da polícia e outros organismos legitimados.

Na República de Moçambique, o legislador designou a polícia moçambicana por Polícia da República de Moçambique – PRM¹, que tem por função “garantir a lei e ordem, a salvaguarda da segurança de pessoas e bens, a tranquilidade pública, o respeito pelo Estado de Direito Democrático e a observância estrita dos direitos fundamentais dos cidadãos”. Esta polícia rege-se pelos princípios de “obediência a lei, isenção, imparcialidade ao serviço do cidadão e das instituições públicas e privadas” nos termos do art.º 254.º da Constituição da República de Moçambique – CRM².

Nas palavras de GERMANO MARQUES DA SILVA, “a Polícia trata por excelência do mal: quer se trate das consequências que acarreta o comportamento não virtuoso dos homens (mal moral), quer dos efeitos destruidores da natureza ou simplesmente das variadas disfunções sociais”³. É esta polícia que salvaguarda a segurança de todos.

A função da PRM preceituada no n.º 1 do art.º 254.º da CRM se alcança quando se materializam os objectivos fundamentais do “bem-estar material, espiritual e de qualidade de vida dos cidadãos” (al. c) do art.º 11.º da CRM), da “defesa e a promoção dos direitos humanos e da igualdade social e da igualdade perante a lei” (al. e) do art.º 11.º da CRM) e do “reforço da democracia, da liberdade, da estabilidade social e da harmonia social e individual” (al. f) do art.º 11.º da CRM).

¹ Cfr. Nos termos da Lei n.º 16/2013, de 12 de Agosto - Lei da Polícia da República de Moçambique que revoga a Lei n.º 5/88, de 27 de Agosto, e Lei n.º 19/92, de 31 de Dezembro, publicada no Boletim Oficial da República de Moçambique, 7º Suplemento, Imprensa Nacional de Moçambique, I-SÉRIE, N.º 64.

² Cfr. CRM, ANEXO III, publicada no Boletim Oficial da República, I-Série, Número 51, de 22-12-2004.

³ Cfr. GERMANO MARQUES DA SILVA, *Ética Policial e Sociedade Democrática*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, 2001, p.87.

Constitucionalmente, a República de Moçambique é um Estado de Direito Democrático. Não só porque tal é expressamente afirmado na sua Constituição, mas também porque começou já a criar as imprescindíveis condições materiais para a efectivação das liberdades e garantias previstas na Constituição⁴. Neste âmbito, considera Célio dos Santos que “a investigação criminal no Estado Democrático de Direito está informada pelo princípio *democrático*, baseado na defesa dos direitos fundamentais, ..., as acções estaduais, as acções investigativas gerais devem ser pautadas pela dignidade da pessoa humana, por fundamentos investigativos”⁵. Seguindo este pensamento, deverá relevar-se que “a qualidade de qualquer Estado Democracia é tributária da qualidade da sua polícia. A polícia é um símbolo dos mais visíveis do poder e é por isso essencial que o povo tenha confiança na sua integridade. É esta confiança que, em grande parte, mantém a ordem e a estabilidade social, e é condição da legitimação sociológica da polícia”⁶.

Nesse sentido, deve-se lançar o olhar à causa da polícia de forma a projectá-la em todas as frentes e meios de modo a que possa desenvolver a sua missão com eficácia, eficiência e profissionalismo⁷ nos limites da lei⁸, ou seja, com integral respeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos e na conjuntura da autonomia que lhe é consignada pela lei.

O presente trabalho enquadra-se no âmbito da Dissertação Final do Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, onde se pretende levar a cabo um estudo sobre “**A Investigação Criminal no Estado de Direito Democrático: *Autonomia e Dependência da Polícia de Investigação Criminal em Moçambique***”.

As motivações da escolha do tema foram várias, sendo que optou-se por sintetizá-las nos seguintes termos: o facto de a Polícia de Investigação Criminal (PIC), ao abrigo da Lei n.º 16/2013, de 12 de Agosto, e Decreto-lei n.º 25/75, de 18 de

⁴ Cfr. ANTÓNIO COSTA DAVIDE UCAMA, *A Independência do Poder Judicial em Moçambique*. Tese de Mestrado em Ciência Política. Governação e Relações Internacionais: Beira, 2013, p.101.

⁵ Cfr. CÉLIO JACINTO DOS SANTOS, *Investigação Criminal. Seu regime no marco de Estado democrático de direito*, Vol. I: Porto Alegre, 2013, p. 115.

⁶ Cfr. GERMANO MARQUES DA SILVA, *Ética policial e sociedade...*, 2001, p.20

⁷ A profissionalização e a inerente autonomia da polícia acarreta a tendência para que seja a polícia a definir as suas finalidades e os meios de intervenção, redefinindo no seu seio os fins que considera legítimos e os mecanismos de os executar, erigindo-se a si mesma como o objecto e o fim da sua actividade. Cfr. GERMANO MARQUES DA SILVA, *Ética policial e sociedade...*, 2001, p.83.

⁸ Segundo RODRIGO MAIA “a lei é igual para todos e o princípio da independência funcional pode ser considerado um instrumento da igualdade. Cfr. RODRIGO DE ALMEIDA MAIA, *Em nome da sociedade: o Ministério Público nos sistemas constitucionais do Brasil e de Portugal*, Lisboa, Setembro de 2009, p. 17. Acessível em <http://icjp.pt/sites/default/files/media/634-951.pdf>.

Outubro⁹, no sistema jurídico criminal moçambicano, necessitar de uma outra dinâmica, nomeadamente o profissionalismo, autonomia e a dependência de modo a responder com exaustão as exigências da investigação criminal num Estado de Direito Democrático como Moçambique, assim como no âmbito das organizações internacionais de que Moçambique faz parte.

O art.º 1.º da Lei n.º 16/2013, de 12 de Agosto – Lei Base da PRM –, adiante designada por Lei n.º 16/2013, estabelece que “ A PRM é um serviço público, apartidário, de natureza paramilitar integrado no Ministério que superintende área de ordem e segurança pública”. Na mesma óptica, o legislador consagrou que a “Polícia é uma área de actividades, cuja estrutura compreende o Comando Geral da Polícia”, segundo Diploma Ministerial n.º 68/2001, de 02 de Maio, que publica o Estatuto Orgânico do Ministério do Interior. Acresce-se ainda que a PRM é uma polícia que possui amplas valências, “ramos e unidades”, ao abrigo do art.º 13.º da Lei n.º 16/2013, o que legitima que seja caracterizada como uma polícia integral com diversas competências para a prossecução da sua actividade.

A questão que se põe é se se pode e em que sentido é que se pode falar hoje da dependência da PIC, sendo certo tratar-se de uma polícia que se encontra na dependência orgânica e hierárquica do Ministério do Interior (MINT). De notar que o caso moçambicano não é singular, dado que tal dependência verifica-se em vários outros países, o que provoca críticas por parte de alguns autores. A matéria não é pacífica, pelo que FIGUEIREDO DIAS refere mesmo que “... a solução a que se chega em Países onde, valendo a regra do estado-de-direito, todavia se entende, por razões políticas ou outras, diferir a competência hierárquica ao Ministério do Interior”¹⁰.

Será, pois, legítimo conferir actualidade ao objecto do presente estudo, sendo que vem sendo discutido e, por sinal, sem que se tenha atingido qualquer consenso. O problema que vem sendo colocado quanto à PIC é essencialmente da subordinação, ou seja, a dependência orgânica e hierárquica desta polícia, embora, no nosso entendimento, deveria discutir-se também a própria dependência funcional em geral, e em matéria de investigação criminal em especial, dada a sua dupla subordinação.

De forma resumida: se para alguns autores a solução passa por fazer depender a actuação da PIC ao Ministério da Justiça (MJ) ou ao Ministério Público (MP), já outros

⁹ Cfr. Decreto-lei que integra nas estruturas do Ministério do Interior a Polícia Judiciária de Moçambique - Polícia de Investigação Criminal.

¹⁰ Cfr. JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, *Direito processual penal*, I. Volume, Coimbra, 1981, p. 403.

autores defendem a sua autonomia, ou seja, ainda que integrada no MINT, sem qualquer subordinação do Comando Geral da Polícia. Outrossim é saber se o legislador permite ou algo deve ser feito como solução viável, no respeito da CRM e da Lei.

Coloca-se a questão da desintegração da investigação criminal na PRM. Entendemos que esta perspectiva deve ser vista tendo-se em conta ao acto patriótico do país e a dinâmica legislação que se vive desde a implantação da independência nacional. Não vem o legislador legislar o que a realidade já legislou ou determinou, há que ter cuidado na construção do discurso político nesta matéria, aliás, é pertinente que á priori seja colocada a questão á especialidade (no foro político) para análise da política criminal, onde possa-se traçar as principais directrizes desde ao âmbito da prevenção criminal, da segurança e em matéria processual penal. É de apoiar a opinião defendida pela MÓNICA FERRO que “A política como arte, como gestão do possível pressupõe (...) a existência de juízos de valores, de opções entre o desejável e o evitável, de um sistema de costumes e modos de ser e do racional para a acção política”¹¹.

É certo que na abordagem desta matéria tivemos, por um lado, uma inspiração como profissionais de polícia e da área da investigação criminal e, por outro, fomos interpelados com a questão colocada por PEDRO COSSA, porta-voz do Comando Geral da PRM – CGPRM – aos jornalistas, sobre a integração da PIC no Ministério Público. Na sua intervenção, PEDRO COSSA enfrentou aos jornalistas, apelando-os de seguinte forma “Que nos mostrem um caso aqui na África Austral onde a PIC está no Ministério Público...não nos tragam modelos europeus só para alcançar objectivos que eu desconheço...”¹². Em tal entrevista, o referido porta-voz explicou que a investigação criminal a nível da região é feita em cooperação “ a SARPCO¹³ congrega todas as polícias e as actividades de investigação são feitas em conjunto. É uma questão não de Moçambique, mas da região e as actividades de investigação nunca são feitas de forma isolada”. Fora das Comunidades, o caso evidente é a INTERPOL¹⁴.

Na perspectiva conjuntural, recorde-se que no âmbito Protocolo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)¹⁵ sobre a Cooperação nas Áreas de

¹¹ MÓNICA FERRO, *A ética paramentar – Contributos para um debate sobre um melhor Estado*, In EDUARDO PEREIRA CORREIA, (Coord)., *Liberdade e Segurança*, Lisboa, ISCPSP-ICPOL, 2015, pp. 45-53.

¹² Cfr. PEDRO COSSA em entrevista com media FAX. <http://www.savana.co.mz/index.php/20-demo-articles/119-pic-continua-de-pedra-e-cal-no-ministerio-do-interior>, acessível em 23-12-2014, Lisboa.

¹³ SOUTHERN AFRICA REGIONAL POLICE CHIEFS OF COOPERATION ORGANIZATION (Organização de Cooperação Regional dos Chefes de Polícia da África Austral)

¹⁴ POLÍCIA INTERNACIONAL (INTERNACIONAL POLICE)

¹⁵ Cfr. <http://www.interpol.int/Member-countries/Africa>, acessível em 16-12-2014, Lisboa.

Política, Defesa e Segurança foram criados e integrados vários organismos como SARPCCO no Comité Intra-estatal de Defesa e Segurança (CIEDS) que “representa mais um desenvolvimento em prol do fortalecimento da integração regional e da cooperação em matéria de policiamento na região”¹⁶.

As cooperações policiais são importantes e necessárias, advêm nelas o profissionalismo, a experiência, os conhecimentos que são conciliados com a cooperação da população – objecto e essência da actividade policial – PRM. Na óptica de GERMANO MARQUES DA SILVA “a população está disposta a colaborar com uma polícia que lhe pareça claramente legítima, ou seja, uma polícia que respeite a legalidade, seja tecnicamente eficaz, cumpra os imperativos morais dominantes e seja eticamente responsável”¹⁷.

A questão de saber qual a correcta colocação da PIC é precisamente considerada como um dos problemas do sistema como explica JANUÁRIO BERNARDO CUMBANE que “Este é o problema do conjunto do sistema no seu todo, em geral. Sendo já uma análise subjectiva, a PIC é a PIC, ela tem o seu quadro orgânico, tem os seus princípios que bem-haja, ...”¹⁸. E, é de partilhar a ideia de NICOLAU MAQUIAVEL que “Na antiguidade e continuidade do poder estão esbatidas as lembranças e as ocasiões das reformas: porque sempre uma modificação deixa lugar disposto para a edificação de outro”¹⁹.

Ainda nesta óptica, partilhando a opinião defendida por ANTÓNIO FRANGOULIS:

O primeiro interessado do trabalho da PIC é o Ministério Público. Não me oponho aos argumentos de que a PIC deve estar sob tutela do Ministério do Interior, mas, fora do Ministério do Interior, a PIC encontraria melhor organização e estruturação, porque continuando na tutela do Ministério do Interior, vai se dar a continuidade de uma série de coisas. Uma das coisas é a movimentação de quadros, tantos quadros da PIC transferidos para a PRM, assim como se pegar em quadros da PRM e mandar para a direcção da PIC, indivíduos que não entendem nada da carreira, para dirigir a PIC²⁰.

Nesta concepção e no âmbito das mudanças e das reformas que o Estado vem realizando em vários sectores, em geral, e de forma especial, no sistema judiciário

¹⁶ Cfr. JOÃO PAULO BORGES COELHO, SADC - *Cooperação e segurança* ..., 2011.

¹⁷ Cfr. GERMANO MARQUES DA SILVA, *Ética policial e sociedade* ..., 2001, p.85.

¹⁸ Cfr. JANUÁRIO BERNARDO CUMBANE, Inspector da PIC..., entrevista realizada 19-08-2014.

¹⁹ Cfr. NICOLAU MAQUIAVEL, *O príncipe*, Colecção Filosofia & Ensaios. Tradução de Carlos E. de Soveral, 11ª Ed., Lisboa: Guimarães, 2007, p. 13.

²⁰ ANTÓNIO FRANGOULIS em entrevista com o Canal de Moçambique sob tema “Estado e a Justiça moçambicana perdem com a substituição da PIC por SICRIM” realizada a 18-05-2009.

moçambicano, acolhemos os ensinamentos de JOSÉ MATOS TORRES que, “mais do que nunca, a reforma do Estado tem de assentar em critérios inteligentes e coerentes com uma linha estratégica de futuro. A visão estratégica de uma nação é o verdadeiro guião de uma reforma criteriosa do Estado”²¹. Acolhe-se também a ideia de NICOLAU MAQUIAVEL de que “dever-se-ia pensar que não há coisa mais difícil de tratar, nem mais duvidosa de lograr, nem mais arriscada de manejar do que tentar alguém introduzir reformas...”, fundamenta sua posição que “é por isso que todos os reformadores têm grandes dificuldades em conduzir-se, mil perigos no caminho, que convém superar mercê do próprio valor...”²². Nesta senda de ideias pretende-se que haja reflexão em relação a nossa polícia, reflexão essa que possa contribuir para a melhoria da função do serviço público que a polícia lhe é conferida de forma constitucional e legal.

Sobretudo, hoje em dia, o grande desafio dos organismos públicos é fazer mais e melhor com menos recursos, embora o ideal é ser igualmente eficiente, eficaz e efectivo de modo a proporcionar ao cidadão uma resposta cabal, de forma a garantir por um lado, o respeito dos direitos da pessoa humana, e por outro lado, a vontade do povo em acatar certas reformas e mudanças num Estado de Direito democrático.

Outrossim HENRIQUE CYMERMAN e JORGE REIS-SÁ defendem que mesmo “no modelo de Governação mais absoluto e conservador, houve lugar para a mudança”²³. A mudança não implica só alterar a própria substância que a constitui e qualifica o que se pretende mudar, é projecta-la numa visão nova adequável, necessária e aceitável em termos jurídicos e sociais.

A mudança de nome de Polícia de Investigação Criminal para Serviço de Investigação Criminal (SICRIM) “é uma atitude infeliz por completo, sobretudo ao se suprimir o prefixo “Polícia”, porque acredito que não há fundamentação possível para afastar a natureza da polícia”²⁴. Conclui-se com PEDRO CLEMENTE, segundo o qual, “no mundo actual procura-se conciliar o Estado protector com a maior exigência de autonomia individual, logo, a polícia age no sentido de oferecer a máxima liberdade aos concidadãos”²⁵.

²¹ Cfr. JOSÉ MATOS TORRES, *Não temos de ser Alemães*, 1ª Ed. Lisboa, 2014, p. 27.

²² Cfr. NICOLAU MAQUIAVEL, *O príncipe*, 11ª Ed., Lisboa: Guimarães, 2007, pp. 32-33.

²³ Cfr. HENRIQUE CYMERMAN e JORGE REIS-SÁ, *Francisco de Roma a Jerusalém*,...2014, p. 24.

²⁴ Cfr. ANTÓNIO FRANGOULIS, em entrevista com o Canal de Moçambique sob tema “Estado e a Justiça moçambicana perdem com a substituição da PIC por SICRIM” realizada a 18-05-2009.

²⁵ Cfr. PEDRO CLEMENTE, *A Ordem em Público*. In MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE (Coord), *Reuniões e Manifestações, Actuação Policial*: Almedina, 2009, pp. 119-138.

PROBLEMA E OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO

Falar hoje de autonomia e dependência da PIC é sem dúvida um grande desafio. É uma matéria que na justiça moçambicana é em algumas vezes discutida, sobretudo na abertura do ano judicial, nos informes da Procuradoria-Geral da República á Assembleia da República, nos meios de Comunicação Social e nos “bastidores” como também nas situações em que há uma situação na corporação policial, cujo seu tratamento pode colidir com outras instituições de administração da justiça ou similar.

Se é certo que o problema formulado pela pergunta de partida “constitui uma etapa-charneira da investigação, entre a ruptura e a construção”²⁶, Cumpre-nos então identificar qual o problema do objecto do estudo. Assim, o mesmo poderá ser desta forma identificado:

De que maneira é que o actual modelo de subordinação da PIC afecta o respeito pelos princípios do Estado de Direito Democrático, em especial no âmbito do processo penal e de que forma se poderá melhorar e elevar o nível de profissionalismo, eficácia e eficiência da investigação criminal em Moçambique?

A eficiência e a eficácia são dois conceitos muito antigos, mas implacavelmente actuais. Às vezes a eficiência conduz à eficácia. Em outras organizações, eficiência e eficácia não são relacionadas. Na óptica policial, a relação entre a eficácia e eficiência que se pretende, entende-se que passa-se na análise de quatro perspectivas:

A primeira passa-se por uma polícia não eficiente e não eficaz, que nunca alcançará os objectivos previamente definidos. A segunda afere que uma polícia não eficiente e eficaz implica que trabalha correctamente para alcançar determinado resultado, mas apresenta diversos erros durante o processo, ou seja, corre sérios riscos de não alcançar os objectivos estabelecidos. Os riscos podem apresentar duas categorias: riscos estratégicos (são riscos que têm a ver como médio-longo prazo, de abrangência transversal e sistémica); Riscos específicos (são aqueles riscos que têm a ver como curto prazo, de abrangência sectorial e confinados a um ou mais aspectos particulares da entidade. Pode referir-se a uma pessoa individualizada).

A terceira traduz o facto de uma polícia eficiente e não eficaz significa que cumpre as suas tarefas com o mínimo de erros, mas não está a caminhar para alcançar os objectivos estipulados, ou seja, dificilmente alcançará os objectivos previamente

²⁶ Cfr. JOSÉ LUÍS PINTO RAMALHO, *Metodologia de investigação científica*, Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares: 2005, p. 28.

definidos; Por último, uma polícia eficiente e eficaz significa que todas as possibilidades de alcançar os objectivos previamente definidos. Contudo, é certo que o sucesso das organizações policiais é, com larga medida determinado pelo grau com que estas se atingem os seus objectivos.

É evidente que o presente estudo pretende assumir-se como mais uma ferramenta onde se possam encontrar mais respostas relativas à temática em apreço como também um contributo para a actividade de investigação criminal em Moçambique e tem como objectivo geral:

Perceber se os sistemas de autonomia e de dependência da PIC são adequados às exigências da investigação criminal no âmbito de um processo penal próprio de um Estado de direito democrático, de modo a tentar melhorar e elevar o nível de profissionalismo, eficácia e eficiência da investigação criminal em Moçambique.

Um dos aspectos que merece alguma atenção no objectivo apresentado é o profissionalismo, adquirido pelo saber através dos conhecimentos científicos e da experiência na área, o qual deve-se conjugar com a eficiência, que é fazer certas as coisas, como também pela eficácia, que traduz as coisas certas. O resultado dos dois termos depende de “fazer certas as coisas certas”. Por isso, partindo do objectivo geral anteriormente estabelecido, pretende-se que se alcance os seguintes objectivos específicos:

- (i) Apreender a conceptualização de Estado de direito democrático e elencar princípios da actuação policial, finalidades do processo penal e da investigação criminal;
- (ii) Contextualizar as linhas definidoras da PRM e da PIC no sistema jurídico moçambicano;
- (iii) Identificar os sistemas de autonomia e dependência alternativos que possam contribuir para a melhoria da investigação criminal em Moçambique;
- (iv) Analisar e propor procedimentos no âmbito da gestão do local de crime e identificar os intervenientes na instrução preparatória dos processos crimes;
- (v) Esclarecer as condições de um modelo de autonomia da PIC em relação á PRM à luz da CRM e das organizações de que Moçambique faz parte a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

HIPÓTESES DA INVESTIGAÇÃO

Para poder orientar a investigação e chegar a conclusões viáveis em concomitante à pergunta de partida e os objectivos estabelecidos, é necessário haver um fio condutor, a qual designar-se-ia de “hipóteses de trabalho”. Essas hipóteses vão facilitar a selecção de dados e a organização da sua análise, as quais poderão no final de trabalho serem validadas ou refutadas. Assim, pretendemos aferir ou refutar as seguintes hipóteses:

A primeira hipótese consiste em saber se o actual sistema da dependência funcional da PIC perante o Ministério Público (MP) e dependência orgânica perante o Ministério do Interior é adequado à realidade do sistema jurídico criminal do país.

A segunda é referente área da gestão e formação, a qual pretende-se saber se a formação e especialização dos recursos humanos em diversas áreas da investigação criminal e o apetrechamento e motivação dos profissionais seriam os mecanismos adequados para tornar a PIC mais profissional, eficaz e eficiente;

Por último, na formulação da terceira hipótese pretende-se aferir se a eventual autonomia da PIC em relação à PRM será possível com a revisão Constitucional do art.º 255.º da CRM que estabelece o princípio do comando único.

METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Há que considerar que “...metodologicamente deve procurar-se fundamentar pressupostos, reforçar bases de análise, permitir a partilha de caminhos por outros investigadores”²⁷. Para a realização do presente trabalho recorreu-se, primeiramente, ao método qualitativo, de teor essencialmente teórico já existente, ou seja, uma abordagem que assenta na recolha de dados mediante fontes abertas para a constituição do *Corpus*. Partilhando a opinião de INOCÊNCIO GALVÃO TELLES, o método “é o conjunto de procedimentos intelectuais necessários para conduzir uma investigação a certo fim”²⁸.

O presente trabalho surge do desenvolvimento de dois grandes momentos.

O primeiro momento divide-se em várias fases. Assim, a primeira fase da pesquisa assenta na análise do conteúdo da bibliografia recolhida que corresponde ao objecto de estudo, e a segunda fase assenta no método qualitativo na utilização de

²⁷ Cfr. PAULA ESPIRITO SANTO, *Introdução à metodologia em ciências sociais – Génese, fundamentos e problemas*: Lisboa, Sílabo, 2010, p. 37.

²⁸ Inocêncio Galvão Telles, *Introdução ao Estudo do Direito*, Vol. II, 10ª Edição Reimpressão, Coimbra, 2001, p. 247.

técnicas das entrevistas as quais foram realizadas na República de Moçambique, direccionadas à magistratura judicial (Juiz de Instrução Criminal e Juiz da Causa do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo e Nampula, respectivamente) e do MP (Procurador da República do distrito de Ribaué na província de Nampula e Procurador da República da Cidade de Maputo), à PRM (Comandante da Esquadrada da PRM da Cidade de Maputo) e à PIC (Inspector da PIC e Chefe do Departamento Central da Técnica Criminalística). Na terceira fase procedeu-se ao tratamento e à análise dos vários conteúdos de acordo com os objectivos traçados, assim criando sustentação para elucidar a problemática em causa e proceder ao respectivo enquadramento teórico.

Num segundo momento dada a natureza jurídica do presente trabalho, foi usado o método da ciência jurídica. Isto porque, de facto, “o método da ciência jurídica é sobretudo técnico-jurídico. É um método de natureza lógico-abstracto...”²⁹. E a interpretação, construção e sistematização das normas jurídicas do direito positivo são essenciais para a construção de uma dogmática jurídica³⁰, necessária para a realização da ideia democrática, partilhando-se, pois, a opinião de BATISTA MACHADO, segundo a qual, “por um lado, porque possibilita uma maior certeza ou segurança jurídica, e, por outro, porque permite àquela que têm de votar as leis uma consciência mais clara das alterações legislativas que pretendam propor ou lhe sejam proposto”³¹.

Esta fase do trabalho centrar-se-á na perspectiva exegética³², através da qual se procura encontrar uma solução em resultado da interpretação das normas jurídicas; de seguida, atenta uma perspectiva dogmática que procura inserir os dados resultantes da interpretação das normas em uma lógica sistemática global e, finalmente atenta uma perspectiva teórica que procura elevar acima do direito positivo e formular orientações e conceitos úteis em várias ordens jurídicas³³.

²⁹ Cfr. GERMANO MARQUES DA SILVA, *Introdução ao Estudo do Direito*, 3ª Ed.,...,2009, p. 18

³⁰ Cfr. Segundo a dogmática jurídica ou seja, jurisprudência dos conceitos, “a ciência jurídica é puramente reprodutiva, estática e logica; analisa, compara, constrói, formula princípios, mas tudo isto sem espírito crítico, em cega obediência a uma vontade alheia, a do legislador. A vontade do legislador e as noções abstractas aí implícitas são dogmas que o jurista não discute”. Cfr. INOCÊNCIO GALVÃO TELLES, *Introdução ao Estudo do Direito*, Vol. II, 10ª Edição Reimpressão, Coimbra, 2001, p. 253.

³¹ Cfr. JOÃO B. MACHADO, *Introdução ao Direito ao Discurso legitimador*, Coimbra, 1985, p.360.

³² Para o método exegético, o primeiro valor a considerar é o Direito Positivo e, dentro deste, *a lei escrita*. A ideia principal inspiradora é a crença na Razão humana (...). Ao legislador caberá fazer transmutá-la em lei escrita. O Estado tudo pode e é-lhe fácil fazer felizes os cidadãos: basta legislar.

³³ Cfr. HÉLDER VALENTE DIAS, *Metamorfoses da Polícia: Novos paradigmas de segurança e liberdade*, Coimbra: Almedina, 2012.

ESTRUTURA CONCEPTUAL DO ESTUDO

Assim, de acordo com o tema proposto, sistematicamente, o presente trabalho estrutura-se em parte introdutória, 4 capítulos e conclusão. A primeira parte compreende introdução, temática e contexto do estudo, pergunta de partida, objectivos, hipóteses e metodologia. A segunda parte capitular estrutura-se da seguinte forma: No capítulo I abordam-se os conceitos de Estado de direito democrático e de Polícia. Pretende-se efectuar uma breve aproximação conceptual do Estado de direito democrático, recensear a evolução da Polícia, atentar ao conceito jurídico de (a) polícia e poder de (a) polícia, assim como enquadrar a PRM no ordenamento jurídico moçambicano e os princípios que regem a sua actuação como uma Polícia Integral e Órgão de Polícia Criminal.

No capítulo II elucidam-se os aspectos gerais pertinentes à investigação criminal e ao Direito Processual Penal. Visa-se analisar a noção de investigação criminológica e criminal, seus objectivos e, o conceito de direito processual penal – objecto e objectivos. A outra vertente é prende-se com definir o contexto da investigação criminal em Moçambique e o processo de políticas públicas de segurança na emergência dos direitos Humanos.

O capítulo III é dedicado à notícia do crime e à autonomia da PIC. Pretende-se fazer uma abordagem dos intervenientes na instrução preparatória dos processos crimes, ou seja, o MP, as autoridades de polícia e de PIC e OPC, bem como demonstrar o modelo de relacionamento entre eles no âmbito do processo penal. Elencar-se-á também os procedimentos da gestão do local de crime pelo primeiro elemento policial a chegar no local do crime, apos a recepção da respectiva notícia.

O capítulo IV aborda-se a dependência e o paradigma da PIC. Pretende-se fazer uma reflexão sobre a charneira paradigmática da dependência e da autonomia da polícia de investigação criminal em Moçambique a qual será explicada após análise e demonstração dos sistemas de dependências das polícias com competências investigação criminal. Analisar-se-ão também, de forma comparada, os modelos de dependências da SADC e CPLP no comando Constitucional moçambicano, e, por fim, elencar-se-ão problemas e soluções emergentes da investigação criminal em Moçambique.

O trabalho findará com as conclusões e recomendações.

CAPÍTULO I

A POLÍCIA E O ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO

1. O ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO

A ideia de Estado tem sua origem sobretudo “na construção, desde os primórdios da civilização, da necessidade de disciplinar-se o comportamento humano em comunidades, objectivando assegurar a coexistência pacífica dos indivíduos, restringindo a liberdade de acção em figura de algum comando coordenador da respectiva colectividade”³⁴. Ou seja, o Estado é uma “entidade abstracta, criada pelo homem para disciplinar a vida dos indivíduos no interesse geral”³⁵.

Na opinião do MANOEL FILHO, o Estado é “uma associação humana (povo), radicada em base territorial (território), que vive sob o comando de uma autoridade (poder) não sujeita a qualquer outra (soberania)”³⁶. MARCELO CAETANO, por sua vez, define Estado como sendo “*um povo fixado num território, de que é senhor, e dentro das fronteiras desse território institui, por autoridade própria, órgãos que elaborem as leis necessárias à vida colectiva e imponham a respectiva execução*”³⁷. Nesta perspectiva poder-se-á partilhar a tese que defende que o “Estado é apenas aquela comunidade que, como instância suprema, dispõe de instrumento de direcção normativa, que tem, portanto a supremacia das competências”³⁸.

O Estado moderno, enquanto uma colectividade política e juridicamente organizada em determinada área territorial e dotado de soberania, é emergente das teorias contratualistas, resultado das necessidades políticas de pôr fim à luta de todos contra todos, com ideia da paz social duradoura na sociedade. Há que salientar a existência dos fins comunitários e dos fins do Estado. Nesta perspectiva “os fins estaduais e comunitários reconhecidos, bem como as funções e de infra-estrutura, determinam o tipo e a medida das funções estaduais.

As funções do Estado pressupõem naturalmente todas as actividades que, mediante os seus órgãos e agentes, são desenvolvidas em vista dos seus fins. E, o

³⁴ Cfr. EDMIR NETTO DE ARAÚJO, *Curso de Direito Administrativo*, 4ª Ed., ..., 2009, p. 3.

³⁵ Cfr. EDMIR NETTO DE ARAÚJO, *Curso de Direito Administrativo*, 4ª Ed., ..., 2009, p. 3.

³⁶ Cfr. MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, *Curso de Direito Constitucional*, 2ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2002, p. 47.

³⁷ Cfr. MARCELO CAETANO, *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, 6ª Ed., Tomo I, Reimpressão, Coimbra: Almedina, 2009, p. 122.

³⁸ Cfr. HÉLDER VALENTE DIAS, *Metamorfoses da Polícia: Novos paradigmas...* 2012, p. 17.

Estado tende a ter o monopólio das suas funções e só com o seu consentimento ou por delegação deste, outras colectividades supra-estatais, ou infra-estatais, podem exercê-las. Podem emanar actos que se traduzam no exercício dessas funções. A função do Estado pode estar dividida por vários órgãos distintos, sendo necessária a colaboração de cada um deles para a prática de qualquer acto fundamental para a vida do Estado.

Todavia, não se podem confundir as funções do Estado com fins do Estado. Os fins são os valores gerais a realizar pelo Estado, que dão sentido aos objectivos em que cada momento o Estado se propõe, como por exemplo, segurança, cultura, justiça, bem-estar social. Os fins estaduais e comunitários revelem-se, antes de mais, no direito comunitário, nas respectivas Constituições, bem como na legislação”³⁹.

A *função política* do Estado não se projecta imediatamente na colectividade. Visa a realização de escolhas que respeitem a interesses colectivos essenciais, que depois virão a enformar as leis, que a função administrativa deve respeitar. No que diz a respeito a *função legislativa*, cabe-lhe definir as necessidades colectivas e, destas, as que reclamação satisfação administrativa. Por outro lado, a *função jurisdicional* aplica a constituição e a lei e esta aplicação é, ao mesmo tempo, um fim e um meio. Por último, a *função administrativa* aplica a Constituição e a lei, como meio para a prossecução do interesse público. Esta função traduz-se em diversas tarefas administrativas, a primeira das tarefas é a manutenção da ordem e segurança públicas, seguida da prevenção e interrupção de actividades danosas ou perigosas para a colectividade.

É imprescindível trazer a discussão as diversas perspectivas quanto à noção de Estado de Direito, a qual poder-se-ia afirmar ser este o “Estado subordinado ao seu próprio ordenamento jurídico e ao controlo jurisdicional, na fase inicial de forma incompleta”⁴⁰.

A génese do Estado de direito é baseada na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão e provém da filosofia individual do Estado Liberal, numa ordem jurídica assenta na garantia dos direitos naturais e prática tripartida dos poderes (o poder legislativo, o poder executivo e o poder judicial)⁴¹. No entanto, “o conceito de Estado de direito foi certamente meramente formal até meados do século XX, porque se orientou exclusivamente para a legalidade e para a protecção jurídica meramente

³⁹ Cfr. HANS J. WOLFF, OTTO BACHOF E STÖBER R., *Direito Administrativo*, Vol. I, 2006, p. 110.

⁴⁰ Cfr. HANS J. WOLFF, OTTO BACHOF E ROLF STÖBER, *Direito...*, Vol. I, 2006, p. 110.

⁴¹ Cfr. MIGUEL JOSÉ FARIA, *Direitos Fundamentais e Direitos do Homem*, Vol. I, 3ª Edi. Revista e Ampliada, Lisboa: ISCPSI, 2001, pp. 103-104.

formais e deixou para segundo plano o conteúdo do Direito”⁴². No entendimento de OLIVEIRA ASCENSÃO, o Direito é uma “*ordem existente com sentido de um dever ser, em cada sociedade, destinada a estabelecer os aspectos fundamentais da convivência e a criar condições para a realização das pessoas, e que se funda em regras com exigência absoluta de sobrevivência*”⁴³. Ou seja, o Direito é “o que está na sociedade, e não é o que é produzido pelo Estado”⁴⁴.

MARCELO REBELO DE SOUSA considera que o Direito procura “a dissecação, a compreensão e a explicação» do aspecto parcelar do Direito Administrativo a que procedemos a tenda às «dimensões» normativas, volitivas, axiológicas e estrutural e as integre num resultado final minimamente coerente e sustentável”⁴⁵. Nesta perspectiva relacional entre Direito e Estado, MARCELO CAETANO defende que o Estado de Direito, em sentido material, significa “a realização de certo conceito de justiça,... cujo poder político se traduz como um mero meio de realização de garantia dos direitos individuais naturais, mãe de toda a ordem jurídica”⁴⁶.

Outrossim GERMANO MARQUES DA SILVA defende que o direito é “*constante e universal*, mas não é uniforme..., é *necessário* para promover a solidariedade de interesse e para resolver os conflitos de interesse” e, dada a sua importância e indispensabilidade, encontra-se “...em todas as comunidades politicamente organizadas”, cujo conteúdo varia no espaço e no tempo⁴⁷. Em termos jurídicos, e no âmbito da noção objectiva, o direito define-se como “*sistema de normas coercivas destinado a reger as relações humanas no interior de um determinado sistema geopolítico*”⁴⁸.

É de partilhar a ideia de que o *direito objectivo* é constituído pela regra ou conjunto de regras jurídicas enquanto o *direito subjectivo* é o poder de que goza a pessoa jurídica de fazer o que o direito objectivo lhe permite, se necessário pela coacção jurídica⁴⁹. Significa que “O Estado de direito traduz a confluência do Estado de direito

⁴² Cfr. HANS J. WOLFF, OTTO BACHOF E ROLF STÖBER, *Direito Administrativo*, Vol. I, 2006.

⁴³ Cfr. JOSÉ DE OLIVEIRA ASCENSÃO, *O Direito: Introdução e Teoria Geral – Uma Perspectiva Luso-Brasileira*, 11ª Ed., Revista, Coimbra: Almedina, 2001, p. 201.

⁴⁴ Cfr. JOSÉ DE OLIVEIRA ASCENSÃO, *O Direito: Introdução ...*, 11ª Ed. Revista, 2001, pp.52-54.

⁴⁵ Cfr. MARCELO R. DE SOUSA, *O valor jurídico do acto inconstitucional*, Lisboa, 1988, p. 32.

⁴⁶ Cfr. MARCELO CAETANO, *Manual de Ciência ...* 6ª Ed., Tomo I, Reimpresso, 2009, p. 321.

⁴⁷ Cfr. GERMANO MARQUES DA SILVA, *Introdução ao Estudo do direito*, 3ªEd. Revista e Actualizada, Lisboa: Universidade Católica, 2009, p. 12.

⁴⁸ Cfr. GERMANO MARQUES DA SILVA, *Introdução ao Estudo do direito*, 3ªEd..., 2009, pp. 29-34.

⁴⁹ Cfr. GERMANO MARQUES DA SILVA, *Introdução ao Estudo do direito*, 3ªEd..., 2009, pp. 29-34.

com a democracia”⁵⁰ Associado á democracia criou um espectro da nação moçambicana.

A democracia é, como refere SEYMOUR MARTIN LIPSET, um “*sistema político que fornece oportunidades constitucionais regulares para a mudança dos funcionários governantes e um mecanismo social que permite a uma parte – a maior possível – da população influir nas principais decisões mediante sua escolha entre os contendores para cargos políticos*”⁵¹. É necessário ter em conta uma dinâmica de certas formas de convivência da democracia e os elementos que a sustentam⁵². A democracia representa “um seguro para a polícia, na medida em que impede o decisor político o de usar na violação ilegítima dos mais elementares direitos dos cidadãos”⁵³.

Para MARCELO CAETANO, a democracia é “*uma forma de governo em que os Governados são considerados titulares do Poder Político e o exercem directamente ou mediante representantes temporários periodicamente eleitos*”⁵⁴. No entanto, a evidência social da prática democrática em Moçambique mostra-se ligada à Constituição, pois, “é verdade que as práticas de participação em Moçambique tampouco se deslegitimam. O que o caso Moçambicano coloca é a necessidade de uma pluralização da própria gramática política para que a pluralidade da sociedade possa ser assimilada pela democracia”⁵⁵.

Para BARBOSA DE MELO, a ideia da democracia caracteriza-se pela vontade do povo e o princípio da separação dos poderes o que implica a distribuição do poder em diferentes corpos ou complexos orgânicos de forma a poder contrabalançar-se uns aos outros, o poder executivo, legislativo, e judicial. E por último, a ideia do pluralismo de expressão e organização política democrática⁵⁶.

A Constituição, o Estado e o Direito, assentam numa conexão inquebrantável, “porque a Constituição é Direito e Direito que tem por objecto o Estado, não há teoria da Constituição cindível da concepção de Direito e de Estado que se perfilhe” – “Estado

⁵⁰ Cfr. JORGE MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional*, Tomo IV - Direitos Fundamentais, 2ªed., Reimpressão: Coimbra, 1998, pp.176-188.

⁵¹ Cfr. SEYMOUR MARTIN LIPSET, *O Homem Político*, Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 45.

⁵² A soberania do povo, o reconhecimento dos direitos princípios do direito natural e o culto da liberdade, não apenas como direito mas como virtude pessoal e colectiva. Cfr. GERMANO MARQUES DA SILVA, *Ética policial e sociedade democrática...*, 2001, p.31.

⁵³ Cfr. PEDRO CLEMENTE, *Polícia em Portugal: Da Dimensão Política Contemporânea da Segurança Pública*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais. Vol. I, Lisboa: UTL-ISCSP, 2000, p. 105.

⁵⁴ Cfr. MARCELO CAETANO, *Manual de Ciência ...* 6ª Ed., Tomo I, Reimpresso, 2009, p. 321.

⁵⁵ Cfr. BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS & LEANDRO AVRITZER, *Para ampliar o cânone democrático*. *Revista Critica de Ciências Sociais*, EUROSINE. 11-03, 2013, pp.3-17.

⁵⁶ Cfr. ANTÓNIO MOREIRA BARBOSA DE MELO, *A Administração da Justiça ...*, 2009, p.1-27

só se concebe hoje como Estado constitucional” – e “para ser um estado com qualidades identificadas pelo constitucionalismo moderno, deve ser um Estado de Direito Democrático”⁵⁷.

Na perspectiva de MANUEL VALENTE, o Estado de direito democrático implica “o conhecimento da ciência policial como escopo de legitimar o poder soberano e a vontade do povo”⁵⁸. Sendo que, como defende GERMANO MARQUES DA SILVA, “num Estado de direito democrático a lei é a expressão temporal do ideal de justiça e sendo este ideal um princípio ético geral, um valor moral, a realização da justiça passa pelo respeito a lei”, pelo que, para todos os efeitos, “a lei é a garante da liberdade. Culto da liberdade é em grande parte sinónimo da cultura da legalidade”⁵⁹.

A República de Moçambique é um Estado de direito democrático “é democrático e só sendo-o é que é Estado de direito; o Estado democrático é Estado de direito e só sendo-o é que é democrático”⁶⁰. A ideia do Estado do direito Democrático em Moçambique foi reforçada com a Constituição de 1990. A actual Constituição de 2004 expressa que, “Moçambique é um Estado de Direito Democrático” (art.º 1º, 3º e 134º da CRM). Porém, “a sua democracia está na fase embrionária. No entanto, essa adolescência da democracia moçambicana não pode justificar, no seu todo, as falhas cometidas”⁶¹.

Na opinião de JUDITE CORREIA “O que está na Constituição não é o que se pratica ... alguma alternância do poder é necessário para termos o Estado de direito democrático. Não se nota a separação dos poderes”, afirmando a jurista ainda que “deve-se obedecer um comando, se você não obedece, está mal”⁶².

Já DUARTE OMAR salienta que o facto de Moçambique ser “um país novo, o Estado de Direito está a ser construído, é um processo longo e nesse processo há apostas para construção do Estado de direito democrático”⁶³. Contudo “para se poder falar de um verdadeiro Estado de Direito Democrático, o poder judicial deve ser efectivamente

⁵⁷ Cfr. JORGE MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional*, Tomo II, 3ªEd., Coimbra, 2007, pp. 90-93.

⁵⁸ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Ciências Policiais: Ensaio*, Lisboa, Universidade Católica, Unipessoal, 2014, p.42.

⁵⁹ Cfr. GERMANO MARQUES DA SILVA, *Ética policial e sociedade...*, 2001, p.33.

⁶⁰ Cfr. CANOTILHO E VITAL MOREIRA, *CRP Anotada*, vol. I, 4ª Ed., revista: Coimbra, 2007, p. 204.

⁶¹ Cfr. ANTÓNIO COSTA DAVIDE UCAMA, *A Independência do Poder Judicial...*, 2013, p.101.

⁶² Cfr. JUDITE ANTÓNIO SINDIQUE CORREIA, ..., em entrevista realizada 22 de Agosto de 2014.

⁶³ Cfr. DUARTE JOÃO LUÍS OMAR, Chefe do Departamento de Instrução e Investigação Criminal da PIC Cidade de Maputo, em entrevista realizada em 23 de Julho de 2014.

independente. Em Moçambique ainda não o é. Há muitas situações que prejudicam a efectivação deste princípio”⁶⁴.

Ora, na opinião de JUDITE CORREIA, “para aquilo que nós vivemos actualmente no Estado de Direito democrático estamos a ter retrocesso ... a política está de tal forma que o cidadão agora não pode falar livremente. Se você fala, parece que está contra o Governo. Então, isso não é Estado de Direito Democrático ... ”⁶⁵. Embora existam, em certos sectores, algumas reticências em relação ao Estado de direito democrático moçambicano, acredita-se que o seu estado de consolidação é notável, embora talvez se possa afirmar que a evidência da separação dos poderes não seja tão visível.

A tal “edificação e consolidação de uma sociedade democrática funda-se, pois, num amplo acordo entre os diferentes actores sociais (em especial, os partidos políticos, as organizações da sociedade civil e os próprios cidadãos) sobre as “regras do jogo” político e o seu respeito”⁶⁶. Entende-se que “a construção de uma sociedade democrática e de justiça social não deve ser confundida com a simples “instituição” de normas e de um certo tipo de organização da vida política e ainda menos com um simples entendimento entre partidos políticos” ou seja, nessa construção deve-se basear o princípio de exclusividade em que o cidadão se sente livre em dar a sua contribuição, noutras palavras, segundo o autor “na verdade, ela é o fruto de permanentes lutas sociais e em especial da conquista de espaços de exercício da cidadania e participação por parte dos grupos sociais que são dominados, marginalizados, ou excluídos, no processo de desenvolvimento da sociedade”⁶⁷.

Contudo, o Estado de Direito democrático caracteriza-se por um vasto conjunto de valores e princípios materiais e estruturantes, cuja Constituição enuncia de forma inequívoca, destacando-se a dignidade da pessoa humana que implica a impossibilidade moral e jurídica do seu titular ser tratado como objecto, como meio, como instrumento para a realização de qualquer fim ou seja, “cada pessoa é, sempre e em todas as circunstâncias, um fim em si mesma, não tem preço e nem é trocável por nada”⁶⁸.

⁶⁴ Cfr. ANTÓNIO COSTA DAVIDE UCAMA, *A Independência do Poder Judicial...*, 2013, p.104.

⁶⁵ Cfr. JUDITE ANTÓNIO SINDIQUE CORREIA, ... em entrevista realizada 22 de Agosto de 2014.

⁶⁶ Cfr. LUÍS DE BRITO, *Desafios para Moçambique* Maputo: IESE, Setembro, 2013, p.16. http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2013/IESE_Des2013.pdf, visualizado em 16-12-2014.

⁶⁷ LUÍS DE BRITO, *Introdução, ..., Desafios para Moçambique*, Maputo :IESE, 2013, p.16.

⁶⁸ Cfr. ANTÓNIO MOREIRA BARBOSA DE MELO, *A Administração da Justiça no Estado de Direito Democrático: o Caso Português*. In Boletim da Faculdade de Direito, vol. LXXXV, Coimbra, 2009, p.1-27

2. DO CONCEITO CONTEMPORÂNEO DE POLÍCIA

Nos nossos dias, o desafio é criar uma ordem jurídica nacional e internacional pública subordinada à Constituição da República e à Lei, denotada de princípios gerais, de axiomas, baseada em normas positivistas, jurisprudência e de doutrina em constante crescimento, na qual a intervenção das ciências policiais seja para solucionar os problemas de uma certa cultura que gera ordem e desordem na sociedade⁶⁹. É certo que “a Polícia é ou deve ser, hoje, um garante da liberdade do cidadão face às ofensas ilícitas concretizadas e produzidas quer por outrem quer pelo próprio Estado”⁷⁰. Na mesma linha e partilhando a ideia defendida pelo Autor “a Polícia, em vários momentos da história da humanidade, foi utilizada como instrumento de cimentação e de concretização do poder despótico e arbitrário do príncipe ou do detentor do poder político: a polícia era o instrumento visível e operativo do exercício do despotismo”⁷¹.

Não obstante, MARCELO CAETANO define a polícia como “*o modo de actuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das actividades individuais susceptíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objecto evitar que se produzem, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir*”⁷².

O conceito de polícia vai evoluindo ao longo dos últimos tempos, dado o carácter dinâmico da própria polícia e o respeito pelos princípios constitucionais e democráticos e pela constante evolução da sociedade pós-moderna. Apoiando a ideia de MANUEL VALENTE “... a conceção de Marcelo Caetano se esgota na intervenção policial para evitar *interesses gerais*. Uma polícia contemporânea ou pós-moderna procura evitar que condutas de pessoas singulares e/ou colectivas possam afectar interesses gerais ou colectivos e interesses singulares e individuais”⁷³. Na nova concepção de polícia, MANUEL VALENTE define-a em sentido lato como:

Actividade de natureza executiva – ordem e tranquilidade públicas e administrativa -, dotada de natureza judiciária no quadro de coadjuvação e de prossecução de actos próprios no âmbito da legislação processual penal, cuja função jurídico-constitucional se manifesta na concreção da defesa da

⁶⁹ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Ciências Policiais ...* Unipessoal, 2014.

⁷⁰ MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Teoria Geral ...* da 3ª Ed., 2014, p. 46.

⁷¹ MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Teoria Geral do Direito Policial*, reimpressão da 3ª Edição de Fevereiro de 2012, Coimbra: Almedina, 2014, p. 120.

⁷² Cfr. MARCELO CAETANO, *Manual de Direito ...*, Vol. II, 10ª.Ed., 4ª reimpressão, 1990, p. 1150.

⁷³ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Teoria Geral...*, reimpressão da 3ªEd., 2014, p.49.

legalidade democrática, da garantia da segurança interna e da defesa e garantia dos direitos do cidadão e da prevenção criminal quer no vector da vigilância quer no vector da prevenção criminal *strict sensu*, podendo para cumprimento das suas funções fazer o uso da força – *coacção* –, através de medidas de polícia – actos materiais e jurídicos –, dentro dos limites do estritamente necessário e no respeito pelo direito e pela pessoa humana⁷⁴.

Outrossim “A polícia é a mão e a perna dos órgãos de Soberania”⁷⁵. Segundo MANUEL VALENTE “o ser polícia é o resultado da actividade de polícia em todas as suas dimensões socioculturais, sócio-político-jurídicas e filosófico-políticas. É a actividade de polícia que dá forma e matéria ao *ser policia* e não contrário”⁷⁶.

A ideia da palavra polícia tem que ser vista em duas perspectivas, segundo HÉLDER DIAS, “na linguagem corrente, polícia, no masculino, quer dizer agente de autoridade, isto é, o indivíduo que desenvolve, em benefício da colectividade, funções de segurança, ostentando determinados sinais exteriores” e “quando se utiliza a palavra no feminino, pensamos nas corporações que desenvolvem actividades de segurança pública”⁷⁷. Defendemos a ideia de que “o fim da polícia é a prevenção dos danos sociais”. Os danos sociais “são prejuízos causados à vida em sociedade política ou que ponham em causa a convivência de todos os membros dela”⁷⁸.

2.1. Do Direito de (a) Polícia e do Poder de (a) Polícia

É óbvio que as primeiras tendências para limitar eficazmente o poder surgem com a Revolução Francesa em 1789, com a Declaração dos Direitos do Homem, em que o Estado de polícia tende a ceder ao Estado jurídico ou de direito, tornando-se a Polícia um ramo da actividade do Estado. Todavia, o Direito policial pertence ao ramo do Direito Administrativo Público, pelo facto de as relações que o direito policial estabelece entre autoridade e o público, e é unanimemente considerado Direito Público. Forma, com o Direito Constitucional, a coluna mestra desta divisão do direito⁷⁹. Há três

⁷⁴ Cfr. MANUEL M. VALENTE, *Teoria geral do Direito...*, 4ª Ed. Coimbra, Almedina, 2014, p.106.

⁷⁵ Cfr. FAUSTINO FRANCISCO RONGARISAE, Juiz ..., entrevista realizada em 14 de Agosto de 2014.

⁷⁶ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Ciências Policiais... Unipessoal*, 2014, p.18.

⁷⁷ Cfr. HÉLDER VALENTE DIAS, *Metamorfoses da Polícia...*, Coimbra, Almedina, 2012, p. 68.

⁷⁸ Cfr. Marcelo Caetano, *Manual de Direito Administrativo*, Vol. II, 10ª Ed. Reimpressão, Coimbra, Almedina, 1999, p. 1155

⁷⁹ Cfr. JOSÉ DE OLIVEIRA ASCENSÃO, *O Direito: Introdução e Teoria ...*, 11ª Ed. Revista, 2001.

critérios para distinguir o direito Privado do Público⁸⁰. Na concepção de JOÃO RAPOSO, o Direito Policial é “o ramo do Direito Administrativo geral ou comum que regula a organização policial e actividade dos corpos de polícia, com vista à satisfação do interesse público da segurança interna, à garantia do pleno exercício dos direitos e liberdades e ao cumprimento da lei”⁸¹.

Na esteira de MANUEL VALENTE, a matéria em apreço é vista em dois prismas, ou seja, o denominado direito da polícia e por outro lado, o direito de polícia ou direito policial. O Autor que tem sido seguido defende que “O direito da polícia compreende os princípios, as normas positivadas, as decisões judiciais, as decisões administrativas e a doutrina aplicável internamente aos elementos pertencentes à organização de polícia... de acordo com a natureza de cada polícia”⁸². Para o AUTOR, considera Direito Policial “aquele que confere legalidade e legitimidade às suas acções desenvolvidas para materialização da sua tarefa”⁸³. Nesta senda de conceitos, partilhamos a opinião de JOÃO RAPOSO que defende que o Direito Policial “ocupa-se ainda da polícia enquanto instituição”⁸⁴. Conceito diferente do direito da polícia, embora o AUTOR defenda que o mesmo esteja inserido no direito de polícia, criando um divisionismo nas teses conceptuais neste prisma, relativamente á posição do MANUEL VALENTE. Defendemos a posição de que o direito da polícia é procedimental e o de polícia é institucional

Tomando como perspectiva o poder, poder-se-á aqui acolher também duas vertentes: o poder de polícia e o poder da polícia. Nos nossos dias, o poder de polícia⁸⁵, em primeira imagem, é visto como “um mecanismo de frenagem que é inerente à Administração, para que, em nome da harmonização do exercício de direitos e o interesse público, contenha os abusos do direito individual, defendendo a actividade do particular que se revelar prejudicial ao bem-estar e à tranquilidade do cidadão”⁸⁶. O conceito de interesse público é “um conceito interdisciplinar e próprio da ciência da

⁸⁰ Critério do interesse, da qualidade dos sujeitos e da posição dos sujeitos. Cfr. JOSÉ DE OLIVEIRA ASCENSÃO, *O Direito: Introdução e Teoria* ..., 11ª Ed. Revista, 2001; Cfr. CARLOS ALBERTO DA MOTA PINTO, *Teoria Geral do Direito Civil*, 4ª Ed., Coimbra, 2005, p.32-46; MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Teoria Geral*..., reimpressão da 3ªEd., 2014, p.31.

⁸¹ Cfr. JOÃO RAPOSO, *Direito Policial I*, Centro de Investigação do ISCPPI, Almedina, 2006.

⁸² Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Teoria Geral*..., reimpressão da 3ªEd., 2014, p.28.

⁸³ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Teoria Geral*..., reimpressão da 3ªEd., 2014, p.30.

⁸⁴ Cfr. JOÃO RAPOSO, *Direito Policial I*, ... 2006, p.17.

⁸⁵ A expressão *police power* teria sido pela primeira utilizada, significando sistema de regulamentação interna para preservar a ordem e garantir a cada um o gozo ininterrupto do próprio direito. Cfr. EDMIR NETTO DE ARAÚJO, *Direito Administrativo*, 4ª Ed., Revista e Atualizada: Saraiva, 2009, p. 1013.

⁸⁶ Cfr. Edmir Netto de Araújo, *Curso de Direito Administrativo*, 4ª Ed., ..., 2009, p. 1012.

Administração..., e para que ele possa vigorar, o próprio povo deve exigir a responsabilidade do Estado”⁸⁷.

A polícia responde perante o Estado, os cidadãos e seus representantes. O controlo estatal da polícia deve estar dividido entre os poderes legislativos, executivo e o poder judicial. Para JOÃO RAPOSO, os Poderes de polícia, “*são poderes especiais com vista a assegurar um estado de ordem e tranquilidade pública e o normal exercício dos direitos fundamentais dos cidadãos, poderes esses que, em certas circunstâncias, compreendem a coacção directa (isto é, o emprego da força física) contra os prevaricadores*”⁸⁸. No entanto, EDMIR ARAÚJO considera o Poder de Polícia como “a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, actividades e direitos individuais em benefício da colectividade ou do próprio Estado”⁸⁹.

Em sentido amplo, é a actividade estatal de condicionar a liberdade e a propriedade, ajustando-as aos interesses colectivos⁹⁰. Em sentido mais restrito, pode ser tomada relacionando-se unicamente com as intervenções, quer gerais e abstractas, como os regulamentos, quer concretos e específicas (tais como as autorizações, as licenças, as injunções) do Poder Executivo, destinadas a alcançar o mesmo fim de prevenir ao desenvolvimento das actividades particulares contrariantes com os interesses sociais.

O Poder de Polícia fundamenta-se pelo princípio da supremacia do interesse público sobre o particular, em cujo nome se atribui à Administração posição de preponderância sobre os Administrados⁹¹. Todavia, “não é o Poder de Polícia poder discricionário em forma absoluto, a não ser que se visualize essa “faculdade” como valoração interna do agente administrativo quanto à oportunidade ou escolha dos meios (sempre de acordo com a lei) para a realização do interesse protegido”⁹².

Os poderes de polícia têm carácter restritivo da liberdade e assumem três características intrínsecas: a primeira - *a unilateralidade* – significa que os poderes de polícia, “são por natureza unilaterais, insusceptíveis de negociação ou compromisso – é um exercício de autoridade, por isso, não se transacciona e nem se compromete; a segunda – “o exercício dos poderes de polícia não está sujeito, ou pode não estar sujeito

⁸⁷ Cfr. Hans J. Wolff, Otto Bachof e Rolf Stober, *Direito Administrativo*, Vol. I, 2006, p. 424.

⁸⁸ Cfr. João Raposo, *Direito Policial I*, Coimbra, 2006, p. 23.

⁸⁹ Cfr. EDMIR NETTO DE ARAÚJO, *Curso de Direito Administrativo*, 4ª Ed.,...,2009, p. 1015

⁹⁰ Cfr. EDMIR NETTO DE ARAÚJO, *Curso de Direito Administrativo*, 4ª Ed.,...,2009, p. 1015

⁹¹ Cfr. EDMIR NETTO DE ARAÚJO, *Curso de Direito Administrativo*, 4ª Ed.,..., 2009, pp.1015-1016.

⁹² Cfr. EDMIR NETTO DE ARAÚJO, *Curso de Direito Administrativo*, 4ª Ed.,..., 2009, p. 1016.

a regras procedimentais” – significa que, a urgência do seu exercício não é possível assegurar a audiência prévia dos interessados ou, até, as exigências constitucionais e legais de fundamentação das decisões administrativas; a terceira – e de alguma forma, um corolário da unilateralidade, que é “a susceptibilidade de concessão dos poderes de polícia: os poderes de polícia não podem ver o seu exercício concedido a particulares”⁹³.

Já o Poder da Polícia significa “o poder (na verdade, *poder-dever*) empregado pelo organismo denominado Polícia (força pública, seus agentes, inspectores). Ou seja, em virtude do poder de polícia, o poder da polícia é empregado pela polícia, para garantir tais objectivos”⁹⁴. Comummente aos outros poderes da administração pública, os Poderes da Polícia são exercidos dentro de limites constitucionalmente estabelecidos, de forma expressa e ou tácita. Nestes limites, destacam-se três corolários no âmbito do poder de polícia.

O primeiro corolário do principio geral da polícia dado o seu carácter público, o de que “*não deve intervir no âmbito da vida privada dos indivíduos*” – e consiste em duas regras “1.^a *A polícia não pode ocupar-se de interesses particulares*; 2.^a *A polícia tem de respeitar a vida íntima e o domicílio dos cidadãos*”⁹⁵. Significa que, a primeira regra diz respeito à missão da polícia na esfera própria da função judicial, e a segunda regra, diz respeito às circunstâncias da actuação, isto é, “a acção da polícia deverá desenvolver-se nos lugares públicos, ou onde decorrem actividades sociais ilícitas”⁹⁶.

O segundo é referente aos fins da actividade de polícia, o de que “*a polícia deve actuar sobre o perturbador da ordem e não sobre aquele que legitimamente use o seu direito*” – trata-se da regra administrativa “*qui suo jure utitur, neminem laedit*”⁹⁷.

O terceiro corolário é o de que “os poderes de polícia não devem ser exercidos de modo a impor restrições e a usar de coacção além do estrito necessário” – significa que, os poderes de polícia “hão-de dispor de forma de exercício diversas e graduadas numa escala de rigor desde as mais benévolas às mais violentas. Tem de existir proporcionalidade entre os males, a evitar e os meios a empregar para a sua prevenção”⁹⁸.

⁹³ Cfr. JOÃO CAUPERS, *Introdução ao Direito Administrativo*, 11^a Ed., ..., 2013, pp. 206-207.

⁹⁴ Cfr. EDMIR NETTO DE ARAÚJO, *Curso de Direito Administrativo*, 4^a Ed., ..., 2009, p. 1020.

⁹⁵ Cfr. MARCELO CAETANO, *Manual de Direito ...* Vol. II, 10^a Ed. 1999, p. 1156.

⁹⁶ Cfr. MARCELO CAETANO, *Manual de Direito ...* Vol. II, 10^a Ed. 1999, pp. 1156-1157.

⁹⁷ Cfr. MARCELO CAETANO, *Manual de Direito Administrativo*, vol. II, 10^a Ed. 1999, p. 1158

⁹⁸ Cfr. MARCELO CAETANO, *Manual de Direito ...* Vol. II, 10^a Ed. 1999, pp. 1158-1159.

3. A POLÍCIA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

3.1. Enquadramento histórico-jurídico da PRM

A PRM é uma instituição que tem por missão de contribuir para a paz⁹⁹, estabilidade e desenvolvimento do país, garantindo a ordem e a segurança públicas, fundando-se no livre exercício dos direitos dos cidadãos, através de uma modernização, uso de meios intensivos de meios tecnológicos, inserção na comunidade e incremento da cooperação internacional no combate ao crime¹⁰⁰.

A história da polícia de Moçambique é muitas vezes confundida com a história portuguesa, por facto dos laços históricos existentes entre Portugal e Moçambique. Na opinião de ANTÓNIO PELEMBE “a evolução do sistema de polícia em Moçambique é o reflexo imediato da evolução histórica do país desde da ocupação portuguesa”, sendo que nesse período, “o sistema policial visava defender as instituições coloniais e portuguesas e bem ainda garantir a segurança dos portugueses originários e ou assimilados”¹⁰¹.

Com a celebração dos Acordos de Lusaka, em 07 de Setembro de 1974, houve a necessidade de estabelecer-se a segurança das pessoas e bens, e no ponto 11 do Acordo estabeleceu-se que “O Governo de Transição criará um Corpo de polícia encarregue da manutenção da ordem e da segurança de pessoas”. Nessa altura a garantia da ordem e a tranquilidade públicas era partilhada de forma mista pela Polícia de Segurança Pública (PSP) e elementos das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM) e, por conseguinte, a respectiva formação dos cidadãos moçambicanos a nível nacional e no estrangeiro. Como forma de efectivar-se o acordado em Lusaka, por Decreto-Lei nº 54/75, de 17 de Maio, do Governo de Transição, é criado o Corpo de Polícia de Moçambique (CPM), com a missão de assegurar em estrita colaboração com as restantes forças de defesa e segurança, a manutenção da ordem, segurança das pessoas e seus bens, a defesa do interesse do Estado e do Povo de Moçambique.

No entanto, a génese da PRM decorreu com advento da Independência de Moçambique, em 25 de Junho de 1975, período temporal em que o País precisou de

⁹⁹ “... paz não é objectivo – é o caminho. E o caminho não exclui ninguém – é de todos nós”. Cfr. HENRIQUE CYMERMAN E JORGE REIS-SÁ, *Francisco de Roma a Jerusalém*, em viagem pela paz, lado a lado com o papa, Lisboa: Guerra e Paz, 2014, p. 226 (contra capa).

¹⁰⁰ Cfr. PLANO ESTRATÉGICO DA POLÍCIA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE 2004/2016.

¹⁰¹ Cfr. ANTONIO ALFREDO PELEMBE, *Contributos para a Segurança e Ordem Pública em Moçambique: o papel das Comunidades no policiamento*. Trabalho Final do Curso de Direcção e Estratégia Policial (CDEP), Lisboa: ISCPSI, 2005, p. 17

adoptar novos mecanismos da administração policial, de adequar a PRM ao estágio de desenvolvimento do país e da dinâmica dos novos desafios da sociedade, incutindo-se a criação do instrumento de gestão do seu desenvolvimento – o Plano Estratégico da Polícia da Republica de Moçambique (PEPRM)¹⁰². Por Lei n.º 11/78, de 15 de Agosto, foi aprovada a Constituição da República Popular de Moçambique (CRPM) e, por conseguinte, a criação da Polícia Popular de Moçambique (PPM), instituída pela Lei n.º 5/79, de 26 de Maio. Com o estabelecimento da Democracia em Moçambique, foram efectuadas certas reformas no sistema policial Moçambicano¹⁰³.

3.2. Natureza, organização e missões da PRM

Partilhando os ensinamentos do MANUEL VALENTE, “A materialidade da função de polícia revela em maior quantidade de *relações-jurídico-administrativas de momento e relações jurídico-criminal de momento*, mas não se esgota nestes dois quadros jurídicos, pelo que o conceito material de polícia tem de ser mais abrangente e capaz de aglutinar um lato sentido funcional de polícia.”¹⁰⁴

O sentido material ou funcional de polícia cerra-se no âmbito policial “medidas de competência propria das polícias tendo em conta a competência subjectiva para a promoção de cada uma das medidas ... [às quais] podem-se sintetizar em três quadrantes de acordo com a natureza jurídica da actividade policial: de segurança, administrativa ou judiciária/criminal.”¹⁰⁵

Na prossecução da actividade policial, a polícia reveste a natureza “de prevenção de criminalidade máxima na sua função de prevenção criminal *strict sensu*, reveste natureza de órgão auxiliar da administração de justiça como órgão de polícia criminal [socorre-se das medidas cautelares e de polícia e coadjuva as autoridades judiciárias], e reveste o sentido de polícia judiciária, que se distingue da polícia em sentido administrativo [que abarca medidas administrativas de polícia ou medidas preventivas administrativas ou medidas cautelares administrativa – medidas preventivas

¹⁰² Cfr. PLANO ESTRATÉGICO DA POLÍCIA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE 2004/2016.

¹⁰³ Com aprovação da CRM de 1990, determinou a criação da PRM pela Lei n.º 19/92, de 31 de Dezembro e a sua estrutura orgânica pelo Decreto n.º 22/93, de 16 de Setembro. Por Lei n.º 17/97, de 1 de Outubro, é aprovado a Política Nacional de Defesa e Segurança. O Estatuto Orgânico, o Quadro de Pessoal, o Quadro de Funções de Comando, Direcção e Chefia e os Organogramas do CG-PRM aprovado por Decreto n.º 27/99, de 24 de Maio. O Estatuto do Polícia - Decreto n.º 28/99, de 24 de Maio. E Mais recentemente foi revista a Lei n.º 19/92, de 31 de Dezembro e a Lei n.º 5/88, de 27 de Agosto, que cria o sistema de patentes e Postos da PRM, e por conseguinte aprovada a Lei n.º 16/2013, de 12 de Agosto.

¹⁰⁴ MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Teoria geral do ...*, 4ª Edição, 2014, p. 68.

¹⁰⁵ MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Teoria geral do ...*, 4ª Edição, 2014, p. 68.

administrativas] pela própria natureza das medidas que aplica em uma e em outra circunstância congregadora.”¹⁰⁶

No regime Constitucional da PRM, plasmado nos art.ºs 254.º e 255.º da CRM, só estão enquadradas as polícias que são consideradas de ordem e tranquilidade pública, administrativa e judicial (a nível nacional). Não se enquadrando a Polícia Municipal¹⁰⁷ por não ser a polícia de ordem e tranquilidade públicas, nem administrativa nacional. A Lei n.º 16/2013, de 12 de Agosto, define, no n.º 1 do art.º 1.º, que a “PRM é um serviço público, apartidário, de natureza paramilitar integrado no Ministério que a superintendente a área ordem e segurança pública”¹⁰⁸, - Ministério do Interior.

O n.º 1 do art.º 255.º da CRM estabelece o princípio do Comando único, comungando com o princípio da unidade de organização das forças de segurança para todo o território nacional, tendo em vista os objectivos do Estado Moçambicano “a consolidação da unidade nacional” al. b) do art.º 11.º da CRM, o que implica que só os órgãos de soberania podem criar, definir as tarefas e a direcção orgânica das forças de segurança, nos termos da al. n) do n.º 2 art.º 179.º da CRM.

A PRM organiza-se em “níveis de organização” (art.º 12.º), e ramos e unidades de operações especiais e de reserva (n.º 1 do art.º 13.º) da Lei n.º 16/2013, de 12 de Agosto, obedecendo em todos os níveis a hierarquia do comando e/ou as regras de hierarquia da administração pública.

3.3. A PRM como Órgão de Polícia Criminal e Polícia integral

A Polícia, na sua função de prevenção criminal, reveste a natureza de órgão auxiliar da administração da justiça, como *órgãos de polícia criminal*, termo este que não vem previsto no ordenamento jurídico moçambicano. O conceito de Órgãos de Polícia Criminal (OPC) encontra-se na alínea c) do n.º 1 do art.º 1.º do CPP Português de 1986, que o define como “Todas as entidades e agentes policiais a quem caiba levar a cabo quaisquer atos ordenados por uma autoridade judiciária ou determinadas pelo Código de Processo Penal”. A acção da polícia no plano processual penal, segundo MANUEL VALENTE, “pressupõe a existência de um facto ou de um perigo de existência desse facto – plano material penal – para que possa intervir dentro das normas jurídico-

¹⁰⁶ MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Teoria geral do...*, 4ª Edição, 2014, pp. 69-71.

¹⁰⁷ Cfr. Lei n.º 35/2006, de 6 de Setembro – Lei da Criação e funcionamento da Polícia Municipal.

¹⁰⁸ “Os *serviços Públicos* são as estruturas organizativas encarregadas de preparar e executar as decisões dos órgãos das pessoas colectivas que prosseguem uma actividade administrativa pública”. Cfr. JOÃO CAUPERS, *Introdução ao Direito administrativo*, Lisboa: Âncora, 2000, p. 116.

processual penais conformes à Constituição”. Esta acção ainda “pressupõe uma realidade substantiva ou material para que intervenha com base numa realidade processual”¹⁰⁹. O conceito de OPC tem um efeito delimitativo, porque impõe que nele só se insiram as polícias que tenham a função de prevenção criminal. Nas acções de prevenção e investigação, todos os OPC’s têm a obrigação de coadjuvar as Autoridades Judiciárias na investigação. Os OPC’s desempenham duas actividades distintas mas complementares: (i) *Coadjuvação das autoridades judiciárias*; e (ii) *Medidas cautelares e de polícia e actos de autoridade de polícia criminal*.

Conforme refere ALBINO VIEIRA, a coadjuvação “permite a actuação conjunta de dois órgãos no mesmo espaço, o que implica a necessidade de articulação, devendo o órgão coadjuvado, por uma lado, definir as tarefas a desenvolver pelo coadjutor e, por outro, manter a reserva de uma núcleo de tarefas essenciais à manutenção da sua qualidade de órgão principal”¹¹⁰.

A legitimidade deste enquadramento da PRM como OPC prende-se, por um lado, na análise subjectiva, na medida de que o conceito trata qualquer entidade ou agente policial, aqueles que pertencem a PRM e, por outro lado, na análise objectiva, trata a entidade PRM, a quem caiba levar a cabo quaisquer actos ordenados por uma autoridade judiciária ou determinadas pelo CPP. Tomando em consideração a definição de polícia¹¹¹ conclui-se que nem todas as polícias administrativas revestem natureza de OPC. A PRM é, neste sentido, OPC nos termos das al. k), n.º 1 do art.º 14.º; al. b) do art.º 18.º e al. i) n.º 1 do art.º 24.º da Lei n.º 16/2013, de 12 de Agosto.

Dada a sua organização e das valências que detém nesse âmbito, nos termos do art.º 13.º da Lei n.º 16/2013, de 12 de Agosto, a PRM é uma polícia moderna, integral, organizada, com qualidade e eficaz, que tem como desafio prevenir e reduzir a criminalidade e a insegurança e minimizar os riscos associados ao regular funcionamento das organizações constitucionalmente estabelecidas e aumento na protecção do cidadão e seus bens, como também na melhoria dos serviços de polícia, optimizando a estrutura organizacional.

¹⁰⁹ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Do Ministério Público e da Polícia: Prevenção criminal e acção penal como execução de uma política criminal do ser humano*, Lisboa: UC 2013, p. 269.

¹¹⁰ Cfr. ALBINO PINTO VIEIRA, *Modelo de articulação entre os órgãos de polícia e as autoridades judiciárias*, Oeiras, 2005, p. 14.

¹¹¹ Polícia como “parte da administração que tem por objecto a manutenção da ordem pública e a segurança individual” – polícia administrativa ou política “a que consiste em impedir as infracções das leis na sustentação de ordem pública em cada lugar, bem como em toda a parte do reino” – polícia judiciária. Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Teoria Geral...*, 3ª Ed., 2014, 46.

3.4. PRINCÍPIOS DA ACTUAÇÃO POLICIAL

A polícia, na base jurídica do Estado de Direito, é definida como um órgão público que deve ser estabelecido por lei, e as suas operações devem ser sempre conduzidas de acordo com a legislação nacional e com os padrões internacionais aceites pelo país¹¹². Para Pedro Clemente, “*Através do comportamento da polícia, o povo toma consciência do carácter democrático do seu Estado*”¹¹³.

Explica JANUÁRIO BERNARDO CUMBANE que “nós temos uma experiência com pouco mais de trinta anos. ...a nossa polícia tal como todos os sectores do Estado Moçambicano estão ainda em formação, no processo de consolidação dos princípios que norteiam o Estado de direito democrático”¹¹⁴. A polícia tem de subordinar-se aos princípios da administração pública como também aos típicos da sua função¹¹⁵.

Princípios Constitucional e da Legalidade: A CRM consagrou-os no art.º 1.º, 2.º, 38.º, n.º 2 do art.º 249.º, n.º 3, do 254.º e art.º 3.º da Lei n.º 16/2013, de 12 de Agosto. A *legalidade democrática* é a garantia do respeito e cumprimento das leis em geral, aquilo que concerne à vida da colectividade, e *todos os cidadãos têm o dever de respeitar a ordem constitucional*. O princípio procura assegurar o primado do poder legislativo sobre o poder administrativo e visa garantir os direitos dos particulares. Para MARCELO CAETANO “o desenvolvimento da actividade administrativa segundo normas jurídicas gerais corresponde, pois, a uma dupla necessidade: de justiça para os cidadãos e de eficiência para a própria administração”¹¹⁶. Isto é, administração pública está proibida de violar a lei, cuja base assenta em dois corolários¹¹⁷. Segundo MIGUEL JOSÉ FARIA, “o princípio da legalidade passa a ser entendido na acepção mais ampla, o que implica a submissão ao direito e não apenas à lei no sentido formal ou material. Isto significará uma maior aproximação a critérios da justiça”¹¹⁸, e “uma polícia que actua sob a vinculação do Direito – ordem jurídica material vigente do Estado de direito

¹¹² Cfr. EU-SEC II - UNICRI..., 2011, p. VII, Anexo C – Código Europeu de Ética Policial.

¹¹³ CLEMENTE, PEDRO, *A Ordem em Público*. In MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE (Coord), *Reuniões e Manifestações Actuação Policial*, Coimbra: Almedina, 2009, p. 128.

¹¹⁴ Cfr. JANUÁRIO BERNARDO CUMBANE..., em entrevista realizada 19-08-2014.

¹¹⁵ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Teoria Geral...*, Reimp. 3ª Ed., 2014, pp.164-235.

¹¹⁶ Cfr. MARCELO CAETANO, *Direito Administrativo*. Introdução – Organização administrativa – Actos e Contratos Administrativos, Vol. I, 1ª Ed. 4ª Reimp., Coimbra: Almedina, 1990, p. 29

¹¹⁷ Primeiro “O órgão de cuja autoridade houver dimanado as normas gerais não pode dispensar de as observar na resolução dos casos concretos que a eles devem subordinar-se; Segundo, Todo o acto que num caso concreto esteja em desacordo com as normas gerais que lhe sejam aplicáveis é nulo ou anulável”. Cfr. MARCELO CAETANO, *Direito Administrativo...*, vol. I, 1ª Ed., 4ª Reimp., 1990, p. 30.

¹¹⁸ Cfr. MIGUEL JOSÉ FARIA, *Direitos ...*, Vol. I, 3ª Ed. Revista e Ampliada, Lisboa: ISCPSI, 2001, p. 109.

democrático – e no respeito e na prossecução da efectiva defesa e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do cidadão”¹¹⁹.

Princípio da proibição ao excesso ou da proporcionalidade lato sensu : A PRM pauta a sua actuação pelo princípio da proporcionalidade, consagrado no n.º 4 do art.º 2.º, da Lei n.º 16/2013, de 12 de Agosto. Segundo o qual a limitação de bens ou interesses privados por actos dos poderes públicos deve ser adequada e necessária aos fins concretos que tais actos prosseguem, bem como tolerável quando confrontada com aqueles fins. Este princípio subdivide-se em três subprincípios:

a) *Adequabilidade*, que consiste na escolha do meio certo a aplicar de acordo a finalidade. Porém, tem naturalmente de imperar o equilíbrio entre a medida de polícia a adoptar e o valor constitucional a salvaguardar, ou seja, as medidas restritivas devem ser adequadas à prossecução dos fins visados pela lei;

b) *Exigibilidade ou da necessidade* que se funda no fim da medida que se propõe alcançar. A acção policial, além de ser funcionalmente legítima, tem de ser necessária; e

c) *Proporcionalidade em sentido restrito ou da razoabilidade*, visa sobretudo acentuar as dimensões das garantias individuais e da protecção dos direitos adquiridos contra medidas excessivamente dos poderes públicos na esfera jurídico-pessoal e jurídico-patrimonial dos indivíduos, e as medidas e meios devem ser ajustados aos fins.

Princípio da Igualdade e da Justiça: Plasmados nos art.ºs 35.º, 36.º e n.º 2 do art.º 249.º da CRM. O sentido da igualdade deve ser entendido como a intenção de racionalidade e no plano global dos valores, critérios e opções da Constituição material.

Princípio da imparcialidade e de isenção: Estabelecidos no n.º 2 do art.º 249.º e no n.º 2 do art.º 254.º da CRM, assim como no n.º 3 do art.º 2 da Lei n.º 16/2013, de 12 de Agosto. O princípio da imparcialidade impõe que os órgãos e agentes administrativos actuem de forma isenta e de forma equidistante relativamente aos interesses em jogo nas situações que devem decidir, ou seja, impõe o dever de actuar de forma isenta e a proibição de intervir em procedimentos onde existam interesses pessoais.

Princípio da oportunidade não se mostra positivado na actuação policial, contudo faz parte da doutrina e “rege-se segundo critérios de objectividade e de isenção para não se aniquilar o princípio da legalidade e da boa-fé da intervenção”¹²⁰.

¹¹⁹ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Do Ministério Público ...*, 2013, p. 263.

¹²⁰ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Teoria Geral...*, 3ª Ed., 2014, pp. 196-197.

CAPÍTULO II

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E PROCESSO PENAL

1. A GENÉSE DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

O vocábulo «investigação» vem do étimo latino “investigatione” (in + vestígios + acto), que significa a acção dirigida sobre o rasto, pegada, e que levou à tradução de acto de pesquisar, de indagar, de investigar¹²¹. Daqui emergem duas situações: a investigação «criminológica» e a «criminal». As duas investigações têm uma certa relação a nível do comportamento, instituição e objecto (crime).

Na opinião de MAURICE CUSSON “a razão de ser da criminologia é tornar inteligíveis estes comportamentos e instituições; descrever, compreender e explicar de que é feito o fenómeno criminal”¹²².

Na perspectiva de MANUEL VALENTE, a “investigação criminológica e o seu campo de aplicação deve ser o facto imprescindível de conhecimentos..., que detém a faculdade de investigar e de descobrir a verdade material dos factos ocorridos, de reconstituir historicamente as condutas passadas que cominam num crime...” cujo investigar, deve evitar a tentação da evidência imediatista em nome da qual se poderia considerar está discussão como ociosa, uma vez que se pode dizer que o objecto da Criminologia é – e só pode ser – o crime...¹²³.

A génese da Investigação Criminal tem muito a ver com o sentido probatório de descobrir e demonstrar o nexó de causalidade¹²⁴. ARTHUR DOYLE, no fim do século

¹²¹ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Processo penal...* 3ª Ed. Revista, 2010, p.32.

¹²² Cfr. MAURICE CUSSON, *Criminologia*, 2ª Ed. tradução de Josefa Castro, Cruz Quebrada: Casa das Letras, Setembro de 2007, p. 13.

¹²³ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Teoria Geral...*, reimpressão da 3ª Ed., 2014, p.65. Na óptica de Maria Fernanda Palma, o “crime é um facto típico, ilícito, culposo e punível, expressando um conjunto de exigências e uma ordem do juízo na apreciação de tais elementos”. Cfr. MARIA FERNANDA PALMA, *Direito penal: Parte geral: A teoria geral da infracção como teoria da decisão penal*, Lisboa: AAFDL Alameda, 2013, p. 11.

Para MARIA CÂNDIDA ALMEIDA “O crime não é apenas cometido no âmbito das profissões, ganha o estatuto de profissão....Passa frequentemente de patologia de poder a forma de exercício o poder. O crime goza de uma dupla opacidade: de um lado é invisível, banal «gasosa» ..., de outro lado, a relação imediata crime – estigmatização social esfumou-se”. Cfr. MARIA CÂNDIDA ALMEIDA, *Das Perícias e do Crime Organizado*, In MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE (Coord). *III Congresso do Processo Penal*, Coimbra: Almedina, 2010, pp. 219-229. Crime é o conjunto de pressupostos de que depende a aplicação ao agente de uma pena ou de uma medida de segurança criminais, Art.º 1.º, al. a) do *Código de Processo Penal Português e Legislação complementar*, 9ª Ed. Revista e Actualizada: Quid Juris, 2014.

¹²⁴ Cfr. JOSÉ BRAZ, *Investigação criminal- Organização, o método e a prova. Os desafios da nova criminalidade*, 3ª Ed., Lisboa: Almedina, 2013, pp. 72-82.

XIX, (1890), afirmava que: “Detection is, or ought to be, an exact science, and should be treated in the same cold and unemotional manner”¹²⁵. E, no século XX, (1984) HERMANN MANNHEIM referiu que a investigação criminal é “um processo padronizado e sistemático destinado a atingir o conhecimento”¹²⁶.

Na opinião de FERREIRA ANTUNES, a investigação criminal visa “a pesquisa sistemática e sequente do respetivo objeto, com recurso a meios técnicos e científicos”¹²⁷. Segundo MANUEL VALENTE, “a investigação *lato sensu* compreende a actividade investigatória desde a *notitia criminis* até sentença transitória em julgamento”. Todavia, o Autor fala ainda da “investigação criminal leal e democrática em que o ser humano é o centro de partida e de chegada, [a investigação criminal] não se deve prender, única e em exclusivo, com a descoberta, recolha, conservação, exame e interpretação de provas conducentes à incriminação de A ou B, mas de todas aquelas que possam também corroborar a tese da sua inocência”¹²⁸.

Já para JANUÁRIO CUMBANE, a investigação criminal “é uma ciência praticada por todos países do mundo com princípios próprios”, sustentando a sua posição explicando que “...a investigação criminal tem duas componentes interessantes, uma é a investigação propriamente dita e outra é a instrução de processo penal que é a arte de formar expediente que fala com o juiz no julgamento, aquilo que diga algo no tribunal. A investigação criminal, como tal, é uma actividade que tem uma característica de actividade paramilitar, porque é necessário dotar o homem de autoridade”¹²⁹.

A investigação criminal na actualidade “é a segunda estratégia de policiamento mais disseminada, logo a seguir ao patrulhamento visível. Consiste numa estratégia de controlo do crime a partir de uma lógica punitiva e reativa”¹³⁰. Reforça-se esta ideia na medida que acredita-se que a investigação criminal contemporânea é “um fenómeno socialmente construído: produto da decisão e do trabalho humano e coletivamente organizado”¹³¹. Perspectiva-se como qualquer outra actividade do ser humano.

¹²⁵ Cfr. ARTHUR CONAN DOYLE, *The Sign of Four*. London: Lippincott’s Magazine, 1890.

¹²⁶ Cfr. HERMANN MANNHEIM, *Criminologia Comparada*, vol. I, (Tradução do inglês *Comparative Criminology – A Text Book* de MANUEL DA COSTA ANDRADE e de JOSÉ FARIA COSTA), Lisboa, 1984.

¹²⁷ Cfr. MARIA A. FERREIRA ANTUNES, *Investigação Criminal – Uma perspectiva introdutória*, POLÍCIA E JUSTIÇA, Outubro, 1985, p. 4-8.

¹²⁸ MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Teoria geral ...*, 4ª Ed., 2014, p. 411.

¹²⁹ Cfr. JANUÁRIO BERNARDO CUMBANE, ..., em entrevista realizada 19-08-2014.

¹³⁰ Cfr. SUSANA COSTA E HELENA MACHADO (Org.) *As ciências na luta contra o crime: Potencialidades e limites*. Centro de investigação em Ciências Sociais Universidade do Minho, Húmus, 2012, p. 122.

¹³¹ Cfr. BRYAN STANLEY TURNER, (Ed.). *The Cambridge Dictionary of Sociology*, Cambridge: Cambridge University Press, 2006, pp. 536-540, 624-625.

A ideia de inovação do conceito de investigação criminal não se esgota pela teorização dos factos e pretensão de dar resposta na óptica estritamente criminal, efectivando-se através da existência dos meios humanos e materiais capazes de fazer face à onda de emergência de novos actos criminal na colaboração entre valências da PRM¹³².

Nos últimos anos, Moçambique vem sendo confrontado pela criminalidade grave e organizada como sequestros e raptos que assolam as cidades de Maputo, Matola, Beira e Nampula. Este tipo de criminalidade tem evoluído muito e requer uma resposta por parte dos actores do sistema da justiça moçambicano no seu combate. Sendo crimes complexos, é bem visível a resposta da actuação da PRM nesse sentido.

Para MARIA CÂNDIDA ALMEIDA, materialmente, “a criminalidade organizada é uma actividade económica em sentido amplo, caracterizada pelos efeitos danosos avultadíssimos, normalmente económicos, mas também, políticos e sociais, destacando-se a sua capacidade de desestabilização geral dos mercados, bem como a corrupção dos funcionários e dos governantes ... a expansão e o florescimento deste tipo de criminalidade operou-se através da internalização, aproveitando as vantagens da globalização, a transformação do mundo numa aldeia global ... o que define este fim do milénio não é tanto a emergência dos fenómenos mas a sua multidimensionalidade, fluidez e a incerteza...”¹³³.

Para RUI SANTOS, o pragmatismo do investigador criminal e a sua ligação ao concreto e ao quotidiano “levam-no a deitar mão de todos os recursos que estejam disponíveis para cumprir a sua missão: investigar os crimes, recolher a prova necessária e, finalmente apresentar os autores para que um Tribunal aplique a lei com base naquela mesma prova”¹³⁴.

Na perspectiva de Manuel Valente, “o próprio conceito da investigação criminal implica a existência de um facto que a lei escrita, previa e *praceclara* tipifique como crime. Só em sede da existência de um crime ou facto qualificado como crime é que se admite a investigação criminal”¹³⁵.

¹³² Quanto as valências da PRM vide no art.º 13º da Lei n.º 13/2013, de 12 de Agosto.

¹³³ Cfr. MARIA CÂNDIDA ALMEIDA, *Das Perícias e do Crime Organizado*, In MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTES (Coord). *III Congresso do Processo Penal*, Coimbra, Almedina, Maio, 2010, pp. 219-229.

¹³⁴ Cfr. RUI SANTOS, *Comunicações no debate*. In SUSANA COSTA E HELENA MACHADO, *As ciências na luta contra o crime: Potencialidades e limites*, CICSC da Universidade do Minho, Húmus, 2012, p. 16.

¹³⁵ MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Teoria geral ...*, 4ª Ed., 2014, p. 412.

1.1. Objectivos e objecto da investigação criminal

Na perspectiva de MANUEL VALENTE, a investigação criminal procura “descobrir, recolher, conservar, examinar e interpretar as provas”, como também, “*localizar, contactar e apresentar as provas pessoais* que conduzam ao esclarecimento da verdade material dos factos que consubstanciam a prática de um crime”¹³⁶. Nesta óptica, constituem prova, todos os factos relevantes e concretos para a existência ou inexistência do crime, a punibilidade ou não punibilidade do arguido e a determinação da pena ou da medida de segurança aplicáveis.

Para LUÍS CARLOS LAMEIRA DE FREITAS, conceito de prova é “um conceito poliédrico que compreende vários sentidos: a prova enquanto actividade probatória - ”acto ou complexo de actos que tendem a formar uma convicção da entidade decisora sobre a existência de uma determinada situação factual”; a prova como resultado – “a convicção da entidade decisora formada no processo sobre a existência ou não de uma dada situação de facto; e prova como meio – “o instrumento probatório para formar aquele meio”¹³⁷.

A investigação criminal tem, na sua essência os objectivos da descoberta da verdade¹³⁸ material através da reconstituição dos factos juridicamente relevantes e que ocorreram em determinado espaço e tempo, com fim da realização da justiça. O autor afirma ainda que a investigação criminal é composta por actos juridicamente relevantes preordenados, praticadas por grupos de pessoas legais e legitimamente investidas, seguindo um modelo padronizado e sistemático, que irão apurar a existência ou não do crime ”determinar os autores e reunir as provas necessárias a uma descoberta da verdade”¹³⁹.

Os factos juridicamente relevantes resultantes das condutas humanas por acção e omissão e que conduzem à materialidade e à autoria do crime são considerados o seu objecto. Todavia, o autor defende que a “investigação criminal, levada a cabo pela polícia procura descobrir, recolher, conservar, examinar e interpretar provas reais ..., ou seja, ... pode ser o motor de arranque e o alicerce do processo-crime que ira decidir pela

¹³⁶ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Processo penal...* 3ª Ed. Revista, 2010, p.34.

¹³⁷ LUÍS CARLOS LAMEIRA DE FREITAS, *Dos indícios e dos vestígios no âmbito das medidas cautelares e de polícia*, Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais, Lisboa: ISCPSI, 2013, p.9-11.

¹³⁸ Cfr. ELIOMAR DA SILVA PEREIRA, *O problema da verdade na investigação criminal*, In: HELENA REGINA LOBO DA COSTA (Coord.) REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS RBCCrim, Editora Revista dos Tribunais, Ano 19.91. Julho-Agosto, 2011, p. 98-134.

¹³⁹ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Processo penal...* 3ª Ed. Revista, 2010, p.22.

condenação ou pela absolvição”¹⁴⁰. Sendo o seu fim fulcral “a realização do direito de defesa da sociedade, do colectivo, que tem o direito de viver em segurança e em uma ordem social e internacional que lhe garanta efectivação plena dos seus direitos e liberdades ...”¹⁴¹.

Partilhando o entendimento de GERMANO MARQUES DA SILVA, a “finalidade de investigação criminal é a reconstrução jurídica do facto na sua existência histórica, reconstituição que se faz através do processo penal...”¹⁴², sendo que, como referem SUSANA DURÃO e MÁRCIO DURCK, a investigação criminal é como “actividade profissional de carácter meramente instrumental, em que o agente investigador seria um para-cientista, ..., é vista como a porta de entrada do sistema de justiça criminal, que classifica e avalia os factos antes de qualquer outra parte desse mesmo sistema”¹⁴³.

Certo é, esta verdade material consubstancia-se assim na reconstituição histórica dos factos ocorridos em determinado espaço temporal e os limites processuais decorrentes dos normativos processuais, a qual deve consistir na descrição dos factos em harmonia com as regras do processo penal decorrente do princípio da legalidade, em contraposição da verdade formal.

Segundo os princípios da investigação da verdade material e da verdade processual, a investigação criminal é um instrumento da descoberta da verdade material, um objectivo que consiste na consolidação do processo criminal equitativo, e porque é sobre ela que recai a descoberta de todos os factos relacionados com o processo, cujos actores não só são nacionais, como também os estrangeiros, em especial das Comunidades que moçambique integra. Tratando-se da reconstituição histórica de eventos do passado deve orientar-se no sentido de dar resposta aos elementos essenciais de informação, *Quem? O quê? Onde? Quando? Como e Porquê?*

1.2. Políticas Públicas de Segurança: Liberdade e Segurança

Num Estado de Direito Democrático, como pode ser descrito aquele em que vivemos, cada vez mais se coloca em cima da mesa a defesa dos Direitos, Liberdades e Garantias dos Cidadãos.

¹⁴⁰Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Teoria Geral...*, reimpressão da 3ªEd., 2014, p.113.

¹⁴¹Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Processo penal...* 3ªEd. Revista, 2010, p.38.

¹⁴²Cfr. GERMANO MARQUES DA SILVA, *Direito processual penal: Do procedimento: Marcha do processo*, vol. III, Unipessoal, Lisboa: Universidade Católica, 2014, p. 25.

¹⁴³ Cfr. SUSANA DURÃO E MÁRCIO DARCK, *Investigação policial em crimes...*, 2012,p. 138.

Defende HÉLDER DIAS que “a construção do Estado de direito é uma tarefa permanente. A democracia, o proceder no limite da instabilidade, permite-se organizar a sociedade num quadro de abertura, mas, por isso mesmo, também, de grandes vulnerabilidades”¹⁴⁴.

A *vulnerabilidade* é uma ou mais fraquezas significativas no sistema físico, no equipamento, na organização, na componente humana, nos procedimentos, no *software* e *hardware* ou nas comunicações da instituição que possa ser explorada pelo adversário. As vulnerabilidades podem ser físicas, tecnológicas, operacionais e estruturais. É lógico que as vulnerabilidades estão associadas ao conceito de gestão de riscos, um processo que visa dotar os administradores de opções decisórias de elevada *racionalidade*, numa base de *custo-benefício*.

Segundo MANUEL VALENTE, “A segurança, um conceito poliédrico, é uma topologia mutável no tempo e espaço..., Os desafios da tardo-modernidade obrigam-nos a olhar para a segurança sob a teoria do ajuste topológico ao desenho poligonal,...”¹⁴⁵. Todavia, para o Autor, “A tipologia segurança ocupa o espaço e o tempo de tarefa do Estado por força jusconstitucional e jusinternacional, desde logo por se enquadrar como necessidade individual e colectiva – do “eu”, do “outro”, e do “nós”, - no espaço interno e no espaço internacional”¹⁴⁶. Desde modo, pode-se concluir que a segurança engloba vários factores de natureza económicos, políticos e jurídicos, como também o “factor espacial em mutação constante: a evolução da topologia de *Estado fronteira* para uma afirmação, cada vez mais concreta, da topologia de Estado de fronteiras”¹⁴⁷.

Na concepção de DYE (1975:1) citado por OLIVEIRA ROCHA, define as Políticas Públicas (“public policy”) do seguinte modo: “public policy is whatever governments choose to do or not do”¹⁴⁸. Entende-se que o objecto de estudo das políticas públicas “são as decisões políticas que têm impacto na vida dos cidadãos, ou o resultado da actividade governamental”¹⁴⁹.

¹⁴⁴ Cfr. HÉLDER VALENTE DIAS, *Breve contributo para uma teoria dos serviços de informações*, In POLITEIA-Revista do ISCP, Ano III – 2011, Coimbra, Abril de 2012, pp. 51-83.

¹⁴⁵ MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Segurança-um...*, 1ª Ed., Lisboa: Âncora, 2013, p.122.

¹⁴⁶ MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Segurança-um ...*, 1ª Ed., Lisboa: Âncora, 2013, p.122.

¹⁴⁷ MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Segurança-um tópico jurídico em reconstrução*, 1ª Ed., Lisboa: Âncora, 2013, p. 124. Para melhor compreensão sobre a matéria de *Estado de fronteira*, vide anotações do Autor onde cita o Adriano Moreira, *Estudos da Conjuntura Internacional*, Lisboa, publicações Dom Quixote, 2000, pp. 249-259 e 429-448.

¹⁴⁸ Cfr. J.A. OLIVEIRA ROCHA, *Gestão do processo político e políticas públicas*, Lisboa: Escolar, 2010, p.

26

¹⁴⁹ Cfr J.A. OLIVEIRA ROCHA, *Gestão do processo político e políticas públicas*, ..., 2010, p. 26.

Entende-se por políticas públicas de segurança “um conjunto, mais ou menos coerente de decisões e de medidas tomadas pelas instâncias políticas legítimas, cujo objectivo, expressamente definido, é o de fornecer através da mobilização das instituições de segurança de regulação social e de outros parceiros públicos e privadas (colectividades locais, associações, empresas) uma resposta efectiva às diversas formas de insegurança induzidas pelo fenómeno da insegurança”¹⁵⁰.

As políticas públicas de segurança é um processo de mediação social. Tem um objecto e pretende dar resposta aos disfuncionamentos entre diferentes sectores da sociedade. Só existem políticas públicas de segurança quando há uma colocação na agenda política do problema segurança. Este problema é equacionado com base nas necessidades e exigências da sociedade, ou seja, nos *inputs*, que posteriormente são transformados em *outputs* pelo Governo. Foi devido à exigência de segurança por parte da sociedade que o Governo decidiu colocar esta temática na sua agenda política, originando políticas públicas de segurança. Esta explicação é baseada na Caixa Negra de David Easton¹⁵¹.

A segurança em si é um direito de cada cidadão e assume um indumentário de dever e de “tarefa primordial do Estado”¹⁵². Contudo “são as políticas públicas que têm vindo a transformar o panorama da segurança e do próprio Estado, levando na sua emergência, a um novo processo de modernização, e produzindo ao longo dos últimos anos alterações significativas na organização e na segurança pública”¹⁵³.

Na concepção do MANUEL VALENTE, a segurança pública impõe duas perspectivas, “a *perspectiva programática-cognitiva*..., em primeiro lugar [que impõe a ideia de que], segurança pública não equivale a política policial, mas abrange uma política criminal que, por sua vez, compreende não apenas o ponto de vista da eficiência policial, mas também as garantias penais e constitucionais” e em segundo lugar, impõe que “uma política de segurança pública sem consideração pela juventude, o trabalho,

¹⁵⁰ Cfr. JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA, *As políticas de segurança e os modelos de policiamento: A emergência do policiamento de proximidade*, Coimbra: Almedina, 2006, p. 75.

¹⁵¹ Extraído nos apontamentos da unidade curricular de Políticas Pública de Segurança leccionado no 4º ano no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, pelo Docente Mestre EDUARDO PEREIRA CORREIA, 2013-2014.

¹⁵² O direito à segurança, tarefa primordial do Estado, não pode nem deve socorrer-se de meios ou medidas de cariz de Estado de Polícia, mas de meios que encontram, onticamente, o seu enraizamento na promoção do respeito da dignidade humana” Cfr. MANUEL GUEDES MONTEIRO VALENTE, *Segurança*..., 1ª Ed., Lisboa: Âncora, Maio, 2013, p.109.

¹⁵³ Cfr. EDUARDO PEREIRA CORREIA E RAQUEL DUQUE, *O poder político e a emergência das políticas públicas de segurança*, POLITEIA, ano VIII, 2011, pp. 39-49.

habitação, os problemas sociais e educação, converte-se num espectáculo sem esperanças e sem fim previsível.”¹⁵⁴.

Todavia, há uma necessidade de ter em conta o surgimento do dilema de ordem pública que implica, ou seja, “reprimir desordem implica um custo, mas é igualmente custoso não o fazer...A solução desse dilema obriga a procurar a redução simultâneo de ambos os custos, sem que a administração de um desses custos leve ao aumento de outro”¹⁵⁵. Importa trazer a perspectiva de JOSÉ FONTES quanto á operações de ordem pública que “... No uso legítimo e democrático da força e no exercício da autoridade. O Estado prevê vinculação à lei e à autoridade legítimas, e discricionariedade administrativa que não se confunde com arbitrariedade. A lei quando é justa e equilibrada dá segurança a todos...”. Está evidenciada na Lei e na Constituição que a actividade da polícia rege-se pelos princípios de Estado de Direito Democrático, sobretudo, no respeito da legalidade e na garantia da justiça de todos cidadãos.

MANUEL VALENTE conclui com ensinamento de que “**só podemos falar de uma política de segurança pública** se a enquadrarmos no contexto de uma **verdadeira política interna bem definida, sincronizada e coordenada**”¹⁵⁶. Nesta senda, o Autor aponta como sendo a segunda perspectiva, “*a perspectiva da falácia e do fracasso*, assente na ideia de a entrega às empresas de segurança privada – cujo escopo se deve enraizar em plano de subsidiariedade e nunca de complementaridade – de tarefas ou missões de prevenção de criminalidade que mais atemoriza o cidadão...” o que implica, “por consequente a perda da protecção de direitos fundamentais pessoais e a perda, por parte do Estado, do controlo na prevenção e repressão do crime”¹⁵⁷

Na Constituição da República de Moçambique assegura-se o direito de acesso aos tribunais no art.º 62.º, isto é, o direito de *acesso ao direito e tutela jurisdicional efectiva*. Os direitos fundamentais são direitos humanos constitucionalizados, gozam de protecção jurídica no âmbito estatal, de acordo com art.º 43º da CRM.

A Constituição estabelece que “a lei só pode limitar os direitos e liberdades e garantia nos casos expressamente previstos na Constituição”, segundo n.º 3 do art.º 56º

¹⁵⁴ MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Segurança-um tópico jurídico em reconstrução*, 1ª Ed., Lisboa: Âncora, 2013, p.86.

¹⁵⁵ EDUARDO PEREIRA CORREIA e RAQUEL DUQUE, *O Poder político e a emergência das políticas públicas de Segurança*, In POLITEIA, ano VIII – 2011, pp. 39-49.

¹⁵⁶ MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Segurança-um tópico jurídico em reconstrução*, 1ª Ed., Lisboa: Âncora, 2013, p.86.

¹⁵⁷ MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Segurança-um tópico jurídico em reconstrução*, 1ª Ed., Lisboa: Âncora, 2013, pp.86-87.

CRM. “Ninguém está sujeito senão às limitações estabelecidas na lei com vista exclusivamente a promover o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos outros e a fim de satisfazer as justas exigências da moral, ordem pública e do bem-estar numa sociedade democrática”¹⁵⁸.

O “limite pode desembocar ou traduzir-se qualificadamente com condicionamento ou seja, num requisito de natureza cautelar de que se faz depender o exercício de algum direito, como prescrição de um direito”¹⁵⁹. Segundo MARIA FERNANDA PALMA “A legitimidade do poder punitivo decorrente do Estado de direito democrático apela à utilização do Direito Penal para proteger os bens essenciais à existência da sociedade, definidos pela sua substancialidade valorativa e pela sua existência interindividual”¹⁶⁰.

A segurança, como *limite inultrapassável* e *garantia dos direitos humanos*, apoiamos a opinião defendida por MANUEL VALENTE que:

A segurança é um polígono poliédrico, plurifuncional e plurinormativo, que se afirma como uma *necessidade* e um *valor individual colectivo mutável* e adequável a um estado conceptual do ser humano e do *Estado* de um *tempo* e de um *espaço* gravitacional, e com um *sentimento real e cognitivo*, (ou psicológico-cognitivo) a ser produzido e alcançado com *instrumento, meio e actividade* desenvolvida por entes dotados de *ius imperii* para a prossecução do *fim* público (e privado) primordial da sociedade sem fronteiras: a vivência harmoniosa em comunidade¹⁶¹

No contexto interno, as políticas de segurança têm sido orientadas na base da lógica ao sistema e à polícia, como fora de ligação à comunidade, deixando, por um lado, o objecto da polícia, a demanda da segurança dos cidadãos, nas diversas perspectivas. A Constitucionalização do *direito à liberdade e à segurança*¹⁶² é expressa no art.º 59º CRM. Os direitos fundamentais devem ser considerados de acordo com a precisão da terminologia “direitos da personalidade, situações funcionais, direitos dos povos, interesses difusos e deveres fundamentais”¹⁶³. Tais direitos efectivam-se pela

¹⁵⁸ Cfr. EU-SEC II – UNICRI..., ISCPSI, 2011, p. XVIII.

¹⁵⁹ Cfr. JORGE MIRANDA, *Manuel de direito constitucional*, ..., 2ª Ed. Reimp., 1998, p. 297.

¹⁶⁰ Cfr. MARIA FERNANDA PALMA, *Constituição e Direito Penal*. In MARIA FERNANDA PALMA (Coord) *Casos e Materiais de Direito Penal*, 3ª Ed., Coimbra: Almedina, 2004. p. 24.

¹⁶¹ MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Segurança-um tópico jurídico em reconstrução*, 1ª Ed., Lisboa: Âncora, 2013, p. 133.

¹⁶² Cfr. MANUEL GUEDES MONTEIRO VALENTE, *Segurança...*, 1ª Ed., Lisboa, Maio, 2013, p. 26.

¹⁶³ Cfr. JORGE MIRANDA, *Manuel de direito constitucional*, ..., 2ª Ed. Reimp., 1998.

vontade política, ou seja, das decisões emanadas no âmbito das políticas públicas de segurança.

Na concepção binária da liberdade e segurança, defende RAQUEL DUQUE que “Tornou-se evidente que analisar a liberdade e a segurança à luz do discurso dominante baseado no equilíbrio entre as duas implica que, tanto na identificação dos abusos como na justificação da proporcionalidade das medidas de segurança, se aceita que para se ter uma sociedade segura se tenha de abdicar ou dos direitos ou da segurança”¹⁶⁴.

A busca perante de equilíbrio do binário liberdade e segurança é uma característica do Estado de Direito Democrático, sendo que a liberdade e segurança é uma e uma política deste tipo de Estado. Sem a segurança não há liberdade, e dizia BENJAMIN FRANKLIN Jornalista dos Estados Unidos da América que “*They that can give up essential liberty to obtain a little safety deserve neither liberty nor safety*. Esta ideia veio a ser reforçada pelo MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, na óptica que defende que “A segurança não é, nem deve ser pressuposto da liberdade, nem a liberdade deve ser pressuposto da segurança... Em democrática coexistem e se auto-afirmam em simultâneo. A liberdade é fundamento da existência humana, conquanto a segurança é fundamento da coexistência (e sobrevivência) humana”¹⁶⁵.

2. DO “DIREITO” PROCESSUAL PENAL

2.1. Conceito e âmbito do «direito» processo penal

A necessidade de garantir uma prevenção e repressão eficaz à criminalidade, dentro dos pressupostos de um processo penal, de um Estado de Direito Democrático, e no respeito da sua estrutura essencial, pressupõe soluções de responsabilidade e de coerência dos diversos actores envolvidos. Responsabilidade que impõe que, no processo penal, as competências, legal e constitucionalmente estabelecidas, tenham de ser garantidas no seu núcleo essencial. Coerência, pela preservação de todos os valores constitucionalmente protegidos, segundo regra de concordância prática¹⁶⁶.

Assumindo um papel importante no âmbito da orientação dos actores da justiça de forma a cumprir e fazer cumprir a lei, na opinião de MANUEL VALENTE o processo penal

¹⁶⁴ RAQUEL DUQUE, *Singularidade da Coexistência da Liberdade e da Segurança em Democracia*, In EDUARDO PEREIRA CORREIA, (Coord.), *Liberdade e Segurança*, Lisboa, ISCPSI-ICPOL, 2015, pp. 55-69.

¹⁶⁵ MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Liberdade e Segurança – Olhar integrador (!)*, In EDUARDO PEREIRA CORREIA, (Coord.), *Liberdade e Segurança*, Lisboa, ISCPSI-ICPOL, 2015, pp. 153-159.

¹⁶⁶ Cfr. JOSÉ MANUEL DAMIÃO DA CUNHA, *Relacionamento ...*, Janeiro, 2005.

“é direito constitucional aplicado e é a área jurídica alforre da acção de Polícia (OPC) e do MP”¹⁶⁷. Segundo MANUEL DE FERREIRA e FIGUEIREDO DIAS, em conceito partilhado por GERMANO DA SILVA, o direito processual penal consiste num “conjunto de normas jurídicas que disciplinam a aplicação do direito penal aos actos concretos ... ou seja, o conjunto das normas jurídicas que orientam e disciplinam o processo penal”¹⁶⁸.

Na ideia de OLIVEIRA ASCENSÃO “o direito processual é direito público” ou melhor, “é direito subjectivo”, um “ramo do direito que disciplina a actividade dos juizes na solução dos casos que lhes são apresentados. Regula-se pois uma forma de actividade do Estado, embora mediante estes órgãos especializados e independentes”¹⁶⁹. O enquadramento do direito processual no direito público prende-se com as razões que determinam o papel do Estado num dado processo, pelo seu carácter, que reveste sempre a natureza de poder público e exercendo no âmbito do processo uma função administrativa da justiça. Para GERMANO DA SILVA “a inderrogabilidade por vontade dos sujeitos”¹⁷⁰ é a consequência da natureza pública do direito processual penal.

Nesta perspectiva, MANUEL VALENTE realça a ideia de que “falarmos de processo penal é falarmos de nós, da nossa liberdade, dos nossos direitos, liberdades e garantias, da nossa visão e vivência em um Estado de Direito democrático, cujo a verdade material se “subalterniza” frente a valores cruciais para a observância da comunidade e cada individuo em si enraizado”¹⁷¹. Numa visão jurídica, o processo penal na estrutura é explicada por várias teorias¹⁷², cabendo assim ao processo penal decidir “sobre se foi cometido algum crime e em caso afirmativo, sobre as respectivas consequências jurídicas e a sua execução” e ainda, “disciplinar a intervenção das autoridades judiciárias na execução das penas e medidas de segurança criminal e o direito penitenciário a intervenção das autoridades administrativa”¹⁷³.

2.2. Objecto e objectivos do direito processual penal

Para GERMANO MARQUES DA SILVA “a definição do objecto do processo é em função dele que se hão-de resolver questões como a da litispendência e a do caso

¹⁶⁷ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Do Ministério Público ...*, 2013, p. 456.

¹⁶⁸ Cfr. GERMANO MARQUES DA SILVA, *Curso de Processo Penal*, Vol. I, ..., 1993, p. 11.

¹⁶⁹ Cfr. JOSÉ DE OLIVEIRA ASCENSÃO, *O Direito: Introdução e Teoria ...*, 11ª Ed. Ver., 2001, p.346.

¹⁷⁰ Cfr. GERMANO MARQUES DA SILVA, *Curso de Processo Penal*, Vol. I, ..., 1993, p. 27.

¹⁷¹ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE (Coord). *I Congresso do Processo...*, 2005, p. 12.

¹⁷² Cfr. GERMANO MARQUES DA SILVA, *Curso de Processo Penal*, vol. I, ..., 1993, p. 24.

¹⁷³ Cfr. GERMANO MARQUES DA SILVA, *Curso de Processo Penal*, vol. I, ..., 1993, p.16

julgado, do *thema probandum*, da convulsão, do objecto dos recursos, etc.”¹⁷⁴. Entende-se que o objecto do processo é o facto juridicamente relevante.

Segundo Eduardo Correia citado por GERMANO MARQUES DA SILVA “o facto juridicamente relevante aquele é o facto materialmente ilícito”¹⁷⁵. Já segundo MANUEL VALENTE, “a investigação criminal proclamadamente exigida por nós ocupa um papel fundamental na marcha do processo e no direito penal: por um lado, a actividade desenvolvida pelos OPC ou MP ou JIC releva na preponderância da identificação do objecto de processo e, por outro, esta concreção promove a prevenção criminal *lato sensu*, quer material quer processual”¹⁷⁶. Alerta o autor que o “crime não é elemento epistemológico da guerra, mas da sociedade em tempo de paz, sob pena do quadro jurídico ser totalmente diverso do que se impõe num Estado de direito democrático”¹⁷⁷.

O processo penal como qualquer outro processo assume uma panóplia de mecanismos na busca desses fins ou funções, que “podem buscar-se numa perspectiva estritamente jurídico-processual, enquanto se procura a revelação das grandes relações (enquadramento) ” funcionais entre as singulares normas e problemas jurídico-processuais e a totalidade da origem jurídica”¹⁷⁸.

Para GERMANO MARQUES DA SILVA, dado o carácter instrumental do processo, ele tem como finalidade “a realização da justiça, que pressupõe a descoberta da verdade material e o restabelecimento da paz jurídica”¹⁷⁹. Na opinião de JOSÉ DA CUNA, “existe um conflito entre a necessidade de combater, eficaz e coerentemente, a criminalidade, sem se prescindir, todavia, das garantias inalienáveis do processo penal, como seja a procura da justiça, o respeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos e, ainda pelos direitos de defesa do próprio arguido”¹⁸⁰. A realização da justiça não é um fim absoluto, ou único do processo penal pois “pressupõe também descoberta da verdade”¹⁸¹.

¹⁷⁴ Cfr. GERMANO MARQUES DA SILVA, *Curso de Processo Penal*, vol. I, ..., 1993 pp.18-19.

¹⁷⁵ Cfr. GERMANO MARQUES DA SILVA, *Curso de Processo Penal*, vol. I, ..., 1993, p. 21.

¹⁷⁶ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Teoria Geral...*, reimpressão 3ªEd., 2014, p.369.

¹⁷⁷ Cfr. MANUEL GUEDES MONTEIRO VALENTE, *Segurança...*, 1ª Ed., Lisboa: Âncora 2013, p. 15.

¹⁷⁸ Cfr. GERMANO MARQUES DA SILVA, *Curso de Processo Penal*, vol. I, ..., 1993, p. 24.

¹⁷⁹ Cfr. GERMANO MARQUES DA SILVA, *Curso de Processo Penal*, Vol. I, ..., 1993, p. 24.

¹⁸⁰ Cfr. JOSÉ MANUEL DAMIÃO DA CUNHA, *Relacionamento entre autoridades ...*, 2005, p. 100.

¹⁸¹ Só no pressuposto de que no processo se alcançou a verdade se admite a necessidade da sujeição à sanção. Quanto a verdade, S. João dizia “*Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará*”. SÃO JOÃO, (8:32) in *Bíblica Sagrada*. Nas situações de *in* (segurança) a verdade no processo penal pode ser sacrificada, “de modo processualmente valido e admissível, integrando o respeito dos direitos fundamentais das pessoas que no processo vêm envolvidas”. Cfr. GERMANO MARQUES DA SILVA, *Curso de Processo Penal*, Vol. I, ..., 1993, p. 25.

3. A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL EM MOÇAMBIQUE

3.1. Contexto histórico-jurídico da investigação criminal

A legislação processual penal e a matéria de referência da investigação criminal no ordenamento jurídico moçambicano provêm em grande medida do ordenamento jurídico português. De forma sucinta explica-se de seguida como tal se efectivou.

No século XIX (1893) surge a automatização das funções da PIC no seio da Polícia Cívica, que passava a incluir a repartição da Polícia de Investigação Judiciária e Preventiva, antecessora da Polícia Judiciária. No século XX (1917) é criada a PIC por Decreto que regula o provimento dos agentes da PIC de Lisboa, Ministério do Interior, no Diário do Governo n.º 22, de 08 Fevereiro, de 1917, pelo Presidente da República Sidónio Pais. E por Diário do Governo n.º 222, de 21 de Dezembro, de 1917, que modifica o quadro de pessoal da PIC de Lisboa.

A evolução da investigação criminal propriamente dita começa, desde 1918, enquanto tarefa da Polícia Cívica em Portugal que durou apenas quatro anos por força de uma reorganização dos serviços, aprovada pelo Decreto n.º 8435, de 21 de Outubro de 1922, e que conduziu à centralização dessa competência na Polícia de Investigação Criminal, antecessora da actual Polícia Judiciária Portuguesa. Sensivelmente sete anos depois, vem a ser aprovado o CPP Português, pelo Decreto n.º 16 489, de 15 de Fevereiro de 1929. Por Decreto n.º 19271, de 24 de Janeiro de 1931 declara-se a entrada em vigor nas colónias do CPP aprovado pelo Decreto n.º 16489, de 15 de Fevereiro de 1929. Mais tarde, surge o Decreto n.º 17 640, de 22 de Novembro de 1929, que modela os serviços da PIC.

E passados alguns anos, dá-se a transferência da PIC para o Ministério da Justiça e de Culto, na sequência de grandes reformas da polícia portuguesa. Em 1945 é criada a Polícia Judiciária, em substituição da PIC, após uma nova reestruturação geral da polícia portuguesa, integrada no Ministério da Justiça, sob direcção do juiz de direito, Dr. Monteiro Júnior¹⁸². E pela dinâmica que a justiça era encarada, pareceu oportuno remodelar alguns princípios básicos do processo penal, sendo em tal altura que se publica o Decreto-lei n.º 35 007, de 13 de Outubro de 1945, extensivo às províncias ultramarinas através da Portaria n.º 17 076, de 13 de Outubro de 1945.

¹⁸² Cfr. RUI ALEXANDRE SANDE MASSANEIRO, *Gestão do local de crime- perspectiva e abordagem do primeiro elemento policial*, Trabalho de Licenciatura em Ciências Polícias, Lisboa: ISCPSI, 2009.

Face às necessidades de se obter uma justiça adequada à realidade e dinâmica evolutiva da sociedade da Metrópole e extensivo às colónias é aprovado o Decreto-lei n.º 35042, de 20 de Outubro de 1945, que modela alguns princípios básicos do processo penal – Organiza os serviços da Polícia Judiciária. Com o processo de descolonização e de preparação da Independência de Moçambique, no Governo de Transição é aprovado o Decreto-lei n.º 28/75, de 1 de Março, que introduz algumas alterações ao formalismo processual penal e ao Código das Custas Judiciais.

Depois da Independência de Moçambique, em 25 de Junho de 1975, e com a implantação da República Popular de Moçambique, surge o primeiro Decreto-lei na primeira sessão do Conselho de Ministro da República Popular de Moçambique que decorreu entre 09 a 25 de Julho de 1975, o Decreto-lei n.º 4/75, de 16 de Agosto, relativo ao exercício da advocação e à criação do Serviço Nacional de Consulta e Assistência Judicial sob dependência da Procuradoria-Geral da República. Dois meses depois é aprovado o Decreto-lei n.º 25/75, de 18 de Outubro, que integra nas estruturas do Ministério do Interior a Polícia Judiciária de Moçambique, passando a designar-se Polícia de Investigação Criminal.

Dada a situação em que se encontrava o país e de forma a adequar a essa realidade pós-independência, o legislador viu-se obrigado a introduzir algumas alterações no CPP em vigor apenas na República Popular de Moçambique através da Lei n.º 5/81, de 8 de Dezembro. E, com intuito de se dar a maior celeridade aos processos-crime que corriam os seus trâmites, foi aprovada a Lei n.º 9/92, de 6 de Maio, que introduziu alterações ao processualismo penal e reintroduziu as figuras de assistente e do crime particular.

No âmbito das garantias dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e nas competências da autoridade judicial na manutenção da prisão sem culpa formada, foi aprovada a Lei n.º 2/93, de 24 de Junho, que cria os juízes da instrução criminal e delimita as suas funções jurisdicionais e competências no âmbito dos processos-crime. Alguns artigos da Lei n.º 2/93, de 24 de Junho foram declarados inconstitucional pelo Acórdão 04-cc-2013, de 17 de Setembro¹⁸³.

¹⁸³ Acórdão atinente ao pedido de apreciação e declaração, com força obrigatória geral das inconstitucionalidades contidas nos dispositivos do Código de Processo Penal (CPP), formulado por MÁRIA ALICE MABOTE e outros mil e novecentos e noventa e nove cidadãos. Foram declarados inconstitucionais por força obrigatória geral, as seguintes normas: alínea a) do § 2º do art.º 291.º, (n.ºs 1º, 2º, 3º, do § único do art.º 292.º, ambos do CPP conforme a redacção dada pela Lei n.º 2/93, de 24 de Junho), § 3º do art.º 308.º e § 1º do art.º 311.º do CPP.

No plano normativo moçambicano não está expressamente definido o conceito de *investigação criminal*. O legislador optou por traçar as linhas funcionais e objectivas da investigação criminal no âmbito da instrução preparatória dos processos-crime.

Dado o histórico do nosso sistema de investigação criminal, optou-se por um conceito de investigação criminal concebido semanticamente no conceito de inquérito que se encontra plasmado no plano normativo português, o qual define a investigação criminal como “o conjunto de diligências que, nos termos do processo penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus autores e a sua responsabilidade, descobrir e recolher as provas, no âmbito do processo” nos termos do art.º 1.º da Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto - Lei da Organização da Investigação Criminal. Conceito este semelhante à função da PIC expressa no art.º 15.º da Lei n.º 16/2013, de 12 de Agosto, de “garantir as diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de crime, determinar os seus agentes e sua responsabilidade, descobrir e recolher provas, no âmbito do processo” não sendo pois um conceito de investigação criminal propriamente dito.

3.2. Organização e funções da Polícia de Investigação Criminal

No âmbito da organização da PIC, a Lei n.º 16/2013, de 12 de Agosto, estabelece no n.º 2 do art.º 16.º que “as competências e composições das direcções e das delegações da Polícia de Investigação Criminal são estabelecidas em regulamento”, regulamento este que foi aprovado em Fevereiro de 2015, até então, como Decreto Publicação Prova¹⁸⁴.

No entanto, o regulamento previsto no n.º 2 do art.º 16.º da Lei n.º 16/2013, de 12 de Agosto, ora aprovado, prevê dois níveis de organização da PIC, nomeadamente nível Central referente aos Departamentos, e nível Local no que tange às Delegações Provinciais e Distritais. Ao nível Central enquadram-se os seguintes Departamentos Centrais: De Instrução e Investigação Criminal; Informações Policiais; Técnica Criminalística; Identificação e Registo Policial e da Interpol. A nível Local enquadram-se as delegações Provinciais a seguir mencionadas, que funcionam de forma integrada,

¹⁸⁴ Em contacto telefónico com as entidades proponentes na regulamentação referida, na Direcção Nacional da Polícia de Investigação Criminal, explicaram que trata-se de um Decreto aprovado pelo Governo que ainda não foi atribuído o n.º para a sua publicação definitiva no Boletim Oficial da República de Moçambique, estando a entidade proponente a fazer as devidas revisões finais, para de seguida e no mais curto de tempo possível proceder-se o devido encaminhamento a entidade competente para a sua publicação oficial e respectiva entrada em vigor.

com a excepção da Interpol: Delegação Provincial de Instrução e Investigação Criminal; Informações Policiais; Técnica Criminalística; Identificação e Registo Policial. Nas delegações provinciais funcionarão ainda os Cartórios provinciais e Secretarias provinciais.

Ainda a nível Local, no que tange às delegações Distritais, estas funcionam de forma integrada, com a excepção da Interpol: Delegação Distrital de Instrução e Investigação Criminal; Informações Policiais; Técnica Criminalística; Identificação e Registo Policial. Todavia, o regulamento referido prevê uma inovação de quatro departamentos a nível Central, fora dos departamentos tradicionais já referidos, que funcionarão de forma integrada, com excepção nas delegações locais, os seguintes departamentos: Departamento de Estudos e Desenvolvimento Institucional; Administração Pessoal e Financeira; Ética e Disciplina e Departamento da Tecnologia de Informações e Comunicações.

Quanto a área da Técnica Criminalística como Departamento Central e com as delegações provinciais e locais, o criminólogo ARLINDO FOLE NTHUPI explicou que em termos de estrutura a nível interno, nós neste momento temos duas repartições: técnica clássica e técnica especial. Na técnica clássica temos 5 especialidades: teratoscopia, estatoscópica, grafologia, balística forense, fotografia judicial. Estas cinco especialidades estão interrelacionadas a outras especialidades da técnica especial....¹⁸⁵

Relativamente a invisibilidade da área técnica da recolha de impressões digitais, uma das técnicas mais usuais na área investigativa para efeitos de identificação e registo policial como também no auxílio na descoberta da verdade material no âmbito de processos-crime, quando a valorização dos pontos de concordância aceites, como por exemplo, aceitação da técnica de 7 pontos em Portugal, ARLINDO FOLE NTHUPI esclarece que “... Quando à impressão digital, é feita manualmente ou de lupas, mas chegamos a mesma conclusão. No mínimo nós contamos com oito núpcias, aliás estamos defendidos pelo código penal e os nossos juízes e advogados estão sensibilizados”¹⁸⁶.

A criação destes departamentos é um grande desafio para a PIC e para a sociedade em que presta os serviços públicos, e com mais relevância a questão da autonomia desta

¹⁸⁵ Cfr. ARLINDO FOLE NTHUPI, Criminólogo Responsável da Técnica Especial do Laboratório Central da Criminalística, em entrevista realizada em 24 de Julho de 2014.

¹⁸⁶ Cfr. ARLINDO FOLE NTHUPI, Criminólogo Responsável da Técnica Especial do Laboratório Central da Criminalística, em entrevista realizada em 24 de Julho de 2014.

polícia que já é previsível, ou seja, ainda visível com a criação do Departamento de Administração Pessoal e Financeira, que terá amplitude e competências de gerir o respectivo património, finanças, pessoal dentro do quadro da dependência orgânica e hierárquica do Comando Geral da PRM. Outrossim é a criação dos cartórios nas delegações provinciais, como também a nível provincial e distrital as delegações da Técnica Criminalística e Identificação e Registo Policial, o que era um problema sério, que em muitas vezes era o próprio cidadão que era afrontado para dizer o seu historial, o que tudo não era verdade “Não esqueçamos que o registo criminal é necessário. Nesta vertente, há necessidade de alocar os meios. Esta inexistência de registo criminal colmata-se com o próprio cidadão a quando estiver em contradição com a lei”¹⁸⁷.

A questão que tem sido referida em diversas direcções de investigação criminal do país quanto a falta ou a invisibilidade da área da técnica criminalística, pareceu ter uma solução que não passa só pelo aumento da delegações como também pelo respectivo apetrechamento a nível nacional, dando-se como prioridade a formação do homem que estará na dianteira dessas áreas específicas fulcrais para dar resposta no processo criminal. O Criminólogo ARLINDO FOLE NTHUPI defendeu a necessidade de existência de tais áreas operacionais e bem equipadas e explicou que “...nós temos dez especialidades e todas estas devem estar operacionais e precisam de estar equipados, e nós já começámos com este processo, é um processo ininterrupto. Por mais que os equipamentos sejam mais onerosos, nós vamos mais pautar pelo gradualismo”¹⁸⁸.

A PIC, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do art.º 13.º da Lei nº 16/2013, de 12 de Agosto, semanticamente referida no n.º 1 do art.º 3.º do Decreto n.º 27/99, de 24 de Maio, é um ramo da PRM, como anteriormente referido. Ora, nos termos do art.º 15.º da Lei nº 16/2013, de 12 de Agosto, a PIC tem por função “garantir as diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de crime, determinar os seus agentes e sua responsabilidade, descobrir e recolher provas, no âmbito do processo”.

O mesmo diploma preceitua no art.º 18º as funções gerais da PIC, nomeadamente:

a) *Investigar actos de natureza criminal e realizar actividades atinentes à instrução dos processos-crimes nos termos da lei;*

¹⁸⁷ Cfr. RAMADANE IMANO, Procurador da República do distrito de Ribaué, em entrevista na Vila Municipal de Ribaué, em 13-08-2014

¹⁸⁸ Cfr. ARLINDO FOLE NTHUPI, Criminólogo Responsável da Técnica Especial do Laboratório Central da Criminalística, em entrevista realizada em 24 de Julho de 2014.

b) *Realizar as diligências requisitadas pelas autoridades jurídicas, do Ministério Público e outras instituições, nos termos da lei;*

No âmbito das funções gerais, é notável em alguns diplomas, uma referência semântica das mesmas. Aliás, está plasmado na al. a) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto n.º 27/99, de 24 de Maio, e na al. a) do n.º 2 do art.º 4.º do Decreto n.º 22/93, de 15 de Setembro, ”investigar e proceder à instrução preparatória de processos relativos aos crimes de delito comum”, como função típica da PIC.

A lei ordinária referida, no n.º 2 do art.º 19.º atribui à PIC funções específicas:

a) *Proceder a intercepção e gravação devidamente autorizada, pela entidade judicial competente, da conversação e imagem ou qualquer outro tipo de comunicação, no âmbito de investigação criminal;*

b) *Assegurar a ligação dos órgãos de investigação criminal e organismos públicos nacionais e com organizações internacionais de cooperação policial, designadamente a INTERPOL e outros congéneres.*

Sendo que algumas devem ser exercidas em coordenação com outras instituições especializadas, proceder a instrução de processos relativos alguns tipos de crimes:

a) *Falsificação de documentos;*

b) *Sequestros e raptos ou tomada de reféns;*

c) *Tráfico de pessoas e de órgãos humanos;*

d) *Associação para delinquir;*

e) *Cultivo, produção, fabrico....., substâncias psicotrópicas, precursores ou outras substâncias de efeitos similares;*

f) *Corrupção, crimes económicos e financeiros; branqueamento de capitais, bens, produtos ou direitos provenientes de actividades criminosas;*

g) *Contrafacção de moeda, título de crédito, valores selados, selas e outros valores equiparados ou a respectiva passagem.*

A ideia do legislador ao tipificar os crimes da competência da PIC é a de a legitimar como um órgão com competências próprias, e com o dever e o direito de colaboração com essas instituições especializadas.

Na protecção e garantia da liberdade, destaca-se a *função de prevenção criminal*, a qual esta plasmada no art.º 20.º da Lei n.º 16/2013, de 12 de Agosto, e em consequência disso, partilha-se a ideia do Manuel Valente que “a dinâmica processual democrática, cimentada nos valores da lealdade e da livre vontade, impõe aos

investigadores que olhem para o arguido ou suspeito de crime em investigação como um ser humano frágil e pecador, cujo escopo se constrói não só no sentido de somente punir seca e eficazmente, mas antes de prevenir que os outros «eu» pequem e que o pecador volte a cometer o mesmo ou outro qualquer pecado¹⁸⁹. Nesta senda de funções da PIC, o art.º 10º do Decreto-lei n.º 35007, de 1945, expressa os “fins da instrução” do processo penal, pelo que tais funções são as tipicamente plasmadas no art.º 15.º da Lei n.º 16/2013, de 12 de Agosto, como função “principal” da função da PIC, em conjugação do art.º 158.º do CPP moçambicano.

A instrução dos processos crimes que a lei atribui à PIC, a que é referida no § 1º do art.º 11.º do Decreto-lei n.º 35007, de 1945, “instrução preparatória”, tem por finalidade reunir os elementos de indiciação necessários para fundamentar a acusação, como também, elementos que possam concorrer para demonstrar a inocência e irresponsabilidade do agente, podendo aplicar-se todas as disposições do CPP, quanto ao “corpo de delito” - art.º 12.º do mesmo diploma.

O nosso CPP expressa claramente, quanto ao corpo de delito, na instrução preparatória, ao definir, nos termos do art.º 170.º do CPP como o “conjunto de diligências destinadas a instrução do processo, com excepção da instrução contraditória”. Nessa instrução preparatória dos processos crimes “a PIC actua sob direcção do MP, sem prejuízo da respectiva organização hierárquica na instrução preparatória dos processos crimes”, ao abrigo do art.º 17.º da Lei n.º 16/2013, de 12 de Agosto, conjugada com a al. b) do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 22/2007, de 1 de Agosto.

Ora, RAMADANE IMANO considera que “a PIC é investigadora por natureza não pode se confundir com outras polícias”¹⁹⁰. Contudo, as funções instrutórias do Ministério Público são exercidas pela PIC nos termos do § 3º do art.º 7.º e art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 35042, de 1945, em que é recebida a denúncia e a mesma distribuída à secção competente e, pelo Inspector desta, a um agente investigador, segundo art.º 53.º do diploma referido. Cabendo, assim, ao Ministério Público a respectiva direcção, na medida que entendemos apoiar a perspectiva segundo a qual o processo penal é uma instituição jurídica e social complexa onde se reflectem necessariamente os valores culturais de um momento histórico e as próprias ideologias do poder.

¹⁸⁹ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Teoria geral* 3ª Ed. 2014, p.356.

¹⁹⁰ Cfr. RAMADANE IMANO, Procurador da República, em entrevista de 13 de Agosto de 2014.

CAPÍTULO III

DA NOTÍCIA DO CRIME E AUTONOMIA DA PIC

1. DA NOTÍCIA DO CRIME E A GESTÃO DO LOCAL DO CRIME

Devendo a investigação criminal ser entendida como um processo contínuo, ela não pode confundir-se nem com uma fase de um processo-crime nem apenas com uma categoria profissional. O trabalho dos patrulheiros e dos investigadores criminais não concorre entre si, mas complementa-se, já que uma e outra valência recorrem a lógicas funcionais diferentes¹⁹¹.

A gestão do local do crime sendo um processo complexo, inicia-se com a notícia do crime. Segundo RUI MASSANEIRO, “... sem comunicação não se pode afirmar que haverá crime, pelo menos é certo que sem ela não se verifica um pressuposto fundamental de início do processo” pelo que, por isso, “no momento da comunicação da notícia do facto punível, impõe-se recolher certas informações e adoptar certos comportamentos sistemáticos”¹⁹². Nesta vertente procura-se saber o “*tipo de crime – elementos, subtipos e competências; data e hora – da comunicação e do facto; local – perspectiva policial e perspectiva legal; nome do comunicante – as vezes é anonimo; nome da vítima ou ofendida; e modo de comunicação*”¹⁹³. Antes do elemento policial se deslocar ao local de crime, deve registar a data e hora do recebimento da comunicação e da chegada ao local “...pois, o tempo enquanto instrumento de análise, constitui muitas vezes o fio condutor da investigação”¹⁹⁴.

Para se saber que existe um facto qualificado como crime, é necessário que seja comunicada a sua notícia, seja por via do telefone, seja por via directa na unidade policial ou por outros meios de comunicação, desde que a mesma chegue ao conhecimento das autoridades com competências de providenciar a realização das diligências necessárias.

A notícia do crime “é prévia, exterior ao procedimento, pois que este só se inicia com a promoção do Ministério Público, mas sendo exterior, pré-procedimental, é um

¹⁹¹ Cfr. RUI SANTOS, *Comunicações no debate - A Ciência do Crime: ...*, 2012, p. 138.

¹⁹² Cfr. RUI ALEXANDRE SANDE MASSANEIRO, *Gestão do local de crime...* 2009, p. 36.

¹⁹³ Cfr. RUI ALEXANDRE SANDE MASSANEIRO, *Gestão do local de crime...* 2009, p. 36.

¹⁹⁴ Cfr. RUI ALEXANDRE SANDE MASSANEIRO, *Gestão do local de crime...*, 2009, p. 33.

acto processual de grande importância”¹⁹⁵. Na óptica de TIAGO FERREIRA “notícia é qualquer facto, documento ou material, cujo conhecimento se revela susceptível de ter interesses para as finalidades de actuação de um serviço de informações”¹⁹⁶. O autor explica que a maioria das notícias recolhidas pelos serviços de informação dos Estados Democráticos resulta hoje de uma perícia orientada para fontes abertas, como também faz a distinção entre actividade dos serviços de informação da acção de polícia de investigação criminal, na medida que expressa que, o que distingue, “é apenas, inexoravelmente, a fase do processo em que se situa a respectiva intervenção”¹⁹⁷.

A gestão do local do crime é, obviamente, um processo, um conjunto de medidas levadas a cabo pela investigação criminal no âmbito do processo penal, e corresponde ao ponto de partida da investigação criminal. É no local de crime onde se obtêm os vestígios que poderão possibilitar o esclarecimento do crime, como regra geral, e segundo o princípio de Edmund Locard que estipula que “o suspeito deixa sempre algo no local de crime ou na vítima, e leva sempre consigo algo da vítima ou do local do crime”¹⁹⁸.

Por local de crime entende-se toda área onde aconteceu um determinado crime, no qual houve um/uns lesado(a) (s), ou seja, existiram ofensas físicas e/ou danos patrimoniais a um bem jurídico da qual havia um titular e, obrigatoriamente um/uns autor (es) do ilícito criminal, podendo esse local ser alargado a uma área mais abrangente em função do tipo de crime que se cometeu, o seu *modus operandis*, bem como os vestígios deixados pelo (s) autor (es) do crime¹⁹⁹.

No que diz respeito aos vestígios, Karl Zbidem, citado por Luís Carlos Lameira de Freitas define o vestígio como “*toda a modificação física e psíquica provocada pela conduta humana de acção ou omissão, que permite tirar conclusões quanto ao acontecimento que a causou – o acto criminoso*”, acrescenta ainda que “uma vez encontrados e fixados os vestígios, impõe-se interpreta-los”. Quanto a classificação de vestígios, estes podem ser “*vestígios físicos, psíquicos ou imateriais, orgânicos ou*

¹⁹⁵ Cfr. GERMANO MARQUES DA SILVA, *Direito processual ...*, Vol. III, 2014, pp. 50-51.

¹⁹⁶ Cfr. TIAGO FREDERICO DA SILVA FERREIRA, *Monitorização de Fontes Abertas no Contexto da Investigação criminal – Redes Sociais*. Trabalho de Projecto de MICP, Lisboa: ISCP SI, 2012.

¹⁹⁷ Cfr. TIAGO FREDERICO DA SILVA FERREIRA, *Monitorização de Fontes Abertas ...*, 2012, p. 17.

¹⁹⁸ Edmund Locard, professor de Medicina forense na Universidade de Lyon que em 1910 demitiu-se para criar um dos primeiros Laboratórios da polícia. EDMUNDO LOCARD, *A investigação criminal e os meios científicos*, Coimbra, 1939.

¹⁹⁹ Cfr. RUI ALEXANDRE SANDE MASSANEIRO, *Gestão do local de crime...*, 2009, p. 24.

biológicos, inorgânicos ou não biológicos e morfológicos”²⁰⁰. Nessa gestão, os intervenientes na realização das diligências têm que ter em considerações os vários factores, como o tempo, espaço, pessoas e factos que possam interferir na boa realização das diligências e nos meios de obtenção da prova. Para GERMANO MARQUES DA SILVA os meios de obtenção da prova “são instrumentos que servem as autoridades judiciais para investigar e recolher meios de prova...na perspectiva técnico-operativa os meios de obtenção de prova caracterizam-se pelo modo e também pelo momento da sua aquisição no processo, em regra nas fases preliminares...”²⁰¹.

O legislador ordinário estabelece na legislação processual penal os critérios de meios de obtenção da prova e de meios da prova, cuja gestão do local do crime propriamente dita compete aos OPC segundo a autonomia táctica e técnica que detêm para o efeito, pois “[o] local do crime constitui um livro extremamente frágil e delicado, cujas páginas por terem a consistência de poeira, desfazem-se, não raro, ao simples toque de mãos imprudentes, inábeis ou negligentes, perdendo-se desse modo para sempre, os dados preciosos que ocultavam à espera da argúcia dos peritos”²⁰².

A gestão que se efectua no local do crime implica um conjunto de tarefas que deverão ser efectuadas de uma forma sequencial e coordenada. Esta actividade, comumente aceite, compreende três fases distintas, nomeadamente isolamento, preservação e controle do local de crime. O investigador deve acompanhar a inspecção judicial e tentar delinear, desde logo, um plano de diligências para “uma investigação eficaz e eficiente na descoberta e na recolha de indícios suficientes, no exame e interpretação dos mesmos...”²⁰³.

A equipa tem como funções: delimitar definitivamente a área do local do crime; verificar as condições da segurança do local, se necessário solicitar o reforço policial; socorrer as vítimas caso haja; reavaliar a necessidade de meios humanos e materiais; fotografar ou gravar em vídeo o local de crime; observar e avaliar globalmente o local de crime; pesquisar vestígios, isolar, sinalizar e identificar os vestígios encontrados; elaborar hipóteses dinâmicas sobre os fatos ocorridos; fazer uma avaliação final no local de crime; desactivar o dispositivo montado; abandonar o local e elaborar os expedientes.

²⁰⁰ Cfr. LUÍS CARLOS LAMEIRA DE FREITAS, *Dos indícios e dos vestígios...*, 2013, p. 48.

²⁰¹ Cfr. GERMANO MARQUES DA SILVA, *Processo Penal*, Vol. II, 3ª Ed., Verbo, 2002, p. 209.

²⁰² Cfr. LUÍS CARLOS LAMEIRA DE FREITAS, *Dos indícios e dos vestígios...*, 2013, p. 30.

²⁰³ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Teoria Geral...*, Reimp. 3ª Ed., 2014, p.114.

2. DA AUTONOMIA DA POLÍCIA DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

2.1. Autonomia orgânica e hierárquica

A criminalidade dos nossos dias deve fazer-nos reflectir numa tripla vertente, nomeadamente aprofundar os conhecimentos teóricos e teórico-práticos das técnicas e táticas de investigação criminal; actualizar esses conhecimentos quanto à especificidade e a complexidade dos crimes organizados e fazer aprofundamento desses conhecimentos para olharmos para o crime de forma mais ampla²⁰⁴.

Segundo FIGUEIREDO DIAS, as polícias “...tendo por missão lutarem contra a criminalidade e na medida em que a tenham, podem certos órgãos policiais – por razões evidentes de prática de actos que (máxime como actos *instrutórios*) alcançarem eficácia e validade, directa ou indirectamente, como actos de um processo penal; de tal sorte que a actividade das polícias ganhará, por esta via, foros de actividade auxiliar de administração da justiça...”²⁰⁵. Isto é, prevenir e reprimir a criminalidade eficazmente.

Em termos filosóficos, o conceito de autonomia parece confundir-se com a liberdade, consistindo na qualidade de um individuo de tomar suas próprias decisões com base na razão. Autonomia é um conceito que pode ser encontrado e enquadrado em diversas vertentes, desde na moral, na política e na filosofia. Trata-se de um termo de origem grega cujo significado está relacionado com independência, liberdade ou auto-suficiência, embora o dicionário da língua portuguesa espelha essa realidade de outra forma, considerando-a de *uma aptidão ou competência para gerir sua própria vida, valendo-se de seus próprios meios, vontades e/ou princípios*.

Na presente investigação, a autonomia a que é referida insere-se na autodeterminação da própria organização policial, em particular a PIC que constitui parte do objecto do presente estudo, a qual se traduz na observância dos princípios constitucionais, do processo penal e na vinculação das directrizes legais como limite, na medida que a organização policial como tal, possui poderes de decidir o quando, o onde e como deve realizar uma certa actividade solicitada em directivas pelas autoridades judiciais.

Seguindo esta óptica de ideias, na perspectiva de MANUEL VALENTE esta autonomia da polícia deve ser entendida como “uma medida limitada de auto

²⁰⁴ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, Do Ministério Público ..., 2013.

²⁰⁵ Cfr. JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, *Direito processual penal*, I volume, Coimbra, 1981, p. 398.

determinação de certa instituição ou de um responsável por uma determinada incumbência, tarefa ou função (...) »²⁰⁶. Como é evidenciado, o Estado de Direito Democrático não surge de qualquer acaso sendo antes, e na perspectiva de ANTÓNIO UCAMA, “o resultado da constante luta que o homem faz na busca da melhor forma de organização do poder político. Por conseguinte, pode afirmar-se que o Estado de Direito Democrático se revela como a forma comumente aceite de limitação e controlo de poder político”²⁰⁷. Por fim, e atento agora o prisma processual, seguimos FIGUEIREDO DIAS ao defender que “como todo o verdadeiro direito público, tem o direito processual penal na sua base o problema fulcral das *relações entre o Estado e o Público e a pessoa individual e da posição desta na comunidade...*”²⁰⁸.

Segundo MANUEL VALENTE “o legislador procurou evitar que a AJ decidisse que elemento policial é que vai investigar este ou aquele caso ao determinar que os funcionários que investigam ou praticam os actos delegados pelas AJ são designados pela OPC a quem entrega o processo para investigação”, determinando que essa autonomia basear-se-á na autonomia técnica e tática, a qual tem que ser necessária e eficaz para o exercício dessa atribuição”²⁰⁹.

2.2. Autonomia técnica e tática

A designação do funcionário, não foi de mera posição tomada pelo legislador, mas, porém, obedece à “autonomia técnica e tática” que na sua plenitude consagra “o princípio da separação de funções e de respeito pela autonomia técnica e tática, tendo em conta ao *princípio da indivisibilidade do MP...*”²¹⁰. Para FERNANDO UACHE a “a faculdade de delegar poderes de instrução de processos crimes aos agentes policiais é condicionada pelas qualidades que esses agentes policiais possuem. É necessário que os agentes policiais tenham competências indispensáveis para a realização das diligências a efectuar”²¹¹. É o que distingue a designação de delegar.

²⁰⁶ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Teoria geral do direito policial*. Reimpressão 3ª.ed. Fevereiro 2012, Almedina, Lisboa, 2014, p. 408.

²⁰⁷ Cfr. ANTÓNIO COSTA DAVIDE UCAMA, *A Independência do Poder Judicial...*, 2013.p.19.

²⁰⁸ Cfr. JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, *Direito processual penal*, I volume, Coimbra, 1981, p. 58

²⁰⁹ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Teoria Geral...*, reimpressão 3ªEd., 2014, 405.

²¹⁰ Que «impõe a unidade de acção», não sendo legítimas quaisquer «directivas ou instruções diferenciadas segundo o corpo policial a que se dirigem ou os agentes que as têm de executar» - e da estrutura hierárquica ..., salvaguardando-a «como meio de assegurar as suas coesão e disciplina internas». Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Teoria Geral...*, reimpressão da 3ªEd., 2014, pp. 405-406

²¹¹ Cfr. FERNANDO HENRIQUES UACHE, *Manual prático de processo penal*, Maputo, 1ª Ed., 2008, p.13.

Segundo MANUEL VALENTE “o legislador não consagrou que os OPC têm *independência ou liberdade técnica e tática*, mas sim, *autonomia*, ou seja, uma medida limitada de autodeterminação tática e técnica do OPC na prossecução da investigação criminal sob a direcção e dependência funcional da AJ”²¹². A *independência* pretende dar uma protecção absoluta a auto-organização e auto decisão, apenas limitada pela função ou interesse que visa prosseguir, o que difere da liberdade que é um direito das pessoas, por si ou agregado em instituição, que exprime a determinabilidade ética pelo modo de prosseguir os próprios fins, onde o legislador substitui-se pela doutrina e pela jurisprudência²¹³.

Nesta perspectiva “a autonomia de que estão dotadas as polícias não pode ser interpretada no sentido de alterar as coordenadas, quer constitucionais, quer legais...., mas há-de pressupor que a autoridade judiciária exercer efectivamente a direcção da fase processual e correspondentemente da investigação que nela se integra” ou seja, está autonomia obedece os princípios de actuação “legalidade, proporcionalidade *lato sensu*, interesse público, respeito do interesse particular, justiça, boa-fé, igualdade democrático e da lealdade e da cooperação”, não significando, de modo algum “liberdade, mas vinculação às directrizes, coordenadas legais emitidas pela AJ na prossecução dos fins do processo penal em geral e do processo-crime em concreto”²¹⁴.

Na opinião de JOSÉ DA CUNHA, “naturalmente que a questão da autonomia técnica ou tática dos Órgãos de Polícia Criminal, se refere, em regra, à sua actuação por via de encargo expresso ou implícito”²¹⁵. Esse encargo reflecte-se sobretudo no CPP e nas leis orgânicas de OPC. Na ideia de MANUEL VALENTE “deve-se entender por *autonomia técnica* a «utilização de um conjunto de conhecimentos e de métodos de agir (adequado)», ou seja, a fruição de conhecimentos e métodos adequados à investigação criminal em curso face à natureza objectiva e subjectiva do processo”²¹⁶. Todavia, esclarece que, “O conhecimento e/ou método empírico ou científico não podem ser desadequados, porque num Estado de direito democrático, não se pode absolutizar a verdade material como fim único e um ídolo de adoração”²¹⁷.

²¹² Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Teoria Geral...*, reimpressão da 3ª Ed., 2014, 408.

²¹³ Cfr. VALENTE, MANUEL MONTEIRO GUEDES, *Teoria geral do direito policial*, 4ª Ed. Coimbra: Almedina, 2014.

²¹⁴ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Teoria...*, 3ª Ed., 2014, 411.

²¹⁵ Cfr. JOSÉ MANUEL DAMIÃO DA CUNHA, *Dos meios de obtenção ...*, Maio, 2006, pp. 61- 80.

²¹⁶ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Teoria Geral...*, reimpressão 3ª Ed., 2014, 409.

²¹⁷ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Teoria Geral...*, reimpressão 3ª Ed., 2014, 409.

A autonomia técnica é materializada numa série de diligências entendidas como oportunas no tempo, no espaço e com os meios considerados apropriados na gestão e inspecção do local do crime, na recolha de vestígios e na cadeia da custódia da prova. Ainda MANUEL VALENTE exemplifica a questão da autonomia técnica e tática quanto a busca domiciliária²¹⁸.

Para ANABELA RODRIGUES “esta autonomia tem por finalidade reservar para os órgãos de polícia criminal a realização das tarefas de investigação criminal que exigem técnicas, estratégias e meios logísticos e operacionais próprios das polícias”²¹⁹.

Na autonomia tática “cumpre aos OPC escolher que estratégia, que meios materiais, que meios logísticos e operacionais se apresentam como os melhores para que seja capaz de cumprir as coordenadas das autoridades jurídicas”, no entanto, “sempre que o meio empregar ponha em causa direitos e liberdades do cidadão, deve constar da devida autorização judicial”²²⁰. Para MANUEL VALENTE, a autonomia tática “consiste na escolha do tempo, lugar e modo adequado à prática dos actos correspondentes ao exercício das atribuições legais dos órgãos de polícia criminal”²²¹.

3. DOS INTERVENIENTES NA INSTRUÇÃO PREPARATÓRIA DOS PROCESSOS CRIMES

3.1. Autoridades de Polícia e Órgãos de Polícia Criminal

Acolhendo os ensinamentos do MANUEL VALENTE “Os conceitos de *autoridade de polícia*, de *autoridade de polícia criminal* e de *autoridade policial*, não se confundem porque se enquadram em planos de natureza, atribuições e competências distintos e dotam os sujeitos detentores da prerrogativa de uma qualidade jurídica especial.”²²². A natureza e a qualidade jurídica destas autoridades advêm da natureza e atribuições da instituição Policial a que o elemento pertence. A separação das competências na aplicação das medidas de polícia²²³, art.º 7.º da Lei n.º 16/2013, de 12

²¹⁸ “Compreendem a autonomia técnica, o estudo e o método a utilizar na busca, conquanto a autonomia tática compreende a escolha dos elementos, se vão fardados ou à civil, a escolha do meio locomotor, o uso de martelo pesados ou de explosivos para entrar na residencial”. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Teoria Geral...*, reimpressão 3ªEd., 2014, 410.

²¹⁹ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Teoria Geral...*, reimpressão 3ªEd., 2014, p.410.

²²⁰ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Teoria Geral...*, reimpressão 3ªEd., 2014, p. 410.

²²¹ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Teoria Geral...*, reimpressão 3ªEd., 2014, 410.

²²² MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Teoria geral do ...*, 4ª Edição, 2014, p. 72.

²²³ Para Marcelo Caetano, Mediadas de polícia ou medidas de segurança são as providências limitativas da liberdade de certa pessoa ou do direito de propriedade de determinada entidade, aplicadas pelas autoridades administrativas independentemente da verificação e julgamento de transgressão ou

de Agosto, por Autoridades de Polícia dos diversos ramos da PRM visa delinear as competências de cada autoridade no exercício de poderes de polícia. As medidas de polícia são “o exercício dos poderes de polícia, por força da ameaça que representa para as liberdades individuais”²²⁴. Para JOÃO CAUPERS, as medidas de polícia “consubstanciam-se no exercício de poderes limitadores ou constrangedores da liberdade e, como tal, têm de ser rodeadas de precauções adequadas”²²⁵.

O art.º 8.º da Lei n.º 16/2013, de 12 de Agosto, considera autoridade com competências para aplicar as medidas de polícia *os oficiais da PRM com funções de comando*, e no âmbito de Investigação Criminal *o pessoal com funções de direcção e chefia da Polícia de Investigação Criminal*. As Autoridades de Polícia “são em grande número os órgãos administrativos com funções de autoridade de policial: os órgãos que exclusivamente pertencem à administração policial; e os órgãos que, cumulativa, acessória ou subsidiariamente com outras, exercem atribuições Policiais”²²⁶. Na prossecução da actividade policial – “um processo jurídico de desenvolvimento da Administração Pública, e não uma forma de pura afirmação de força ” – as autoridades de polícia têm sob ordens agentes de execução²²⁷.

No plano administrativo, “a qualidade jurídica de *autoridade policial* ..., não exige reserva e precedência da lei que especifique «quem», ou «quais categorias» detêm essa qualidade, bastando, tão só que ocupe a função de hierárquica aos demais elementos policiais no quadrante da actividade de polícia em concreto”²²⁸. Neste âmbito, MANUEL VALENTE distingue a qualidade destas figuras jurídicas, em três prismas: primeiro “A qualidade jurídica de *autoridade de polícia* está adstrita á natureza de *polícia de ordem e tranquilidade públicas* [art.º 254.º da CRM e art.º 3.º da Lei n.º 16/2013, de 12 de Agosto] ”; segundo “A qualidade jurídica de *autoridade de polícia criminal* está adstrita á natureza de *polícia Judiciária* a que se refere a função de prevenção criminal... [art.º 20.º da Lei n.º 16/2013, de 12 de Agosto], e por último, “a qualidade jurídica de *autoridade policial* está, de forma intrínseca, ligada à natureza de *polícia Administrativa* que não se esgota no quadro das forças e serviços de segurança.

contraversão ou da produção de outro acto concretamente delituoso, com o fim de evitar a produção de danos sociais cuja prevenção caiba no âmbito das atribuições da polícia. Cfr. MARCELO CAETANO, *Manual de Direito Administrativo*, Vol. II, 10ª Ed. Reimpressão, Coimbra, Almedina 1999, p. 1170.

²²⁴ JOÃO CAUPERS, *Introdução ao direito Administrativo*, 11ª Ed., Lisboa: Âncora, 2013, p. 207.

²²⁵ JOÃO CAUPERS, *Introdução ao direito Administrativo*, 11ª Ed., Lisboa, Âncora, 2013, p. 207.

²²⁶ Cfr. MARCELO CAETANO, *Manual de Direito Administrativo*, Vol. II, 10ª Ed. Reimpressão, Coimbra: Almedina 1999, p. 1159.

²²⁷ Cfr. MARCELO CAETANO, *Manual de Direito ...* Vol. II, 10ª Ed. 1999, pp. 1159-1160.

²²⁸ MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Teoria geral do ...*, 4ª Edição, 2014, p. 72.

3.2. O Ministério Público

No ordenamento jurídico moçambicano o Ministério Público “constitui uma magistratura hierarquicamente organizada, subordinada ao procurador-Geral da República” nos termos do n.º 1 do art.º 234.º da CRM e n.º 1 do art.º 1º da Lei n.º 22/2007, de 1 de Agosto²²⁹. O MP é um órgão do Estado, ou seja, órgão de administração da justiça nos termos do art.º 236.º da CRM e art.º 4.º da Lei n.º 22/2007. A hierarquia do MP na ideia do PINTO DE ALBUQUERQUE, “não é apenas um valor constitucional conatural ao Ministério Público. Ela é também uma garantia constitucional dos cidadãos e reflecte um direito fundamental, o direito à reclamação hierárquica”²³⁰. A par disso o “direito á reclamação hierárquica é parte integrante do direito constitucional de acesso à justiça, do direito ao recurso e do direito de participação no processo penal...”²³¹.

Compete ao MP, entre as várias funções no âmbito de processo penal *exercer a acção penal; dirigir a instrução preparatória dos processos-crime; fiscalizar os actos processuais dos Órgãos da Polícia Criminal, controlar e orientar metodologicamente todos os órgãos do Estado que tenham competências legal para proceder a detenção*, nos termos da al. a), c),j) e q) do art.º 4.º da Lei n.º 22/2007, de 1 de Agosto.

O preceituado na al. j), do art.º 4.º da Lei n.º 22/2007, de 1 de Agosto, entende-se que o termo de *Órgãos da Polícia Criminal*, para o ordenamento jurídico moçambicano refere-se aos órgãos que compõem o ramo da Polícia de Investigação Criminal, seja os elementos que pertencem a entidade, seja a própria entidade PIC que integra o poder judicial, enquanto a al. q) vincula a PRM em geral, como órgão integrante do poder executivo quanto à orgânica do Estado. Não se pode confundir órgãos da polícia criminal com órgãos de polícia criminal.

Para Albino Pinto Vieira, orientar é, segundo Freita de Amaral, “definir objectivos, apontar caminhos, traçar o rumo alheio”²³², e considera natural que, o poder cometido ao MP tem ínsito um poder de controlo que consiste em fiscalizar e garantir o respeito por certas normas ou valores²³².

²²⁹ Lei Orgânica do Ministério Público e o estatuto dos Magistrados do Ministério público, com as alterações impostas pela Lei n.º 14/2012, de 8 de Fevereiro.

²³⁰ Cfr. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Unipessoal, Lisboa: Universidade Católica, 2007, p. 14.

²³¹ Cfr. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo ...*, 2007, p. 141.

²³² Cfr. ALBINO PINTO VIEIRA, *Modelo de articulação entre os órgãos de polícia e as autoridades judiciárias*, Oeiras, 2005, p. 15.

O exercício da acção penal pelo MP, não é absoluto, isto é, podem ainda exercer, além do MP, as autoridades judiciais, administrativas, policiais e os Organismos do Estado com competências para a fiscalização, nos termos do Decreto-lei n.º 35007/45, na redacção introduzida pela Portaria n.º 17076, de 20 de Março de 1959. A instrução do processo penal [crime] expressa pelo legislador “pressupõe a prática de actos sucessivos com vista a se reunirem elementos de prova da ocorrência ou não dum facto criminoso... [e respectiva] “identificação dos seus autores”²³³.

Outrossim é a questão de vinculação deste órgão em matéria processual penal.

O MP “não está vinculado a ordens concretas dadas pelo Ministro da Justiça em processo penal, por este não ter competências legais para tanto”²³⁴ e não só, “o MP não está vinculado pela jurisprudência dos tribunais superiores e não está vinculado a ordens do juiz de instrução ou do juiz de julgamento quanto à dedução de acusação ou à delimitação do objecto do processo, por força do princípio da acusação”²³⁵.

Partilhando a opinião de ANTÓNIO ALMEIDA SANTOS “o melhor atestado que pode exibir um Estado de Direito, para justificar a pertinência do qualificado, é autonomia do seu Ministério Público” aquilo que lhe cabe de “defender a legalidade democrática, só sendo autónomo em relação aos outros órgãos do Estado pode com autonomia defende-la contra eles, ou contra pressões que deles dimanem” e reforma a sua ideia explicando que essa autonomia traduz-se “...na exclusiva submissão ao principio da legalidade, reforçado pelos princípios da objectividade e da imparcialidade” embora questiona as circunstância em que é adoptado o “principio da oportunidade”, enfatizando que “ao respeito pela lei, que continua a ser a regra, fazem excepcionalmente prevalecer a razão de Estado ou, no mínimo, a razão prática”²³⁶.

Todavia, entendemos que o MP é um órgão do Estado que participa na administração da justiça, cuja função principal é a promoção de acção penal, investigação de crimes, defesa jurídica dos grupos sociais vulneráveis-menores, incapazes e ausentes, representação do Estado e fiscalização do cumprimento das leis.

²³³ Cfr. Fernando Henriques Uache, *Manual prático de processo...*, 1ª Ed., Alcance, 2008, p. 12.

²³⁴ Cfr. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo penal*, 2007, p. 145.

²³⁵ Cfr. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo penal*, 2007, p. 145.

²³⁶ Cfr. ANTÓNIO ALMEIDA SANTOS, *O Ministério Público num Estado de Direito Democrático*. In: *Revista do Ministério Público*, Lisboa, nº 76, out. - Dez./1998, pp. 9-24.

3.3. Autoridades Judiciais

Na República de Moçambique a função judicial é exercida através do Tribunal Supremo e os demais tribunais estabelecidos na lei²³⁷. A autoridade judicial é a única competente para decidir sobre a validação e manutenção da prisão sem culpa formada – n.º 2 do art.º 64.º CRM. As funções jurisdicionais são exercidas pelos Tribunais – art.º 212.º da CRM. No âmbito da instrução preparatória dos processos-crime cabe aos magistrados judiciais, designados de juízes da instrução criminal, a aplicação das medidas limitativas dos direitos dos cidadãos:

- a) a validação e manutenção das capturas;
- b) as decisões sobre liberdade provisória;
- c) as decisões sobre buscas e apreensão de objectos e instrumentos do crime;
- d) a aplicação provisória de medidas de segurança;
- e) a admissão de assistente;
- f) a condenação em multa e imposto de justiça;
- g) as decisões nos incidentes relativos a impedimentos, suspeições, falsidade e alienação mental do arguido²³⁸.

A independência dos tribunais é uma garantia específica para o povo e na “administração da justiça em nome desse povo”²³⁹. Exercer a justiça em nome do povo implica que os juízes sejam considerados agentes do povo nos quais este deposita a confiança de preservação dos princípios de justiça radicados na consciência jurídica geral e consagrados na lei constitucional.

4. DO RELACIONAMENTO ENTRE OPC E AUTORIDADES JUDICIÁRIAS

Num Estado democrático como o nosso, a investigação criminal deve respeitar a ética e a salvaguarda dos direitos fundamentais dos intervenientes processuais, independentemente da sua qualidade no processo.

O modelo de relacionamento entre Autoridades Judiciais, MP e OPC no âmbito da investigação criminal considera-se, em fase de instrução preparatória do processo penal, de um lado, nos termos estatutários do MP, do juiz de instrução criminal (juiz das

²³⁷ Segundo o art.º 2.º da Lei nº 24/2007, de 20 de Agosto – Lei da Organização Judiciária.

²³⁸ Segundo o n.º 2 do art.º 1.º da Lei nº 2/93, de 24 de Junho – Institui Juiz da Instrução Criminal.

²³⁹ Segundo o art.º 1º da Lei nº 24/2007, de 20 de Agosto.

liberdades), do juiz da causa, e por outro lado, da polícia de investigação criminal, quando à forma de interacção no âmbito da realização da justiça. Isto significa que o processo penal nas suas fases estrutura-se em torno de uma magistratura (o MP) que dirige instrução preparatória, de outra (o juiz de instrução criminal) que assegura a garantia jurisdicional dos direitos, liberdades e garantias individuais, e da polícia (PIC) que investiga, actuando no processo não por poder originário, mas em decorrência da sua condição de órgão auxiliar autoridade judicial e do MP²⁴⁰.

Segundo JOSÉ DA CUNHA, “o relacionamento entre polícia e autoridades judiciárias é um relacionamento tendencialmente unitário quanto à sua finalidade. Para efeitos do CPP existe uma só “polícia” para todo o processo penal, assim como a sua intervenção se pauta pela identidade “funções” seja qual for a autoridade judiciária que esteja em causa”²⁴¹. A questão pertinente nesta fase é elucidativa no relacionamento entre a Polícia, MP e Tribunais na fase de instrução preparatória dos processos crimes. Se por um lado, a PIC assiste ao MP e os tribunais,²⁴² por outro, a PIC nas suas funções de âmbito processual actua sob orientação directa do MP²⁴³.

A directa direcção que significa um contacto directo com os órgãos de investigação criminal o que implica um contínuo e permanente sistema de informação – todavia, tanto quanto possível, desburocratização - de modo a que exista uma efectiva responsabilização pela actividade proposta na decisão final²⁴⁴.

Decerto, o princípio da coadjuvação tem três perspectivas, a primeira é o direito de solicitação de ajuda das demais autoridades; a segunda consiste no direito de prestação de ajuda; e por fim, a terceira determina que a ajuda deve ser prestada nos termos indicados pelo tribunal. Por outro lado, a autoridade coadjuvada compete-lhe emitir directivas que entende para aquele acto, sendo da competência proposta das autoridades judiciárias, e por outro lado, decide e determina o âmbito, o objecto, o sentido e os termos da coadjuvação a ser prestada pela OPC.

²⁴⁰ Cfr. ALBINO PINTO VIEIRA, *Modelo de articulação entre os órgãos de polícia e ...*, Oeiras, 2005.

²⁴¹ Cfr. JOSÉ MANUEL DAMIÃO DA CUNHA, *Relacionamento entre autoridades...*, 2005, p. 102.

²⁴² *Assistência* significa obviamente um auxílio específico e técnico, consequência da especial preparação dos OPC por uma certa forma de investigação criminal. Cfr. JOSÉ MANUEL DAMIÃO DA CUNHA, *Relacionamento entre autoridades e...*, 2005, p. 102.

²⁴³ Cfr. JOSÉ MANUEL DAMIÃO DA CUNHA, *Relacionamento entre autoridades...*, 2005, p. 106.

²⁴⁴ Cfr. JOSÉ MANUEL DAMIÃO DA CUNHA, *Relacionamento entre autoridades...*, 2005, p. 106.

CAPÍTULO IV

DA DEPENDÊNCIA E DO PARADIGMA DA PIC

1. DOS SISTEMAS DE DEPENDÊNCIA ALTERNATIVOS

1.1. Sistema de dependência autónoma

O sistema de dependência autónoma ou sistema da autonomia, “caracteriza-se por uma completa separação, orgânica e funcional, da polícia criminal e das autoridades judiciárias [autoridades judicial e o MP], com espaços bem delineados de competências que se tocam, apenas no momento da transmissão dos *dossiers*”²⁴⁵. Para ALBINO VIEIRA, o sistema da autonomia tem como vantagens “a inexistência de conflitos, quer de competência, quer institucionais”²⁴⁶.

Na concepção de JOSÉ CUNHA, um modelo de autonomia da polícia “suporia uma alteração do modelo processual vigente, obrigando a entender a função do MP de direcção-titularidade de uma fase de inquérito «instrução preparatória», mas mais como “filtrador ” e controlador da actividade da polícia, uma espécie de “juiz de instrução” sem ser juiz, eventualmente coadjuvado por uma polícia proporia, para garantir uma imparcialidade face à anterior actividade policial”²⁴⁷.

O modelo de Autonomia da polícia “só seria aceitável se a competência processual penal da polícia não contendesse, nunca, com direitos e liberdades e garantias dos cidadãos – no fundo, seria renovar uma espécie de “inquérito preliminar”, com carácter pro-processual (...)”²⁴⁸. É dever da Polícia, respeitar os direitos e garantias dos indivíduos e zelar pelas liberdades democráticas. Este sistema de autonomia tem como principais desvantagens:

- a) Reduz a actuação da polícia criminal a actos de iniciativa própria, normalmente os mais gravosos em termos de contenderem com os direitos fundamentais dos cidadãos;

²⁴⁵ Cfr. ALBINO PINTO VIEIRA, *Modelo de articulação entre os órgãos de polícia e ...* 2005, p. 19.

²⁴⁶ Cfr. ALBINO PINTO VIEIRA, *Modelo de articulação entre os órgãos de polícia e ...* 2005, p. 19.

²⁴⁷ Cfr. JOSÉ MANUEL DAMIÃO DA CUNHA, *Relacionamento entre autoridades ...*, 2005, p. 107.

²⁴⁸ Cfr. JOSÉ MANUEL DAMIÃO DA CUNHA, *Relacionamento entre autoridades judiciários e polícia no processo penal*. In MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE (Coord). *I Congresso do Processo Penal* :Almedina, Janeiro, 2005, p. 107

b) Obriga à adopção das autoridades judiciais, de corpos próprios de funcionários com funções policiais, a fim de poderem cumprir o seu papel no processo;

c) Impõe a necessidade de existência de um inquérito policial antecedente ao processo ou então que constitua o início do mesmo, como problema de atribuição à polícia de poderes de coacção processual;

d) Amplia o risco de descoordenação entre as polícias das autoridades judiciais com aquelas a terem de subordinar-se ao trabalho desenvolvido pela polícia ou a desautoriza-la, repetindo-o (aparecem os conflitos que se pretendiam evitar); e, por último

e) A excessiva politização da polícia criminal, pela sua dependência do executivo²⁴⁹.

1.2. Sistema da completa ou total dependência

O sistema consiste “na total dependência, orgânica e funcional, das polícias perante a autoridade judicial e apresenta como vantagem da direcção única e da facilidade de coordenação e gestão dos assuntos internos de natureza judicial”²⁵⁰.

Para MANUEL FERNANDES “um sistema de “exclusividade”, criando uma polícia para o processo penal, organicamente dependente às autoridades judiciais poderá, à primeira vista, uma melhor realização das finalidades do processo penal e, em certo sentido, uma maior intervenção-responsabilização das autoridades judiciais”²⁵¹.

No entanto, este sistema implica que haja uma cisão entre os intervenientes, cisão que “teria consequências inaceitáveis na eficiência do combate [prevenção e repressão] ao crime e sobretudo na própria celeridade do processo penal”²⁵². Este sistema, implicaria, “um esquema de relacionamento orgânico ou - de dependência organizacional - levaria à necessidade de criar polícia privativas para cada uma das autoridades judiciais”²⁵³.

No âmbito das desvantagens ou inconveniências do sistema apontam-se as seguintes:

²⁴⁹ Cfr. ALBINO PINTO VIEIRA, *Modelo de articulação entre os órgãos de polícia e ...* 2005, p. 19.

²⁵⁰ Cfr. ALBINO PINTO VIEIRA, *Modelo de articulação entre os órgãos de polícia...*, 2005, pp. 19-20.

²⁵¹ Cfr. MANUEL JOSÉ MOREIRA FERNANDES, *Comunicação da Notícia de um Crime ...*, 2012, p. 37.

²⁵² Cfr. MANUEL JOSÉ MOREIRA FERNANDES, *Comunicação da Notícia de um Crime ...*, 2012, p. 37.

²⁵³ Cfr. MANUEL JOSÉ MOREIRA FERNANDES, *Comunicação da Notícia de um Crime ...*, 2012, p. 37.

- a) Amputação das funções de polícia administrativa à polícia criminal – contra o conceito unitário previsto no [art.º 254º da CRM];
- b) Independência das autoridades judiciais para a assumpção das tarefas de direcção organizatório, administrativa e disciplinar de forças policiais;
- c) Imposição de rapidamente dotar todo o país de corpos policiais na completa dependência dos tribunais penais, o que levaria à atomização de forças, desperdício de recursos que acabaria por se sobrepor negativamente às vantagens de coordenação²⁵⁴.

Para MANUEL FERNANDES, “o maior risco do sistema de exclusividade – e de dependência organizatório – consiste no facto de uma polícia, que deveria estar destinada para a investigação criminal, poder ver os seus agentes reduzidos a um conjunto de funcionários judiciais, destinados a tarefas burocráticas, perdendo-se, em relação ao processo penal, as vantagens de “experiências e *know-how*” da investigação criminal”²⁵⁵. Este tipo de sistema mostra, desde logo, a sua inadequabilidade no ordenamento jurídico moçambicano. Aliás, a Constituição limita-o.

1.3. Sistema de dependência funcional

O conceito de dependência funcional implica “o reconhecimento de autonomia (organização) da própria polícia que, originariamente, cumpre outras funções (...). Mas, actuando no processo, as polícias passam a estar sob (responsabilidade de) autoridades judiciais e não sob as ordens da hierarquia a que pertencem”²⁵⁶. Quanto ao âmbito estrito da dependência funcional, FIGUEIREDO DIAS defende que “a coadjuvação dos OPC se insere na designada cooperação judicial vertical”, a mesma posição defendida por MANUEL VALENTE²⁵⁷. Como qualquer sistema, o referido sistema de dependência funcional tem como principais características:

- a) Rigorosa delimitação de competências entre autoridades judiciais (dirigem) e as polícias (realizam as tarefas de investigação);
- b) Maximização de recursos para o combate à criminalidade, devido ao conceito aberto de polícia criminal;

²⁵⁴ Cfr. ALBINO PINTO VIEIRA, *Modelo de articulação entre os órgãos de polícia...*, 2005, pp. 19-20.

²⁵⁵ Cfr. MANUEL JOSÉ MOREIRA FERNANDES, *Comunicação da Notícia de um Crime ...*, 2012, p. 37.

²⁵⁶ Cfr. JOSÉ MANUEL DAMIÃO DA CUNHA, *Relacionamento entre autoridades e...*, 2005, p. 103.

²⁵⁷ VALENTE, MANUEL MONTEIRO GUEDES, *Teoria geral do direito policial*, 4ª Edição. Coimbra: Almedina, 2014.

c) Adequação à estrutura do processo penal que comece por um inquérito [instrução preparatória] dirigido pelo MP;

d) A adequação ao conceito unitário de polícia previsto [no art.º 255º CRM]²⁵⁸.

Para ALBINO PINTO VIEIRA o “sistema comporta o risco de cisão das polícias entre as tensões, de um lado das autoridades judiciais e, do outro, da hierarquia”²⁵⁹. Na opinião de JOSÉ DA CUNHA, para que o sistema de dependência funcional possa ser eficaz, deve observar algumas condições ou pressupostos: Primeiro temos ter em conta que não se podem excluir algumas situações de conflito, dada a dupla dependência da polícia. Os conflitos funcionais pelo facto de a polícia ter, ao mesmo tempo, que cumprir duas funções e também conflitos institucionais pela existência de dois poderes de supremacia.

Este conflito sucede, quando numa mesma situação se imponha o cumprimento das duas funções e não seja possível realizar uma sem o sacrifício da outra, embora não haja uma dada predominância prévia entre as funções, havendo porém, um princípio de igual dignidade das funções do Estado, e para a colmatar os impasses nelas proveniente, “qualquer solução deve procurar-se à luz dos critérios da concordância prática e, assim, de ponderação dos valores conflitantes no caso concreto”²⁶⁰.

Em segundo lugar, a eficácia deste modelo pressupõe um esquema de comunicação e informação, célere e informal, entre todos os intervenientes relativamente as polícias na vertente da prevenção criminal, e entre estas com o MP e os tribunais, nos domínios da regulamentação do processo penal²⁶¹. Por último, esta eficácia prende-se pelo facto de o modelo de dependência funcional não ser o único modelo para qualquer fase do processo penal.

No seguimento do pensamento de JOSÉ CUNHA “este modelo não é o modelo para toda a criminalidade e nem um modelo para todas as formas de colaboração para com autoridades judiciais «e do Ministério Público»”. Este modelo “supõe uma certa mobilidade e também uma actuação pró-actividade e, portanto, muito dependente das próprias estratégias de prevenção criminal”²⁶². Todavia, deve entender-se que a intervenção do MP e dos Tribunais não só é para “uma garantia da Administração da Justiça, mas pode também contribuir para uma melhor eficácia no combate à

²⁵⁸ Cfr. ALBINO PINTO VIEIRA, *Modelo de articulação entre os órgãos de polícia e ...*, 2005, p. 20

²⁵⁹ Cfr. ALBINO PINTO VIEIRA, *Modelo de articulação entre os órgãos de polícia e ...* 2005, p. 20

²⁶⁰ Cfr. JOSÉ MANUEL DAMIÃO DA CUNHA, *Relacionamento entre ...*, 2005, pp. 109-110.

²⁶¹ Cfr. JOSÉ MANUEL DAMIÃO DA CUNHA, *Relacionamento entre autoridades e ...*, 2005, p. 109

²⁶² Cfr. JOSÉ MANUEL DAMIÃO DA CUNHA, *Relacionamento entre as autoridades e ...*, 2005, p. 109

criminalidade, mesma para efeitos de prevenção da criminalidade”²⁶³. O modelo de dependência funcional, plasmado no CPP, para o relacionamento entre MP, AJ e a PIC justifica-se por motivos directamente ligados a uma “teleologia, visando a ligação entre actividade da polícia ou de prevenção de perigos e a de prossecução das finalidades do processo”²⁶⁴.

1.3.1. Problemas do sistema de dependência funcional

A dependência funcional comporta dois grandes problemas: a Co-dependência e a Elasticidade do conceito de coadjuvação.

a) A **Co-dependência**: que implica o exercício de uma dupla função, por parte dos OPC, em subordinação a dois poderes, por um lado à cadeia hierárquica e, por outro à dependência do MP no âmbito de processo penal. Na concepção de JOSÉ DA CUNHA, a submissão das polícias a duas dependências é justificada por uma razão fundamental de “garantir a preservação da esfera de organização das próprias polícias, em termos de autonomia, pelo que, a repartição de competências de investigação é matéria exterior a administração da justiça”²⁶⁵. A Co-dependência é criadora de conflitos de funções e de conflitos de comandos e tem como dificuldades “*Distinção entre tarefas da actividade policial-administrativa e da actividade processual penal; Conflito de funções; Medidas de polícia de direito administrativo e de processo penal; A utilização de arma de fogo; O poder disciplinar*”²⁶⁶; *O poder organizatório e administrativo*”²⁶⁷.

b) A **Elasticidade do conceito de coadjuvação**: cerra-se na “*Coadjuvação e iniciativa própria dos OPC* – o espaço de iniciativa própria dos OPC é excepcional e termina com a intervenção do MP, encontrando-se toda a actividade sujeita à validação processual desta e a *Coadjuvação e actuação por encargo* – com a intervenção do MP,

²⁶³ Cfr. JOSÉ MANUEL DAMIÃO DA CUNHA, *Relacionamento entre as autoridades e...*, 2005, p. 109

²⁶⁴ Cfr. JOSÉ MANUEL DAMIÃO DA CUNHA, *Dos meios de obtenção da prova* ..., 2006, pp. 61- 80.

²⁶⁵ Cfr. JOSÉ MANUEL DAMIÃO DA CUNHA, *Relacionamento entre autoridades e...*, 2005, p. 103.

²⁶⁶ Por exemplo, um agente da PRM que esteja em contradições com a justiça, corre o risco de sujeição de duas penas, uma no âmbito interno, abertura do processo disciplinar, que pela natureza do processo o agente possa estar privado da sua liberdade, mediante a detenção efectiva, e no âmbito externo, corre o mesmo risco de privação da liberdade mediante detenção, segundo os princípios e regras estabelecidas no processo penal. A colisão neste tipo de situações reside pelo facto de, o tribunal conceder a liberdade (soltura) do agente e, de seguida na ordem interna, o mesmo agente poder recolher às celas policiais, com o fundamento de aguardar para averiguação no processo disciplinar.

²⁶⁷ Cfr. ALBINO PINTO VIEIRA, *Modelo de articulação entre os órgãos de polícia e ...* 2005, p. 20

o espaço de livre apreciação por parte dos OPC reduz-se gradualmente, até inexistir com a decisão do inquérito [instrução preparatória]²⁶⁸.

No âmbito de coadjuvação às autoridades judiciais e do Ministério Público, a PIC tem por função “realizar as diligências requisitadas pelas autoridades judiciais, do Ministério Público e outras instituições”²⁶⁹. Na prossecução dessas diligências, a PIC pauta-se pelo dever de informação ao MP na qualidade de órgão que dirige a instrução preparatória. Cabe ao MP dentro da instrução preparatória, requerer à apreciação do juiz, medidas que contendam com os direitos fundamentais dos cidadãos, medidas essas, sempre funcionalizadas aos fins do processo penal²⁷⁰.

2. O PARADIGMA DE UMA PIC AUTONOMA DA PRM

2.1. À luz da Comunidade para Desenvolvimento da África Austral²⁷¹

A República de Moçambique adopta mecanismos de cooperação com diversos organismos regionais e internacionais. Com o objectivo de fortalecer a actual cooperação, preservar a independência, garantir o desenvolvimento e a integração regionais, a região da África Austral estabeleceu a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC) em 1980. Mais tarde, dada a necessidade de garantir a paz, a segurança e o desenvolvimento económico e social através da integração regional culminou com o nascimento da SADC em 1992²⁷².

A polícia moçambicana no exercício das funções judiciais não se limita nas suas funções por insuficiência de meios de elevado padrão para responder a onda da criminalidade, em particular naqueles casos que é necessário os meios técnicos e científicos, como por exemplo, para a realização de exames de ADN. Neste tipo de situações a polícia técnica trabalha em cooperação com os países da região, como esclarece Arlindo Fole Nthupi que “...temos uma cooperação como todos os países a nível da região, aquilo que nós não conseguimos a nível local, recorreremos a cooperação,

²⁶⁸ Cfr. ALBINO PINTO VIEIRA, *Modelo de articulação entre os órgãos de polícia e ...*, 2005, p. 22.

²⁶⁹ A alínea b), do art.º 18.º da Lei n.º 16/2013, de 12 de Agosto, em conjugação com a alínea b), do n.º 1, do art.º 14º do Decreto n.º 27/99, e alínea b) do n.º 2 do art.º 4º, do Decreto n.º 22/93, de 15 de Setembro.

²⁷⁰ “quaisquer medidas restritivas de liberdades, durante o processo penal, só podem ser directamente legitimadas pelas próprias finalidades do processo” Cfr. JOSÉ MANUEL DAMIÃO DA CUNHA, *Relacionamento entre autoridades e...*, 2005, p. 102.

²⁷¹ <http://www.interpol.int/Member-countries/Africa>, acessível em 16-12-2014, Lisboa.

²⁷² Cfr. JOÃO PAULO BORGES COELHO, *SADC - Cooperação e segurança...*, 2011.

em particular a África do Sul, para nos ajudar nessas perícias...nada acontece em Moçambique que não possa ser esclarecido pela Polícia de Investigação Criminal”²⁷³.

A SADC mostrou que “a participação da sociedade é importante não só para garantir um combate mais eficiente contra todas as formas de crime, mas também para ajudar à reforma da polícia”²⁷⁴. O Sector da Polícia tem na região “a responsabilidade de desmantelar diversos tipos de actividades características do crime transnacional organizado tais como tráfico de seres humanos e de drogas, posse ilegal de armas de fogo, migração ilegal e roubo de gado, entre outros...”²⁷⁵. Nesta óptica de ideias, elucidaremos os modelos de dependência de polícia com funções de investigação criminal e da polícia administrativa geral de cada país da SADC para tentarmos contribuir e sugerir um modelo alternativo de dependência para a PIC de Moçambique.

Na *República da África de Sul*, a investigação criminal está no Serviço de Polícia de África de Sul – SAPS, sob tutela do Ministério da Polícia. Na *República Democrática de Congo*, a investigação criminal está incumbida à Polícia judiciária, dentro da Direcção Geral da Polícia Nacional sob tutela do Ministério Interior. Na República da *Tanzânia e Zâmbia*, a investigação criminal é um departamento da Polícia Nacional sob tutela do Ministério da Administração Interna (MAI). Em *Botswana*, existe o Serviço de Investigação Criminal que é um Departamento do Serviço de Polícia de Botswana (SPB) sob tutela do MAI.

No *Reino da Suazilândia* a investigação criminal integra o Departamento da Polícia do Reino, sob tutela do Gabinete do Primeiro Ministro. No *Reino do Lesotho*, existe o Serviço de investigação criminal integrado dentro do Serviço de Polícia Montada de Lesotho – SPML sob tutela do MAI. Em *Madagáscar*, a investigação criminal está dentro da Força Nacional de Polícia, sob tutela do Ministério da Defesa. Na *República do Malawi*, a investigação Criminal está dentro do Serviço de Polícia do Malawi, sob tutela do Ministério do Interior. Na *Maurícia*, a investigação criminal está dentro do Serviço de Polícia da Maurícia, sob tutela do Ministério do Interior.

Na *Namíbia*, a investigação criminal está dentro da Força de Polícia da Namíbia, sob tutela do Ministério da Administração Interna. Para a *República de Angola* por ter

²⁷³Cfr. ARLINDO FOLE NTHUPI, Criminólogo Responsável da Técnica Especial do Laboratório Central da Criminalística, em entrevista realizada em 24 de Julho de 2014.

²⁷⁴ Cfr. JOÃO PAULO BORGES COELHO, SADC - *Cooperação e segurança...*, 2011, p.14.

²⁷⁵ Cfr. COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO PARA ÁFRICA AUSTRAL (SADC), *Plano Estratégico Indicativo do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança*, Ed. Revista, Maputo, 5 de Agosto de 2010, pp. 65-66.

uma dualidade de organismos nesta perspectiva (SADC e CPLP), falaremos mais adiante aquando da abordagem deste último organismo. Nestes países, verifica-se que a investigação criminal está inserida dentro da polícia administrativa geral, organicamente e hierarquicamente dependentes dos respectivos Dirigentes máximos da Polícia, sob tutela do Ministério do Interior ou Ministério da Administração Interna ou Ministério da Defesa Nacional, e na dependência funcional das autoridades judiciárias.

2.2. À luz da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Na *República de Angola*, a Polícia Nacional de Angola (PNA) é de cariz militarizada, uniformizada e armada de natureza de serviço público, enquanto os Serviços de Investigação Criminal (SIC) assumem cariz civilista e armada de natureza de serviço público, ambas sendo órgãos do Ministério do Interior²⁷⁶. A PNA é dirigida por um Comandante Geral, enquanto SIC por um Director geral²⁷⁷. A PNA obedece ao princípio do Comando único cuja organização é única para todo o território nacional. A lei regula a organização e o funcionamento da PNA, nos termos do n.º 2 e 3 do art.º 210º da Constituição da República de Angola (CRA). A PNA e SIC, nos termos do processo penal, estão na dependência funcional das autoridades judiciárias.

Na *República de Cabo Verde* existe a Polícia Nacional (PN) de cariz civilista, dirigida por um Director Nacional e sob dependência do Ministério da Administração Interna²⁷⁸, e uma Polícia Judiciária de cariz civilista e armada sob dependência do Ministério da Justiça²⁷⁹. No âmbito processual, são OPC de competências genéricas, estando ambas na dependência funcional do Ministério Público, sem prejuízo das respectivas autonomias orgânicas e hierárquicas (Decreto-Legislativo n.º 1/2008). A Lei n.º 30/VII/2008, de 21 de Julho, que aprova a LOIC, atribui as competências da direcção da investigação criminal ao MP, que será coadjuvado pelos OPC conforme a Lei n.º 89/VII/2011, de 14 de Fevereiro, a Lei Orgânica do Ministério Público.

Na *República da Guiné Bissau* existem três órgãos com competências de investigação criminal em todo território nacional (Guarda Nacional (GN), Polícia de

²⁷⁶ Nos termos das al. a) e b) do art.º 4º, da Decreto Presidencial n.º 209/14, de 18 de Agosto, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério do Interior.

²⁷⁷ N.º 2, art.º 16º e n.º 3, do art.º 17º, do Decreto Presidencial n.º 209/14, de 18 de Agosto.

²⁷⁸ Segundo art.º 3º, do Decreto-Lei n.º 39/2007, de 12 de Novembro- LOPN de Cabo Verde.

²⁷⁹ Decreto-Lei n.º 25/2013, de 2 de Julho, aprova a Estatuto Orgânica do Ministério da Justiça.

Ordem Pública (POP) e Polícia Judiciária (PJ)²⁸⁰. O preâmbulo da Lei n.º 8/2010, de 22 de Junho, estabelece que a GN é uma força de segurança de natureza militar, organizada num corpo especial de tropas, dirigida por um Comandante geral na dependência do Ministério do Interior, cujas funções são a prevenção, ordem pública, investigação criminal e informações, a nível de todo o território da Guiné Bissau.

A POP, segundo a Lei n.º 9/2010, de 22 de Junho, é uma força de segurança uniformizada e armada, de natureza de serviço público, exercendo funções de polícia administrativa e de polícia de investigação criminal, com competências de âmbito nacional, dirigida pelo Comissário Nacional e na dependência do Ministério do Interior. O Estatuto da PJ, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 14/2010, de 29 de Julho, estabelece que permanece a PJ integrada no Ministério da Justiça cabendo ao Ministro assegurar a plenitude da sua unidade e hierarquia. Todas polícias estão na dependência funcional da autoridade judiciária, nos termos da Constituição e da lei²⁸¹.

Na *República Democrática de São Tomé e Príncipe*, foi criado o Comando da Polícia Nacional²⁸² dirigido por um Comandante Geral e sob tutela do Ministério do Interior. A Polícia Nacional é uma força policial de cariz tendencialmente paramilitar, armada e uniformizada com competências em todo o território nacional. A investigação criminal está sob alçada da Polícia de Investigação Criminal (PIC) dirigida por um Director Nacional, sob tutela do Ministério da Justiça. A Lei n.º 9/91, de 28 de Outubro – LOMP atribui ao MP a competência de dirigir a investigação criminal. A PIC é a única polícia com competências investigatória em São Tomé e Príncipe.

Na *República Portuguesa*, as forças e serviços de segurança são regulados na Lei n.º 53/2008, 29 de Agosto, Lei de Segurança Interna. São forças de segurança a PJ, GNR e PSP, cuja actuação é do âmbito territorial segundo o art.º 272.º da CRP. A PJ estabelecida pela Lei n.º 37/2008, de 6 de Agosto, de cariz civilista e armada, está sob tutela do Ministério da Justiça e sob direcção de um Director Nacional. A PSP regulada pela Lei n.º 53/2007, de 31 de Agosto, de cariz civilista e armada, é dirigida igualmente por um Director Nacional sob tutela do Ministério da Administração Interna enquanto a GNR estabelecida pela Lei n.º 63/2007, de 6 de Novembro está na dupla dependência hierárquica dada a sua natureza de corpo policial integrado por militares, por um lado,

²⁸⁰ Em matéria de polícia vide obra REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, *Manual Prático de Polícia*, volume x, Legislação de Segurança Interna e Policiamento, UNIOGBIS, Bissau, Inacep, 2013.

²⁸¹ De acordo a Lei n.º 8/2011 – Lei de Organização de Investigação Criminal da Guiné Bissau.

²⁸² Decreto-Lei n.º 20/91, de 23 de Abril, publicado no Diário da República n.º 16. O diploma extinguiu o Departamento da Polícia Nacional e criou o Comando da Polícia Nacional.

no Ministério da Administração Interna e, por outro lado, no Ministério da Defesa Nacional. A investigação criminal está incumbida de forma genérica à PSP, GNR e PJ, a qual é regulada pela Lei nº 49/2008, e de forma específica ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, no âmbito do processo penal.

No *Estado Federal do Brasil*, o regime policial é muito complexo, o que não nos ajudará analisar eficazmente dada a diversidade dos Estados Federados. De forma sumária, no Brasil há vários corpos policiais, nomeadamente polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis e polícias militares e corpos de bombeiros militares, como garantes da segurança pública, um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, nos termos do art.º 144º da Constituição da República Federativa do Brasil²⁸³. As acções de investigação criminal estão sob alçada da Polícia Federal conforme n.º IV do § 1º do art.º 144º da Constituição que preceitua “exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União” sem prejuízo de competências de cada polícia e em cada Estado Federado. Escusar-nos-emos a efectuar uma análise das polícias da *República da Guiné Equatorial* e da *República de Timor-Leste*, dado a sua entrada ser muito recente na CPLP.

2.3. À luz da Constituição da República de Moçambique

A No Estado de Direito Democrático a propagação de uma ideia não deve alia-se aos acontecimentos do século XV, relativos a tradição de censura, em que “a Igreja, em nome da defesa da fé e dos bons costumes, condicionou a liberdade de pensamento e exerceu acção fiscalizadora sobre a produção intelectual”²⁸⁴. É desta ideia que pretende-se partilhar o pensamento de ALEXANDRE HERCULANO que “Ideia perseguida, ideia propagada, lei perpetua do mundo moral, perpetuamente esquecida pelo poder”²⁸⁵. Embora tenha-se a consciência da situação da justiça moçambicana em que a matéria da autonomia e dependência da PIC é mais falada e pouco escrita, é necessário que a política seja pautada pela ética, de forma a garantir e preservar a unidade nacional, sem evitar os eventuais riscos provenientes, como ensina FRANCISCO SÁ CARNEIRO, “A Política sem risco é uma chatice, mas sem ética é uma vergonha”.

²⁸³ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, In https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

²⁸⁴ MARIA TERESA PAYAN MARTINS, In EDUARDO PEREIRA CORREIA, (Coord.), *Liberdade e Segurança*, Lisboa, ISCPSP- Centro de Investigação Policial (ICPOL), 2015, pp. 29-37.

²⁸⁵ ALEXANDRE HERCULANO, *Opúsculos*, Lisboa, Presença, 1982-1985.

Actualmente, a PIC em Moçambique está na dependência orgânica e hierárquica do Comando Geral da PRM, sob tutela do Ministério do Interior, e na dependência funcional das autoridades judiciárias - magistrados judiciais e do Ministério Público.

Na opinião de MANUEL VALENTE “o legislador procurou, desde cedo, unificar formal e materialmente as atribuições e competências adstritas à polícia em uma só polícia, designando-a em 1993 como Polícia da República de Moçambique” o que veio a ser reforçado com a Lei n.º 16/2013, de 12 de Agosto “sob princípio da *unidade jurídica*, princípio da racionalidade de recursos humanos e materiais e meios financeiros, o que permite a concreção dos princípios de *comando único* e da *responsabilidade política judicial* (administração criminal)”²⁸⁶. O legislador constitucional de Moçambique denominou a polícia moçambicana de PRM, como forma de vincar a consolidação e a materialização da unidade, objectivo fundamental do Estado moçambicano, plasmado na al. b) do art.º 11.º da CRM, e de modo a “aniquilar a ideia de criação de várias polícias sob dependência de ministérios diferentes”²⁸⁷.

Assim, verificou-se a constitucionalidade da Polícia moçambicana, e com o reforço dos art.º 254.º e 255.º da CRM, vincou-se a subordinação aos princípios constitucionais, tais como o *princípio da unidade nacional* ou seja, *territorial* – o n.º 1 do art.º 255.º da CRM; o *princípio da reserva da lei* – o n.º 1 do art.º 255.º da CRM, quanto à organização, estrutura, função e forma de ingresso; o *princípio da unidade jurídica*; o princípio da legalidade e da constitucionalidade – conforme o n.º 3 do art.º 2.º e n.º 3 do art.º 25.4.º da CRM, o princípio da racionalidade de recursos, da economia, de comando único – conforme impõe o n.º 1 do art.º 255.º da CRM que a PRM é dirigida por um [só] Comandante-Geral, e da responsabilidade política e judicial.

A Constituição de 2004 consagra a unidade de comando, art.º 255.º da CRM e a possibilidade de uma ramificação orgânica e funcional da polícia, o que veio a ser materializado no art.º 13.º da Lei n.º 16/2013, de 12 de Agosto. No âmbito constitucional, qualquer alteração da orgânica e da estrutura da PRM imporá a revisão Constitucional do art.º 255º da CRM, caso contrario, qualquer decisão viola o princípio da unidade orgânica²⁸⁸.

²⁸⁶ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Da Polícia da República de Moçambique (Parecer)*. In GALILEU, Revista de Economia e Direito, Vol. XI, n.º 2, 2006, pp. 145-167, Pinhal Novo.

²⁸⁷ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Da PRM...*, 2006, pp. 145-167, Pinhal Novo.

²⁸⁸ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Da PRM...*, 2006, pp. 145-167, Pinhal Novo.

3. PROBLEMAS EMERGENTES DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL: QUE SOLUÇÕES?

Na perspectiva de PEDRO CLEMENTE, “os grandes aglomerados urbanos revelam-se, hoje, como fermentadores nobres das oportunidades ilícitas, sobretudo as criminosas”²⁸⁹. Nesta óptica, a plenitude da segurança nos nossos dias é uma questão de debate, sobretudo, os vectores da eficiência e a eficácia da nossa polícia. Na ideia de MANUEL VALENTE “a sociedade pós-moderna encontra-se num momento de encontros e desencontros na incessante busca da segurança máxima e da eficiência e eficaz produtividade da Polícia como se tudo dela derivasse e nela se aninhasse”²⁹⁰. Nisto, PEDRO CLEMENTE escreve que “a polícia obedece, como qualquer organização burocrática, a uma racionalização de eficiência. Esta sobrevalorização da eficiência é incompatível com a legalidade, se for convertida num fim de si mesmo”. E, explica que “a tensão entre a ideia de eficiência por um lado, e a legalidade, por outro, constitui o principal problema da polícia como organização legal democrática”²⁹¹.

De forma a responder a questão do profissionalismo necessitado, urge complementar a eficiência anteriormente referida na investigação criminal moçambicana com a eficácia, a qual caracterizar-se-ia por fazer o que é necessário para alcançar determinado resultado, com vista a satisfazer uma necessidade, ou seja, na escolha da melhor forma de alcançar o resultado da actividade realizada ou pretendida.

A máxima eficácia da actividade policial é atingida com o alcance total dos objectivos pré-estabelecidos, por exemplo, se se pretende esclarecer um dado crime, deve-se identificar os seus autores, o nexo de causalidade, reunir todas provas que possam incriminar ou absorver em sede do tribunal, como também dar resposta no âmbito civil – indemnização dos lesados – dentro das regras e procedimentos legais. Basicamente a eficiência assenta na padronização e à especialização.

Quanto à questão da dependência da PIC, alerta que “todos os sectores deste Estado Moçambicano fazem parte de um sistema político com princípios próprios, estando a PIC independente ou não, o sistema não considera políticas”²⁹² que não

²⁸⁹ Cfr. PEDRO CLEMENTE, *Polícia em Portugal: Da Dimensão Política ...*, 2000, p. 289.

²⁹⁰ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Ciências Policiais...* Unipessoal, 2014, p. 53.

²⁹¹ Cfr. PEDRO CLEMENTE, *Polícia em Portugal: Da Dimensão Política ...*, 2000, p. 280.

²⁹² A política pública sendo “um produto da actividade de uma autoridade investida de poder público e da legitimidade governamental. Cfr. JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA, *As políticas de segurança* 2006, p. 75.

permitem o desenvolvimento da PIC”²⁹³. Explica que “a mão política estende-se para todos os sectores do Estado. Se eu colocar a PIC na Cruz Vermelha de Moçambique, alguma coisa mudará? Se nós colocarmos a PIC no Ministério da Justiça ou na Procuradoria da República, com a mão política ainda existente, é possível? Acho que não!”.

Na perspectiva de Januário Bernardo Cumbane “a localização da PIC não é o cerne da questão, não é o problema das dificuldades da PIC, não. É portanto o que a gente achar que esta PIC não tem nível do padrão internacional, mas eu não quero admitir que seja”. Esclarece ainda que “mesmo que se diga que a PIC é uma direcção que pertence à administração dos cemitérios, esta PIC com homens preparados, com os meios necessários e com a petrechamento devido operacional será mais eficaz e eficiente”²⁹⁴. Fundamenta a sua posição explicando que “objectivamente, é aí que não depende da sua localização, esteja no Comando Geral, esteja no Ministério das Finanças ou no Ministério da Justiça, se esta PIC subjectivamente continuar com às condições que vive, continuará na mesma”. Não pode se justificar a má qualidade da actuação da polícia por razões espaço-temporal, mas sim, tendo em conta a vertente da formação que lhe é submetida para levar cabalmente as suas missões.

Nestas objecções da subordinação da PIC moçambicana, acolhemos a opinião de ARLINDO FOLE NTHUPI na qual explica que mas luta-se a integração das polícias num único Ministério. Porque tem vantagem, quando você tira o seu filho para fora, não tem o comando total, em termos de coordenação, as coisas estão a morrer, todo pessoal que está na sua alçada já é fácil atribuir cada uma delas tarefas e saber como controlar e saber gerir. É nessa óptica que polícia de investigação criminal tem que funcionar dentro do Ministério do Interior combinando as acções operativas com toda aquela parte, todas as forças do Comando, com humanismo e sem demora...²⁹⁵.

Quanto aos meios humanos, materiais e jurídicos para adequar actividade da Investigação Criminal, JANUÁRIO CUMBANE explica que “temos falta de meios sim, está claro, meios técnicos e meios humanos, a própria capacitação do homem para actividade de investigação criminal. Um dos desafios da polícia está direccionado a formação”²⁹⁶. Nesta perspectiva, MANUEL VALENTE ensina que, “temos a noção de que mais polícia

²⁹³ Cfr. JANUÁRIO BERNARDO CUMBANE, Inspector da PIC..., entrevista realizada 19-08-2014.

²⁹⁴ Cfr. JANUÁRIO BERNARDO CUMBANE, ..., em entrevista realizada 19-08-2014.

²⁹⁵ Cfr. ARLINDO FOLE NTHUPI, Criminólogo Responsável da Técnica Especial do Laboratório Central da Criminalística, em entrevista realizada em 24 de Julho de 2014.

²⁹⁶ Cfr. JANUÁRIO BERNARDO CUMBANE, ..., em entrevista realizada 19-08-2014.

não significa mais segurança, mais tecnologia não significa mais segurança, mais normas jurídicas restritivas de direitos e liberdades fundamentais não significam menos crime e menos criminalidade”²⁹⁷. Todavia, “a multiplicidade proteiforme das actividades individuais perigosas não permitem que às leis prevejam todas as circunstâncias em que as autoridades policiais acham de actuar e os modos pelos quais devem fazê-lo”²⁹⁸.

Segundo MANUEL VALENTE “a qualidade e excelência da Polícia deve não só aferir-se tendo em conta o espaço e o tempo em que actua, como também deve ser uma aferição tendo como base a sabedoria da actuação”²⁹⁹. Outrossim “não basta deter o diploma para se alcançar *o saber saber, saber pensar, saber fazer e saber interrogar-se*, é preciso que esse acto formal esteja recheado de substratos material e dos elementos necessários à construção de uma sociedade e, conseqüentemente, de uma Polícia de qualidade e excelência”³⁰⁰.

A formação policial deve basear-se nos valores fundamentais da democracia, no Estado de direito e na prossecução dos direitos do homem e deve ser desenvolvida de acordo com os objectivos da polícia. A formação geral da polícia deve ser a mais aberta possível à sociedade³⁰¹. Defende MANUEL VALENTE que “a formação tem de ser vista como um investimento e não como um custo irrecuperável e um factor de ponderação relevante na escolha do serviço a utilizar. Um país que não aposta e não fomenta a formação hipoteca o seu futuro”³⁰².

Da dinâmica e do profissionalismo da actividade investigativa, JANUÁRIO CUMBANE aponta como soluções do problema emergente da investigação criminal: “Primeiro, é a pré formação do homem, talvez tenhamos que nos virar para a formação do homem fazedor dessa actividade de investigação criminal; Segundo, é a tarefa do Estado dentro dos pactos de gestão, prever que nos receite o abastecimento desta PIC em material”. JANUÁRIO CUMBANE explica que “O Homem está preparado para receber ao alto nível dos padrões internacionais de investigação criminal com o provimento de meios materiais é possível ultrapassar as dificuldades que enfrentamos hoje”³⁰³.

²⁹⁷ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Ciências Policiais...* Unipessoal, 2014, p.53.

²⁹⁸ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Ciências Policiais...* Unipessoal, 2014, p.53.

²⁹⁹ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Ciências Policiais...* Unipessoal, 2014, p.58.

³⁰⁰ Cfr. MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Ciências Policiais...* Unipessoal, 2014, p.56.

³⁰¹ Cfr. EU-SEC II - UNICRI..., 2011, p. IX, Anexo C – Código Europeu de Ética Policial.

³⁰² Cfr. MANUEL GUEDES MONTEIRO VALENTE, *Segurança...*, 1ª Ed., Lisboa: Âncora, 2013, p. 31.

³⁰³ Cfr. JANUÁRIO BERNARDO CUMBANE, ..., em entrevista realizada 19-08-2014.

Nas palavras de PEDRO CLEMENTE, com as quais se concorda, “nos países em transformação a polícia transfigura-se também, daí a modernização em curso nas Forças de Segurança...a solução em marcha passa pelo incremento da filosofia de policiamento comunitário e pelo apetrechamento em meios humanos e materiais adequados à actividade operacional”³⁰⁴.

Para GERMANO MARQUES DA SILVA, uma polícia profissional necessita de ser bem formada, bem dirigida e bem equipada, não bastando simplesmente disponibilizar os meios humanos e materiais, sendo pois necessária uma direcção com competências no planeamento e na direcção táctica das intervenções policiais³⁰⁵.

³⁰⁴ Cfr. PEDRO CLEMENTE, *Polícia em Portugal: Da Dimensão Política ...*, 2000, p. 109.

³⁰⁵ Cfr. GERMANO MARQUES DA SILVA, *Ética policial e sociedade democrática...*, 2001, p.83.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A ideia do Estado de direito democrático pressupõe ser um orientador das ordens jurídicas concretas, relativas ao problema normativo da caracterização da função jurisdicional e das instituições incumbidas na prossecução do interesse público da sociedade e no respeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos, constituidamente estabelecidos no âmbito da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Carta Africana dos Direitos Homem e dos Povos, instrumentos basilares aceites na ordem jurídica moçambicana, amplamente acolhidos pela CRM. É óbvio que o Estado tem um fim inquestionável de garantir a segurança dos seus cidadãos, e no âmbito jurisdicional, o acesso à justiça é um direito constitucional.

Em Moçambique o Estado de direito democrático está em construção, contudo, tal não pode obviamente ser considerado como uma barreira ou um condicionalismo justificativo de violação ou impedimento de exercício dos direitos, liberdade e garantias dos cidadãos constitucionalmente almejados nesta óptica. Objectivamente, a constitucionalização da organização e da missão da Polícia da República de Moçambique pode ser lida de várias formas no âmbito da sua integração sistemática da Administração Pública num Estado de direito democrático donde se pode limitar a dimensão e a extensibilidade da almejada subordinação da Polícia à axiologia constitucional regente no país, como também, das funções relacionais com outros organismos a nível nacional, regional e internacional, no alcance de um certo objectivo, a coesão da unidade nacional e a dignidade da pessoa humana.

O conceito de polícia modestamente referido no capítulo I abarca uma dimensão muito vasta. Hoje em dia, a polícia exerce diversas actividades, destacando-se a actividade de natureza executiva dedicada à ordem e tranquilidade públicas e administrativa e de natureza judiciária conferida no quadro de coadjuvação e de prossecução de actos próprios no âmbito da legislação processual penal dentro dos limites do estritamente necessário e no respeito pelo direito e pela pessoa humana. À polícia é-lhe conferido certos poderes adequados à natureza do direito, isto é, direito de polícia e direito da polícia, constituindo de um lado, a legitimação do seu exercício, e por outro, parâmetro limite da actividade policial. São basicamente os Poderes da polícia, situações conceptuais que são encontradas nas diversas perspectivas do sistema policial; e poderes de polícia meramente de carácter restritivo da liberdade, natureza

unilaterais, insusceptíveis de negociação ou compromisso, sujeito a regras procedimentais e não podem ver o seu exercício concedido a particulares.

No cumprimento da sua missão constitucionalmente estabelecida, a PRM subordina-se aos princípios da administração pública e, a princípios típicos da sua função, nomeadamente, princípio da constitucionalidade, da legalidade, da Proporcionalidade em *lato sensu* ou proibição ao excesso (adequabilidade, *exigibilidade ou da necessidade, proporcionalidade em sentido restrito ou da razoabilidade*) da igualdade, da justiça, da imparcialidade, do interesse público e da isenção.

A Investigação Criminal, também conhecida como actividade de Polícia Criminal, emerge de um quadro normativo que a define, condiciona os objectivos e os limites da sua actuação, dando-lhe um certo sentido, por razões de princípio ligados ao Estado de Direito Democrático, integrando num só normativo, o Direito Processual Penal. Este Direito consagra, e a investigação criminal frequentemente usa-os, meios excepcionais que restringem, reduzem e mesmo limitam direitos e garantias individuais, dando no caso concreto, prioridade à defesa da sociedade. Outrossim ela consiste essencialmente em averiguar a existência de um crime, a (tipicidade, licitude, culpabilidade e punibilidade); descobrir os seus agentes e as suas responsabilidades; recolher provas e estabelecer o nexo relacional demonstrável entre autor (es) e a (s) conduta (s) praticada (s) para que seja deduzida acusação em sede do exercício da acção penal e eventual condenação no julgamento em sede do poder judicial, segundo regras e princípios pré-definidos, que a caracterizam, limitam e disciplinam.

É verdade que as polícias, para levarem a cabo as suas funções, precisam de certa autonomia. Aborda-se essencialmente os sistemas de autonomia táctica e técnica, orgânica e hierárquica, como também a financeira que em muitos casos, devido ao princípio da unidade de comando e estrutura das forças de segurança, não é adstrito de forma autónoma alguns dos sistemas. Actualmente, a tendência é alocar os meios necessários na polícia para que efectivamente esta seja capaz de trabalhar sem dificuldades. Entende-se que a designada autonomia táctica consiste essencialmente na escolha do tempo, lugar e modo adequado à prática dos actos correspondentes ao exercício das atribuições legais dos órgãos de polícia criminal, enquanto autonomia técnica, por sua vez, assenta na utilização de um conjunto de conhecimentos e métodos de agir adequados, sendo estas interrelacionadas com a actividade do OPC em especial, embora as restantes tenham ainda impacto, dada a subordinação adversa nesse sentido.

Outrossim foi a discussão do tipo do sistema de dependência adequada à PIC, e do estudo efectuado em três sistemas de dependências alternativas, a destacar, sistema de dependência total ou completa, sistema de dependência autónoma ou sistema de autonomia e sistema de dependência funcional, embora cada um dos sistemas apresenta vantagens e desvantagens.

Assim, defendemos do ponto de vista objectivo e ao padrão pretendido na área da actividade investigativa no sistema jurídico moçambicano, o actual sistema de dependência adstrita à PIC – sistema de dependência funcional em relação as Autoridades Judiciárias, e sistema de autonomia orgânica e hierárquica em relação ao CG-PRM subordinada ao Ministério do Interior, validando assim a primeira hipótese do presente trabalho, dado que o ordenamento jurídico moçambique impõe o sistema de dependência funcional da PIC face ao MP, reservando a dependência táctica e técnica, orgânica e hierárquica, administrativa e disciplinar face o executivo, o Ministério do Interior, na pessoa colectiva do Comando Geral da PRM.

É certamente nossa visão que, esta polícia que constitui o objecto do nosso estudo mostra uma evolução em certas matérias, de forma a garantir a eficácia e eficiência, tornando os seus funcionários profissionais e motivados. Dado o esforço efectuado no sentido de modernizar a administração pública, e com o actual diploma que aprova a orgânico da investigação criminal, que cria e amplia serviços, estabelece departamentos, delegações provinciais e distritais como forma de aproximar o cidadão e melhorar activamente os serviços da investigação criminal de forma eficaz, eficiente e profissional.

Em 25 de Agosto de 2011, o Procurador-Geral da República (PGR) moçambicano AUGUSTO PAULO³⁰⁶ considerou a PIC "um senão" nos progressos que a administração da justiça alcançou em Moçambique, qualificando-a como "ineficaz" e defendendo o apetrechamento da instituição. Augusto Paulino Sublinhou que "Sem uma PIC competente, eficaz e cientificamente preparada, de nada vale o dinamismo que se consegue em todas as áreas da administração da Justiça". A falta de preparação técnico-científica, recursos materiais e poderes efectivos para actuar em alguns momentos da investigação criminal são as maiores carências da PIC, disse o antigo PGR moçambicano.

³⁰⁶ Cfr. AUGUSTO PAULINO, PGR considera ineficaz Polícia de Investigação Criminal, 25 de Agosto de 2011, 18:19, <http://noticias.sapo.mz/lusa/artigo/12965855.html>, consultado em 22-12-2014.

Nesta perspectiva apoiamos a opinião defendida por Germano Marques da Silva de que “Uma polícia profissional necessita de ser bem formada, bem dirigida e bem equipada, não bastando simplesmente disponibilizar os meios humanos e materiais, sendo pois necessária uma direcção com competências no planeamento e na direcção táctica das intervenções policiais”.

É desde já considerada válida a segunda hipótese formulada no âmbito da presente investigação cujo fundamento assenta nas seguintes e possíveis soluções a ter em conta no sistema criminal moçambicano:

- a) A formação do homem na especialidade e a respectiva afectação no lugar certo de modo a contribuir com as competências adquiridas;
- b) Alocar meios financeiros que suportem as despesas de funcionamento da instituição (aquisição dos meios técnicos, operacionais e de âmbito da formação continua), de modo que não haja a subjectividade da dependência em relação à eficácia e eficiência desta polícia, e de forma indirecta nos particulares, que em muitas vezes mostram-se duplamente lesados no decurso de um processo investigativo. É de admitir que a eficácia da polícia depende não somente do acerto das decisões estratégicas e das acções tomadas no ambiente externo da organização em que se pretende alcançar, mas também do nível de eficiência da própria organização.

Por último, verifica-se que a hipótese que pretendia aferir se a eventual autonomia da PIC em relação à PRM será possível com a revisão Constitucional do art.º 255.º da CRM que estabelece o princípio do comando único, é considerada válida, pois:

- a) O n.º 1.º do art.º 255.º da CRM delimita princípio de comando único e o princípio da unidade orgânica da PRM.
- b) Outrossim não se afigura a existência de uma polícia com competências de investigação criminal na dependência orgânica do MP, a nível dos países analisados da SADC e CPLP.
- c) Todavia, existirem algumas Polícias e Serviços de Investigação Criminal com competências genéricas e outras específicas sob tutela do MJ ou MINT como a Polícia de Investigação Criminal da República Democrática de São Tomé e Príncipe, à Polícia Judiciária de Cabo Verde, Portugal e Guiné Bissau, embora haja algumas polícias das comunidades em análise, cuja investigação criminal está sob tutela do Ministério do Interior ou Administração Interna, segundo a denominação do respectivo país.

d) A existência de “Serviços” de investigação criminal sob tutela de outras entidades que não seja o Ministério Público.

Deste modo, entende-se que, qualquer alteração da orgânica e da estrutura una da PRM, a criação da Polícia Judiciária sob tutela do Ministério da Justiça, ou do Ministério Público, ou a desintegração da PIC do Comando Geral da PRM, ou ainda, a constituição de um Serviço de Investigação Criminal que substitua a PIC em Moçambique, depende sempre de uma prévia revisão constitucional que revogue ou altere o princípio de comando único e o princípio da unidade orgânica da PRM, consagrado no n.º 1 do art.º 255º da CRM. Porque, qualquer decisão política a ser tomada em matéria de Polícia, contrária à que foi referida, estará ferida de inconstitucionalidade.

Nessa óptica, caso o legislador mostre a intenção e vontade para tal alteração, e após a tal consumação da revisão constitucional, recomenda-se, no mais rápido possível, a alteração da Lei n.º 16/2013, de 12 de Agosto, de forma a adequar a dinâmica constitucional e nos termos legais, pois pode ainda incorrer-se na ilegalidade, embora o acto normativo possa ser constitucional.

Lisboa, 24 de Abril de 2015

Henriques Manuel

(Aspirante a Oficial de Polícia)

- Matrícula, 800001/40M -

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEGISLAÇÃO

- ALBUQUERQUE, RUY DE. & ALBUQUERQUE, MARTIM DE., *História do Direito Português: Elementos Auxiliares*, Vol. I, Lisboa: Ed. Pedro Ferreira, 1992.
- ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE., *Comentário do Código de Processo penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Unipessoal, Lisboa: Universidade Católica, Dezembro, 2007.
- AMARAL, DIOGO FREITAS DE., *Ciência Política*, Vol. I, Coimbra: Almedina, 1995.
- ALMEIDA, MARIA CÂNDIDA, *Das Perícias e do Crime Organizado*, In MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTES (Coord.), *III Congresso do Processo Penal*. Coimbra: Almedina, Maio, 2010, pp. 219-229.
- ANDRADE, MANUEL DA COSTA, *Sobre as proibições de prova em processo penal*, Coimbra: Almedina, 1992.
- ANTUNES, M. A FERREIRA, *Investigação Criminal – Uma perspectiva introdutória*. Polícia e Justiça, Outubro, 1985, p. 4-8.
- ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, Madrid, Centro de Estudos Constitucionais, 1985. In RUY DE ALBUQUERQUE E MARTIM DE ALBUQUERQUE, *História do Direito Português - Elementos Auxiliares*, Vol. I, Lisboa: Ed. Pedro Ferreira, 1992.
- ASCENSÃO, JOSÉ DE OLIVEIRA, *O Direito: Introdução e Teoria Geral – Uma Perspectiva Luso-Brasileira*, 11ª Ed., Revista, Coimbra, Almedina, 2001, p. 17.
- ARAÚJO, EDMIR NETTO DE., *Curso de Direito Administrativo*, 4ª Ed. Revista e Actualizada: Saraiva, 2009.
- BRAZ, JOSÉ, *Investigação criminal- Organização, o método e a prova. Os desafios da nova criminalidade*, 3ª Ed., Lisboa: Almedina, 2013, pp. 72-82.
- BRITO, LUÍS DE, *Introdução*, In LUÍS DE BRITO, CARLOS NUNO, CASTEL-BRANCO, SÉRGIO CHICHAVA, ANTÓNIO FRANCISCO, SALVADOR FORQUILHA, ANTÓNIO FRANCISCO (Org.) *Desafios para Moçambique*, IESE, Maputo, Setembro, 2013, p.16. http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2013/IESE_Des2013.pdf, visualizado em 16-12-2014.
- CAETANO, MARCELO, *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, 6ª Ed., Tomo I, (Reimpressão), Coimbra: Almedina, 2009.

- _____, *Manual de Direito Administrativo*, vol. II, 10^a Ed. Reimpressão, Coimbra, Almedina, 1999.
- _____, *Direito Administrativo*. Introdução – Organização administrativa – Actos e Contratos Administrativos, vol. I, 1^a Ed., 4^a Reimpressão, Coimbra: Almedina, 1990, p. 29.
- _____, *Manual de Direito Administrativo*, Vol. II, 10^a Ed., 4^a reimpressão, 1990.
- CANOTILHO, J.J., E MOREIRA, VITAL, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Vol. I, 4^a Ed., Revista, Coimbra: Almedina, 2007.
- CAUPERS, JOÃO, *Introdução ao direito Administrativo*, 11^a Edição, Lisboa: Âncora, 2013.
- _____, *Introdução ao Direito Administrativo*, Lisboa: Âncora, 2000.
- CHILALE, MARCIANO ALMEIDA, Comandante da 18^a Esquadra da PRM da Cidade de Maputo, em entrevista realizada em 24-07-2014, Apêndice IV.
- CLEMENTE, PEDRO, *A Ordem em Público*. In MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE (Coord), *Reuniões e Manifestações Actuação Policial*, Coimbra: Almedina, 2009.
- _____, *Polícia em Portugal: Da Dimensão Política Contemporânea da Segurança Pública*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais e na especialidade de Ciências Políticas. Vol. I, Lisboa: UTL-ISCSP, 2000.
- COELHO, JOÃO PAULO BORGES, *SADC - Cooperação e segurança pública*. In *Desafios para Moçambique* 2011.
- Comunidade de Desenvolvimento para África Austral (SADC), *Plano Estratégico Indicativo do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança*, Edição Revista, Maputo, 5 de Agosto de 2010.
- EDUARDO PEREIRA CORREIA, (Coord)., *Liberdade e Segurança*, Lisboa, ISCPSI-ICPOL, 2015.
- CORREIA, EDUARDO PEREIRA E DUQUE, RAQUEL, *O poder político e a emergência das políticas públicas de segurança*, In POLITEIA, ano VIII, Lisboa: ISCPSI, 2011.
- CORREIA, JUDITE ANTÓNIO SINDIQUE, Juíza da Secção de Instrução Criminal do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, em entrevista realizada 22-08-2014, Apêndice IX.
- COSTA, HELENA REGINA LOBO DA (Coord.) REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS RBCCrim, Ed. Revista dos Tribunais, Ano 1991, Julho-Agosto, 2011.

- COSTA, SUSANA & MACHADO, HELENA (Org.) *As ciências na luta contra o crime: Potencialidades e limites*. Centro de investigação em Ciências Sociais Universidade do Minho: Edição Húmus, 2012.
- COSSA, PEDRO em entrevista com media FAX. <http://www.savana.co.mz/index.php/20-demo-articles/119-pic-continua-de-pedra-e-cal-no-ministerio-do-interior>, acessível em 23-12-2014, Lisboa, Anexo I.
- CUMBANE, JANUÁRIO BERNARDO, Inspector da PIC e antigo Director da PIC Cidade de Maputo, em serviço na DNPI, em entrevista realizada 19-08-2014, Apêndice V.
- CUNHA, JOSÉ MANUEL DAMIÃO DA., *Relacionamento entre autoridades judiciários e polícia no processo penal*. In Manuel Monteiro Guedes valentes (Coord). *I Congresso do Processo Penal*, Coimbra: Almedina, Janeiro, 2005.
- CUNHA, JOSÉ MANUEL DAMIÃO DA., *Dos meios de obtenção da prova ...*, Maio, 2006.
- CUSSON, MAURICE, *Criminologia*, 2ªEd.tradução de Josefa Castro, Cruz Quebrada: Casa das Letras, Setembro de 2007.
- CYMERMAN, HENRIQUE & REIS-SÁ, JORGE, *Francisco de Roma a Jerusalém*, em viagem pela paz, lado a lado com o papa, Lisboa: Guerra e Paz, 2014.
- DIAS, HÉLDER VALENTE, *Metamorfoses da Polícia: Novos paradigmas de segurança e liberdade*, Coimbra: Almedina, 2012.
- _____, *Breve contributo para uma teoria dos serviços de informações*, In POLITEIA Revista do ISCPSP, Ano III – 2011, Coimbra: Abril de 2012.
- DIAS, JORGE DE FIGUEIREDO, *Direito processual penal*, 1º. Vol. Coimbra, 1981.
- DOYLE, ARTHUR CONAN, *The Sign of Four*. London: Lippincott's Magazine, 1890.
- DUQUE, RAQUEL *Singularidade da Coexistência da Liberdade e da Segurança em Democracia*, In EDUARDO PEREIRA CORREIA, (Coord)., *Liberdade e Segurança*, Lisboa, ISCPSP-ICPOL, 2015, pp. 55-69.
- DURÃO, SUSANA & DARCK, MÁRCIO, *Investigação policial em crimes de violência doméstica: possibilidades e recuos*. In SUSANA COSTA E HELENA MACHADO, *As ciências na luta contra o crime: Potencialidades e limites*. Centro de investigação em Ciências Sociais Universidade do Minho: Húmus, 2012.
- EIRAS, HENRIQUES, *Processo penal elementar*, 7ªedição (aumentada e actualizada) de acordo com as Leis n.ºs 48/2007, de 29 de Agosto e 59/2007, de 4 de Setembro, e suas rectificações, Lisboa: Quid Juris, 2008

- EU-SEC II – UNICRI (Coord), *Fundação da casa europa para a segurança dos grandes eventos: Manual para a coordenação internacional sobre a segurança dos grandes eventos*, Lisboa: ISCPSI, 2011.
- ESPIRITO SANTO, PAULA, *Introdução á metodologia em ciências sociais – Génese, fundamentos e problemas*: Lisboa: Sílabo, 2010.
- FARINHA, CARLOS, *A Ciência do Crime. In As ciências na luta contra o crime: Potencialidades e limites*. Centro de investigação em Ciências Sociais Universidade do Minho: Edição Húmus, 2012.
- FARIA, MIGUEL JOSÉ, *Direitos Fundamentais e Direitos do Homem*, Vol. I, 3ª Ed. Revista e Ampliada, Lisboa: ISCPSI, 2001.
- FERNANDES, ANTÓNIO JOSÉ, *Ciência Política*, Lisboa: Escola Superior da Polícia, 1991.
- FERNANDES, MANUEL JOSÉ MOREIRA, *Comunicação da Notícia de um Crime – Contributo para uma clarificação da actuação policial*. Trabalho de projecto do mestrado Integrado em Ciências Policiais, Lisboa: ISCPSI, 2012.
- FERREIRA, TIAGO FREDERICO DA SILVA, *Monitorização de Fontes Abertas no Contexto da Investigação criminal – Redes Sociais*. Trabalho de Projecto de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, Lisboa: ISCPSI, 2012.
- FERRO, MÓNICA, *A ética paramentar – Contributos para um debate sobre um melhor Estado*, In EDUARDO PEREIRA CORREIA, (Coord)., *Liberdade e Segurança*, Lisboa, ISCPSI-ICPOL, 2015, pp. 45-53.
- FILHO, MANOEL GONÇALVES FERREIRA, *Curso de Direito Constitucional*, 28ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2002.
- FRANGOULIS. ANTÓNIO, em entrevista com o Canal de Moçambique sob tema “Estado e a Justiça moçambicana perdem com a substituição da PIC por SICRIM” realizada a 18-05-2009. In: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2009/05/estado-e-a-justi%C3%A7a-mo%C3%A7ambicana-perdem-.html, acessível em 05-01-2015, Lisboa., Anexo II.
- FREITAS, LUÍS CARLOS LAMEIRA DE, *Dos indícios e dos vestígios no âmbito das medidas cautelares e de polícia*, Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais, Lisboa: ISCPSI, 2013.
- GARCIA, TIAGO, *O SEI como plataforma de apoio à análise de informação criminal*, Lisboa: ISCPSI, 2009.

- GOMES, PAULO., ELIAS, LUÍS., GUERRA, LUÍS., SOUSA, VERA., COSTA, PAULO., SANTOS, RUI., SALDANHA, SÉRGIO E ANDRADE., CLÁUDIA., *Criminalidade de Massa e criminalidade organizada: um inquérito europeu*, MAI-DGAI, Lisboa, 2009.
- GONÇALVES, FERNANDO E ALVES, MANUEL, *A prova do crime: Meios legais para a sua obtenção*, Coimbra: Almedina, 2010.
- IMANO, RAMADANE, Procurador da República do distrito de Ribaué, em entrevista na Vila Municipal de Ribaué, em 13-08-2014, Apêndice XI.
- JESUS, FRANCISCO MARCOLINO DE., *Os meios de obtenção da prova em processo penal*, Coimbra: Almedina, 2011
- LARA, ANTÓNIO DE SOUSA, *Ciência Política - Estudo da Ordem e da Subversão*, 5ª ed., Lisboa: ISCSP, 2009.
- LIPSET, SEYMOUR MARTIN, *O Homem Político*, Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- MACHADO, JOÃO BATISTA, *Introdução ao Direito ao Discurso legitimador*, Coimbra, 1985.
- MAQUIAVEL, NICOLAU, *O príncipe*, Colecção Filosofia & Ensaios. Tradução de Carlos E. de Soveral, 11ª Ed., Lisboa: Guimarães, 2007.
- MANNHEIM, HERMANN, *Criminologia Comparada*, vol. I, (Tradução do inglês *Comparative Criminology – A Text Book* de MANUEL DA COSTA ANDRADE e de JOSÉ FARIA COSTA), 1984; Lisboa: Fundação. Calouste Gulbenkian, 1984.
- MAIA, RODRIGO DE ALMEIDA, *Em nome da sociedade: o Ministério Público nos sistemas constitucionais do Brasil e de Portugal*, Lisboa, Setembro de 2009, p. 17. Acessível em <http://icjp.pt/sites/default/files/media/634-951.pdf>.
- MARTINS, REIS E BRAZ, JOSÉ, *A inspecção ao local de crime*, In *POLÍCIA E JUSTIÇA* revista de formação, JAN-JUN, 1987, n.º 1-2, Escola da Polícia Judiciária, Loures.
- MASSANEIRO, RUI ALEXANDRE SANDE, *Gestão do local de crime- perspectiva e abordagem do primeiro elemento policial*, Trabalho de Licenciatura em Ciências Polícias, Lisboa: ISCPSI, 2009.
- MELO, ANTÓNIO MOREIRA BARBOSA DE., *A Administração da Justiça no Estado de Direito Democrático: o Caso Português*. In *BOLETIM DA FACULDADE DE DIREITO*, Vol. LXXXV, Coimbra, 2009.
- MIRANDA, JORGE, *Manual de Direito Constitucional*, Tomo II, 3ª Ed., Coimbra, 2007.
- _____, *Manual de Direito Constitucional*, Tomo IV - Direitos Fundamentais, 2ª Ed., (Reimp.), Coimbra, 1998.

- MOREIRA, ADRIANO, *Estudos da Conjuntura Internacional*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000, pp. 249-259 e 429-448.
- MORGADO, CASIMIRO, *Informações e segurança Interna*. In LUSÍADA REVISTA DE CIÊNCIAS E CULTURA, 1998.
- NTHUPI, ARLINDO FOLE, Criminólogo responsável da Técnica Especial do Laboratório Central da Criminalística na Cidade de Maputo, em entrevista realizada em 24-07-2014, Apêndice VII
- OLIVEIRA, JOSÉ FERREIRA DE., *As políticas de segurança e os modelos de policiamento: A emergência do policiamento de proximidade*, Coimbra: Almedina, 2006.
- OMAR, DUARTE JOÃO LUÍS, Chefe do Departamento de Instrução e Investigação Criminal da PIC Cidade de Maputo, em entrevista realizada em 23-07-2014, Apêndice VI.
- PALMA, MARIA FERNANDA, *Direito penal: Parte geral: A teoria geral da infracção como teoria da decisão penal*, Lisboa: AAFDL Alameda, 2013.
- _____, *Constituição e Direito Penal*. In MARIA FERNANDA PALMA (Coord) *Casos e Materiais de Direito Penal*, 3ª Ed., Coimbra: Almedina, 2004.
- PELEMBE, ANTÓNIO ALFREDO, *Contributos para a Segurança e Ordem Pública em Moçambique: o papel das Comunidades no policiamento*. Trabalho Final do Curso de Direcção e Estratégia Policial (CDEP), Lisboa: ISCPSI, 2005.
- PEREIRA, ELIOMAR DA SILVA, *O problema da verdade na investigação criminal*, In: HELENA REGINA LOBO DA COSTA (Coord.) REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS RBCCrim, Revista dos Tribunais, Ano 19.91. Julho-Agosto, 2011.
- PEREIRA, A., & POUPA, C., *Como escrever uma tese, monografia ou livro científico*, 5ª. Edição-Revista, Lisboa: Sílabo, 2010.
- PINTO, CARLOS ALBERTO DA MOTA, *Teoria Geral do Direito Civil*, 4ª Ed., Coimbra 2005.
- RAMALHO, JOSÉ LUÍS PINTO, *Metodologia de investigação científica*, Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares, 2005.
- RAPOSO, JOÃO, *Direito Policial I*, Centro de Investigação do ISCPSI: Almedina, 2006.
- REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, *Manual Prático de Polícia*, volume x, Legislação de Segurança Interna e Policiamento, UNIOGBIS, Bissau: Inacep, 2013.

- RIBEIRO, LUÍS MIGUEL M.S., *Código de Processo Penal de e Legislação complementar de Moçambique*, Colecção Universitária, Maputo: Editora Minerva Press, 2013.
- ROCHA, J.A. OLIVEIRA, *Gestão do processo político e políticas públicas*, Lisboa: Escolar, 2010.
- RODRIGUES, ANABELA MIRANDA, *Globalização, Democracia e Crime*, VALENTE, MANUEL MONTEIRO GUEDES (Coord). *I Congresso do Processo Penal*, Coimbra: Maio, 2006.
- RONGARISAE, FAUSTINO FRANCISCO, Juiz da 2ª Secção Criminal do Tribunal Judicial da Cidade de Nampula, entrevista realizada em 14-08-2014, Apêndice VIII.
- SAMPAIO, JORGE SILVA, *O dever de protecção policial de direitos, liberdades e garantias*. Do conceito material de polícia ao reconhecimento dos direitos subjectivos públicos à actuação da polícia, 1ª Ed., Coimbra: Wolters Kluwer, 2012.
- SANTOS, ANTÓNIO ALMEIDA, *O Ministério Público num Estado de Direito Democrático*". In: *Revista do Ministério Público*, Lisboa, nº 76, out. - Dez./1998.
- SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA & AVRITZER, LEANDRO, *Para ampliar o cânone democrático*. *Revista Critica de Ciências Socais*, EUROSINE. 11-03, 2013.
- SANTOS, CÉLIO JACINTO DOS, *Investigação criminal. Seu regime no marco de Estado democrático de direito*, Vol. I: Porto Alegre, 2013.
- SANTOS, RUI, *Comunicações no debate - A Ciência do Crime: Da recolha de provas à base de dados de perfis de DNA*. In SUSANA COSTA E HELENA MACHADO, *As ciências na luta contra o crime: Potencialidades e limites*. Centro de investigação em Ciências Sociais Universidade do Minho: Edição Húmus, 2012.
- SÃO JOÃO, (8:32) in *Bíblica Sagrada*, Difusão Bíblica, 5ª Ed., 3ª Reimpressão, Lisboa: Fátima.
- SILVA, GERMANO MARQUES DA., *Direito processual penal: Do procedimento: Marcha do processo*, vol. III, Lisboa, Universidade Católica, Unipessoal, 2014, p. 29.
- _____, *Introdução ao Estudo do direito*, 3ªEd. Revista e Actualizada, Lisboa: Universidade Católica, 2009.
- _____, *A criminalidade organizada e a investigação criminal: Nem pactos com o "Diabo" nem utilização de meios diabólicos no seu combate*). In MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE (Coord). *I Congresso do Processo Penal*. Almedina, Janeiro, 2005.

- _____, *Processo Penal*, Vol. II, 3ª Edição: Verbo, 2002.
- _____, *Ética policial e sociedade democrática*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, 2001.
- _____, *Curso de Processo Penal*, Vol. I, Lisboa: Verbo 1993.
- SOUSA, ANTÓNIO FRANCISCO DE., Margens de apreciação e Estado de Direito. *POLIS REVISTA DE ESTUDOS JURÍDICOS E POLÍTICOS*: Separata, 2, (1995: Janeiro-Março).
- SOUSA, MARCELO RIBEIRO DE., *O valor jurídico do acto constitucional*, Lisboa, 1988.
- Plano Estratégico da Polícia da República de Moçambique 2004/2016.
- TELLES, INOCÊNCIO GALVÃO, *Introdução ao Estudo do Direito*, Vol. II, 10ª Edição Reimpressão, Coimbra, 2001.
- TORRES, JOSÉ MATOS, *Não temos de ser Alemães*, 1ª Ed., Lisboa, 2014.
- TRINDADE, JOÃO CARLOS, *Colectânea de Legislação Penal Complementar*, 3ª Edição Revista e Aumentada, Ministério da Justiça, Centro de Formação Jurídica e Judiciária, Maputo: CIEDIMA, 2008.
- TURNER, BRYAN STANLEY, *The Cambridge Dictionary of Sociology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- UACHE, FERNANDO HENRIQUES, *Manual prático de processo penal*, 1ª Ed., Maputo: Alcance, 2008.
- UCAMA, ANTÓNIO COSTA DAVIDE, *A Independência do Poder Judicial em Moçambique*. Tese de Mestrado em Ciência Política. Governação e Relações Internacionais, apresentada na UCM e UCL: Beira, 2013.
- VALENTE, MANUEL MONTEIRO GUEDES, *Liberdade e Segurança – Olhar integrador (!)*, In EDUARDO PEREIRA CORREIA, (Coord.), *Liberdade e Segurança*, Lisboa, ISCPSI-ICPOL, 2015, pp. 153-159.
- _____, *Teoria geral do direito policial*, 4ª Ed. Coimbra: Almedina, 2014.
- _____, *Teoria Geral do Direito Policial*, reimpressão da 3ª Ed. Fevereiro de 2012, Coimbra: Almedina, 2014.
- _____, *Ciências Policiais: Ensaio*, Unipessoal, Lisboa: Universidade Católica 2014.
- _____, *Do ministério Público e da Polícia: Prevenção criminal e acção penal como execução de uma política criminal do ser humano*, Lisboa: Universidade Católica, 2013.
- _____, *Segurança-um tópico jurídico em reconstrução*, 1ª Ed., Lisboa: Âncora, 2013.

- _____, (Coord). *III Congresso do Processo Penal*, Coimbra: Almedina, Maio, 2010
- _____, *Processo penal*, 3ª Ed. Revista, 2010.
- _____, (Coord), *Reuniões e Manifestações Actuação Policial*, Coimbra: Almedina, 2009.
- _____, (Coord). *II Congresso do Processo Penal*, Coimbra: Almedina, Janeiro, 2006
- _____, *Da Polícia da República de Moçambique (Parecer)*. In GALILEU, Revista de Economia e Direito, Vol. XI, n.º 2, 2006, pp. 145-167, Pinhal Novo, Portugal.
- _____, (Coord). *I Congresso do Processo Penal*, Coimbra: Almedina, Janeiro, 2005.
- VIEIRA, ALBINO PINTO, *Modelo de articulação entre os órgãos de polícia e as autoridades judiciais*, Oeiras, 2005.
- WOLFF, HANS J., BACHOF, OTTO E STÖBER, ROLF, *Direito Administrativo*, vol. I, (Tradução) de original alemão intitulado *Verwaltungsrecht*, Vol. I, 11ª Ed. Revista (1999), por ANTÓNIO F. DE SOUSA, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.
- ZUCULA, NAFTAL LUÍS, Procurador da República da Cidade de Maputo, em entrevista realizada em 18-08-2014, Apêndice X.

LEGISLAÇÃO

- Código de Processo Penal de e Legislação complementar de Moçambique*, Colecção Universitária, Maputo, Editora Minerva Press, 2013.
- Código de Processo Penal Português e legislação complementar*, 9ª Ed. Revista e Actualizada, Lisboa, Quid Juris, 2014.
- Código de Processo Penal Português* (1929) aprovado pelo Decreto n.º 16 489/1929, de 15 de Fevereiro.
- Constituição da República Federativa do Brasil* de 1988, In https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Constituição da República de Moçambique* - (2004), publicado no Boletim Oficial da República de Moçambique, Imprensa Nacional de Moçambique, I-SÉRIE, N.º 51, de 22 de Dezembro de 2004.
- Decreto-lei n.º 35.042/1945, de 20 de Outubro - *Organiza os serviços da Polícia Judiciária*.
- Decreto-lei n.º 35 007, de 13 de Outubro de 1945 - Remodela alguns princípios básicos do processo penal

- Portaria n.º 17 076, de 13 de Outubro de 1959 – Torna extensivo às províncias ultramarinas, com algumas alterações, o Decreto-lei n.º 35 007, de 13 de Outubro de 1945.
- Decreto n.º 19271, de 24 de Janeiro de 1931 - Declara a entrada em vigor nas colónias o Código de Processo Penal com algumas alterações, aprovado pelo Decreto n.º 16489, de 15 de Fevereiro de 1929.
- Decreto n.º 17 640, de 22 de Novembro de 1929 - Remodela os serviços da Polícia de Investigação Criminal.
- Decreto-lei n.º 25/75, de 18 de Outubro - Integra nas estruturas do Ministério do Interior a Polícia Judiciária de Moçambique - Polícia de Investigação Criminal.
- Decreto n.º 27/99, de 24 de Maio – Aprova o Estatuto Orgânico, o Quadro de Pessoal, o Quadro de funções de Comando, Direcção e Chefia e os Organograma da PRM.
- Decreto n.º 22/93, de 16 de Setembro – Aprova o Estatuto Orgânico da Polícia da República de Moçambique.
- Decreto n.º 20/2004, de 2 de Junho – Pública o Estatuto Orgânico do Ministério do Interior.
- Decreto-Lei n.º 20/91, de 23 de Abril – Diploma que extinguiu o Departamento da Polícia Nacional e criou o Comando da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe, publicado no Diário da República nº16.
- Decreto-Lei n.º 14/2010, de 29 de Julho - Aprova o Estatuto da Polícia Judiciária da República da Guiné Bissau.
- Decreto-Lei n.º 25/2013, de 2 de Julho - Aprova a Estatuto Orgânica do Ministério da Justiça da República de Cabo Verde.
- Decreto-Lei nº 39/2007, de 12 de Novembro- Lei Orgânica da Polícia Nacional de Cabo Verde.
- Decreto Presidencial n.º 18/2000, de 21 de Novembro – Define as atribuições e competências do Ministério do Interior.
- Decreto Presidencial n.º 209/14, de 18 de Agosto - Aprova o Estatuto Orgânico do Ministério do Interior de República de Angola
- Diploma Ministerial n.º 68/2001, de 02 de Maio - Publica o Estatuto Orgânico do Ministério do Interior.
- Emenda Constitucional nº 19, de 1998 – *Constituição da República Federativa do Brasil* de 1988

Lei n.º 16/2013, de 12 de Agosto - Lei da Polícia da República de Moçambique e revoga a Lei n.º 5/88, de 27 de Agosto, e Lei n.º 19/92, de 31 de Dezembro, publicada no Boletim Oficial da República de Moçambique, 7º Suplemento, Imprensa Nacional de Moçambique, I-SÉRIE, N.º 64.

Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto - Lei da Organização da Investigação Criminal Portuguesa.

Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto - Aprova a Lei de Segurança Interna Portuguesa

Lei n.º 53/2007, de 31 de Agosto - Aprova a orgânica da Polícia de Segurança Pública de Portugal.

Lei n.º 63/2007, de 6 de Novembro - Aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana de Portugal.

Lei n.º 37/2008, de 6 de Agosto - Aprova a Orgânica da Polícia Judiciária Portuguesa.

Lei n.º 22/2007, de 1 de Agosto - Lei Orgânica do Ministério Público e o Estatuto dos magistrados do Ministério Público.

Lei n.º 12/2012, de 8 de Fevereiro – Altera a Lei n.º 22/2007, de 1 de Agosto, Lei Orgânica do MP e o Estatuto dos magistrados do Ministério Público.

Lei n.º 30/VII/2008, de 21 de Julho - Lei Orgânica da Investigação Criminal da República de Cabo Verde.

Lei n.º 8/2010, de 22 de Junho - Lei Orgânica da Guarda Nacional da República da Guiné Bissau.

Lei n.º 9/2010, de 22 de Junho - Lei Orgânica da Polícia de Ordem Pública da República da Guiné.

Lei n.º 9/91, de 28 de Outubro – Lei Orgânica do Ministério Público da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Lei n.º 89/VII/2011, de 14 de Fevereiro - Lei Orgânica do Ministério Público da República de Cabo Verde.

Lei n.º 35/2006, de 6 de Setembro – Lei da Criação e funcionamento da Polícia Municipal em Moçambique.

ACÓRDÃO

Acórdão 04-CC-2013, de 17 de Setembro - publicado no Boletim da República, Iª SÉRIE – Número 82, Imprensa Nacional de Moçambique, E.P, Sexta-feira, 11 de Outubro de 2013.

SÍTIOS DA INTERNET

<http://www.interpol.int/Member-countries/Africa>, acessível em 16-12-2014, Lisboa.

http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2009/05/estado-e-a-justi%C3%A7a-mo%C3%A7ambicana-perdem-.html acessível em 05-01-2015, Lisboa.

<http://www.savana.co.mz/index.php/20-demo-articles/119-pic-continua-de-pedra-e-cal-no-ministerio-do-interior>, media Fax do Jornal Savana, consultado em 23-12-2014, Lisboa.

<http://www.savana.co.mz/index.php/20-demo-articles/119-pic-continua-de-pedra-e-cal-no-ministerio-do-interior>, media Fax do Jornal Savana, consultado em 23-12-2014, Lisboa.

<http://icjp.pt/sites/default/files/media/634-951.pdf>.

<http://noticias.sapo.mz/lusa/artigo/12965855.html>, consultado em 22-12-2014, PGR considera ineficaz Polícia de Investigação Criminal, 25 de Agosto de 2011, 18:19

APÊNDICES

APÊNDICES

APÊNDICE I: CREDENCIAL PARA PESQUISAS E REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS EM MOÇAMBIQUE



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DO INTERIOR
COMANDO-GERAL DA POLÍCIA
DIRECÇÃO DE PESSOAL E FORMAÇÃO

CREDENCIAL

A DIRECÇÃO DE PESSOAL E FORMAÇÃO DO COMANDO-GERAL DA PRM CREDENCIA O SENHOR HENRIQUES MANUEL, SUBINSPECTOR DA POLÍCIA, ESTUDANTE DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DE POLÍCIA "MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIA POLÍCIAS" NO INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLÍCIAIS E SEGURANÇA INTERNA EM PORTUGAL, PARA REALIZAR PESQUISAS E ENTREVISTAS NO ÂMBITO DA ELABORAÇÃO DO SEU TRABALHO FINAL DO CURSO SUBORDINADO AO TEMA *A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO - AUTONOMIA E DEPENDÊNCIA DA POLÍCIA DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL EM MOÇAMBIQUE*.

AGRADECEMOS ANTECIPADAMENTE A VOSSA COLABORAÇÃO.

MAPUTO, AOS 16 DE JULHO DE 2014
O DIRECTOR

-LUIS MANUEL JANE MAGUEZA-
(1.º ADJ. DO COMISSÁRIO DA POLÍCIA)



Apresentou-se nesta
Direcção no dia 24/07/14



Apresentou-se nesta
Direcção da DOP-VPL
no dia 05/08/2014



— Visto. —
— Apresentou-se nesta
Procuradoria Distrital
de Ribaué no dia 11/08/2014
Júlio Henrique Geraldo



| | |
|----------------------------------------|---------------------|
| TRIBUNAL JUDICIAL DA CIDADE DE NAMPULA | |
| SECRETARIA GERAL | |
| ENTRADA DE CORRESPONDÊNCIA | |
| Registo sob nº | 113 / 2014 |
| Data: | 04 / Agosto de 2014 |
| Ass: | Guliso |

Apresentou-se nesta
Direcção da P.C. de
Nampula no dia
15/08/14



deputado, 22/08/14
oficial A. S. Indique



Recebi a comunicação
deputado, em 19-08-14



APÊNDICE II: Modelo da nota introdutória das entrevistas

Nota introdutória para o (a) entrevistado (a)

No âmbito do trabalho final de Dissertação do Mestrado Integrado em Ciências Policiais do Curso de Formação de Oficiais de Polícia do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna em Portugal, **Henriques Manuel**, Aspirante a Oficial de Polícia, alude o tema "A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO – *Autonomia e a Dependência da Polícia de Investigação Criminal em Moçambique*". Com este trabalho, pretendemos reunir elementos essenciais que possam contribuir para a melhoria da actividade de investigação criminal em Moçambique, articulação e relacionamento entre os diversos Órgãos de Administração da Justiça, o respeito do Estado do direito democrático, dos direitos fundamentais e dos princípios basilares do processo penal.

Para a sua efectivação pretendemos que o Senhor (a) entrevistado (a) forneça e transmita-nos aquilo que na sua opinião poderá contribuir para garantir uma justiça célere que responda prontamente as solicitações dos cidadãos. Os dados fornecidos serão usados exclusivamente para o presente trabalho científico, cuja confidencialidade da identidade do entrevistado (a) é garantida para os fins alheios a este trabalho. Agradecemos desde já a sua disponibilidade em contribuir para este trabalho.

Maputo, aos ____de_____ de 2014

O ENTREVISTADOR

Henriques Manuel

(Aspirante a Oficial de Polícia)

APÊNDICE III: Modelo do Guião das entrevistas

Guião da Entrevista

1 - A República de Moçambique é um Estado de Direito Democrático, onde a Polícia tem por função *garantir a lei e ordem, a salvaguarda da segurança de pessoas e bens, a tranquilidade pública, o respeito pelo Estado de Direito Democrático e a observância estrita dos direitos fundamentais dos cidadãos*, (art.º 254º da CRM). Qual é a sua opinião relativa a actuação da Polícia da República de Moçambique (PRM) neste contexto?

2 - Na sua opinião, a PIC tem recursos financeiros, humanos e materiais suficiente para dar resposta cabal e pontual aos actos processuais a que lhe cabem por força da lei e no âmbito do Processo penal? Que medidas devem ser tomadas para tornar a PIC uma Polícia moderna, eficiente e profissional?

3 - A PIC é um ramo da PRM conforme alínea b) do nº 2, art.º 13º da lei nº 16/2013, de 12 de Agosto, a Lei Base da PRM. Na sua opinião, há hipótese, para um futuro próximo a PIC vir a ser autónoma na óptica financeira, mesmo na directa dependência orgânica dos Comandos da PRM? Se sim, que implicações terá na articulação das investigações criminais.

4 - Na sua opinião, acha que o Laboratório Central da Criminalística responde em tempo útil os pedidos de peritagens e exames solicitados para fins do processo penal?

5 - Actualmente discute-se a questão da dependência e da autonomia da PIC no âmbito do processo penal. Que sistema seria compatível a realidade da justiça moçambicana? Que implicação terá para a investigação criminal em si?

6 - Que análise faz sobre a evolução da PIC nos últimos 10 anos, em termos histórico-jurídico? E nos próximos 10 anos, qual é a perspectiva desta Polícia?

O ENTREVISTADOR

Henriques Manuel

(Aspirante a Oficial de Polícia)

APÊNDICE IV: Entrevista do Dr. Marciano Almeida Chilale

Funções: Comandante da 18ª Esquadra da PRM da Cidade de Maputo.

Local e Data: Cidade de Maputo, 24 de Julho de 2014

Hora: 10H00

1 - A República de Moçambique é um Estado de Direito Democrático, onde a Polícia tem por função *garantir a lei e ordem, a salvaguarda da segurança de pessoas e bens, a tranquilidade pública, o respeito pelo Estado de Direito Democrático e a observância estrita dos direitos fundamentais dos cidadãos* (art.º 254º da CRM). Qual é a sua opinião relativa a actuação da Polícia da República de Moçambique (PRM) neste contexto?

Dr. Marciano Chilale: Eu penso que esta polícia deste a altura em que o país era monopartidário e passou para o multipartidarismo não deixou de fazer o seu trabalho. A polícia também evoluiu e continua a fazer exactamente o seu trabalho conforme rege a lei fundamental, a CRM. É essencial explicar que a polícia obedece à lei e não tem nenhum partido. Em termos dos direitos fundamentais, a população sabe que a polícia age segundo a lei. Temos, ter em conta que no nosso país a maior parte da população é analfabeta, no entanto, isso pode influenciar na má interpretação quando se fala da actuação policial.

2 - Na sua opinião, a PIC tem recursos financeiros, humanos e materiais suficiente para dar resposta cabal e pontual aos actos processuais a que lhe cabem por força da lei e no âmbito do Processo penal? Que medidas devem ser tomadas para tornar a PIC uma Polícia moderna, eficiente e profissional?

Dr. Marciano Chilale: Posso dizer que recuando um pouco, a PIC tinha muitas dificuldades, mas actualmente está a melhorar, há muitas coisas que estão a alterar, em meios materiais, financeiros, técnicos, urbanização e recursos humanos, em relação a algum tempo atrás. Agora há muitos recursos humanos em formação e a tendência é melhorar cada vez mais. Ma para termos uma polícia moderna, profissional e eficiente, temos que colocar o homem no seu devido lugar. Porque é o Homem que pode alterar tudo. Podemos ter muitos meios técnicos e se o Homem não está adaptado para aqueles meios, nada é feito. É necessário colocar o Homem certo no lugar certo. Isto significa, formarmos o Homem e entregarmos o equipamento. Se entregamos o equipamento sem a formação, reitero, nada é feito, porque não sabe usá-lo.

3 - A PIC é um ramo da PRM conforme dispõe a alínea b) do nº 2, art.º 13º da lei nº 16/2013, de 12 de Agosto- Lei Base da PRM. Na sua opinião, há hipótese, em um futuro próximo, a PIC vir a ser autónoma na óptica financeira, mesmo na directa dependência orgânica dos Comandos da PRM? Se sim, que implicações terá na articulação das investigações criminais?

Dr. Marciano Chilale: Eu penso que sim. Porque a PIC é uma direcção muito complexa. Se essa direcção tiver uma dependência financeira, também a certo momento pode dificultar a

resolução de alguns problemas. Isto porque em dado momento é dito que se pretende fundos operativos e a própria direcção difunde isso e são alocados esses fundos. Se esses fundos forem alocados ou melhor, recebidos pelos terceiros, pode não chegar lá, aos operativos, porque em todo mundo não se busca informação sem dinheiro, e esse valor não pode ser do agente, deve ser do Estado. Para isso é preciso haver autonomia financeira, também é preciso que o Estado chegue à frente e liberte essa parte.

Nisso, as implicações serão positivas porque é a própria polícia e a sociedade que sai a ganhar. Nós, os polícias fardados (polícia de protecção) recebemos os assuntos da população e a PIC esclarece, apura a verdade. E para procurar essa verdade, a polícia deve ter os meios para ir atrás do autor. E se nós temos um processo na Esquadra e precisamos de dinheiro para as diligências, para se fazer articulação é uma grande dificuldade. Actualmente é o Comandante da Esquadra que acciona os mecanismos ao Comandante da Cidade e Director da PIC para se fazer essa articulação, portanto, não é uma acção isolada. Mas o cidadão quando chega a uma Esquadra não lhe interessa se há condições ou não, e mesmo sabendo que há dificuldades, quer ver o seu assunto resolvido. E a polícia deve resolver de qualquer jeito.

4 - Na sua opinião, acha que o Laboratório Central da Criminalística responde em tempo útil os pedidos de peritagens e exames solicitados para fins do processo penal?

Dr. Marciano Chilale: Não solicitamos os pedidos de peritagem ao Laboratório Central da Criminalística. Essa é actividade feita pela PIC para efeitos de processo penal.

5 - Actualmente discute-se a questão da dependência e da autonomia da PIC no âmbito do processo penal. Que sistema seria compatível com a realidade da justiça moçambicana? Que implicação terá para a investigação criminal em si?

Dr. Marciano Chilale: Acho melhor o sistema actual que existe, o sistema de dependência funcional em relação ao MP e orgânica em relação à PRM. Porque nós estamos a crescer, se a PIC passar para o MP vai criar problemas, porque essa separação da PIC e da Polícia pode estar até fora da lei. Acompanhamos que a Polícia Judiciária Portuguesa está no Ministério da Justiça e a PSP na Administração Interna, mas eles estão evoluídos, e nós estamos a crescer. Não vamos levar a PIC colocar no MP, isso vai implicar que eles sejam também polícias.

6 - Que análise faz sobre a evolução da PIC nos últimos 10 anos, em termos histórico-jurídico? E nos próximos 10 anos, qual é a perspectiva desta Polícia?

Dr. Marciano Chilale: Houve momento que a polícia ficou estagnada. Mas actualmente, o Ministro mexe área por área para inovar esta actividade. Passámos um momento em que a PIC estava em categoria e isso desapareceu. Esperemos que venha a existir uma PIC reorganizada em carreiras. Levar-se um homem formado para assumir uma área apropriada. Daqui a dez anos esperamos melhorias.

Fim da entrevista

Muito obrigado pela colaboração!

APÊNDICE V: Entrevista do Dr. Januário Bernardo Cumbane

Funções: Inspector da PIC em serviço na Direcção Nacional da PIC

Local e Data: Cidade de Maputo, 19 de Agosto de 2014

Hora: 10H00

1- A República de Moçambique é um Estado de Direito Democrático, onde a Polícia tem por função garantir a lei e ordem, a salvaguarda da segurança de pessoas e bens, a tranquilidade pública, o respeito pelo Estado de Direito Democrático e a observância estrita dos direitos fundamentais dos cidadãos (art.º 254º da CRM). Qual é a sua opinião relativa a actuação da Polícia da República de Moçambique (PRM) neste contexto?

Dr. Januário Cumbane: Nós temos uma experiência com pouco mais de trinta anos. Eu acho que a nossa polícia tal como todos os sectores do Estado moçambicano estão ainda em formação, no processo de consolidação dos princípios que norteiam o Estado de direito democrático. Em termos de nível do exercício de Estado de direito, esta polícia vive nestes princípios da dignidade da pessoa humana, o respeito pelo próximo, tal como a Constituição consagra. No entanto, é difícil avaliar com exatidão a opinião da sociedade neste âmbito. Mas a relação entre a polícia e a comunidade é muito sã. Grande parte de esclarecimentos de crime é graças à comunidade que está sensibilizada na actividade da polícia.

2 - Na sua opinião, a PIC tem recursos financeiros, humanos e materiais suficiente para dar resposta cabal e pontual aos actos processuais a que lhe cabem por força da lei e no âmbito do Processo penal? Que medidas devem ser tomadas para tornar a PIC uma Polícia moderna, eficiente e profissional?

Dr. Januário Cumbane: Ai é o calcanhar de Aquiles. É aí de onde vem o problema. Este Estado está em consolidação, estamos a falar de 40 anos de independência. Imagine como o país estava antes da independência, então escassez de recursos, mas não só se verifica na polícia, como também em vários sectores do Estado. Porém, a independência desses recursos é um esforço que a polícia enfrenta bastante para manter o controlo da criminalidade neste território. Temos falta de meios sim, está claro, meios técnicos e meios humanos, a própria capacitação do homem para actividade de investigação criminal. Um dos desafios da polícia está direccionado para formação.

O que temos de fazer para salvar a nossa investigação criminal é em termos de educação e nível de acções. Primeiro, é a pré-formação do homem, talvez tenhamos que nos virar para a formação do homem fazedor dessa actividade de investigação criminal. Segundo, é a tarefa do Estado dentro dos pactos de gestão, prever que nos receite o abastecimento desta PIC em material. O Homem está preparado para receber ao alto nível dos padrões internacionais de investigação criminal com o provimento de meios materiais é possível ultrapassar as dificuldades que enfrentamos hoje.

3 - A PIC é um ramo da PRM conforme dispõe a alínea b) do nº 2, art.º 13º da lei nº 16/2013, de 12 de Agosto, a Lei Base da PRM. Na sua opinião, há hipótese, em um futuro próximo, a PIC vir a ser autónoma na óptica financeira, mesmo na directa dependência orgânica dos Comandos da PRM? Se sim, que implicações terá na articulação das investigações criminais?

Dr. Januário Cumbane: Eu acho que sim. É uma questão de vontade, uma questão subjectiva. Eu defendo a tese da questão da seguinte forma: A localização da PIC não é o cerne da questão, não é o problema das dificuldades da PIC, não. É portanto o que a gente acha que esta PIC não tem nível do padrão internacional, mas eu não quero admitir que o seja. Sabe, acho que mesmo que se diga que a PIC é uma direcção que pertence à administração dos cemitérios, esta PIC com homens preparados, com os meios necessários e com a petrechamento devido operacional será mais eficaz e eficiente. Objectivamente é aí que não depende da sua localização, esteja no comando Geral, esteja no Ministério das Finanças, Ministério da Justiça, se esta PIC subjectivamente continuar com as condições que vive, continuará na mesma.

Todavia, quanto às implicações, acho que nenhuma terá. Ser autónoma ou não, isso não é o caso. Não nos esqueçamos que todos os sectores deste Estado moçambicano fazem parte de um sistema político com princípios próprios, estando a PIC independente ou não, o sistema não considera políticas que não permitem o desenvolvimento da PIC. Porque a mão política estende-se para todos os sectores do Estado. Se eu colocar a PIC na Cruz Vermelha de Moçambique, alguma coisa mudará? Se nós colocarmos a PIC no Ministério da Justiça ou na Procuradoria da República, com a mão política ainda existente, é possível? Acho que não! Este é o problema do conjunto do sistema no seu todo, em geral. Sendo já uma análise subjectiva, a PIC é a PIC, ela tem o seu quadro orgânico, tem os seus princípios que bem-haja a Polícia Judiciária no tempo da Ultramar. Aliás, a investigação criminal é uma ciência praticada por todos países do mundo com princípios próprios.

No entanto, o que é investigar o crime? Começamos por ali. Temos visto um consubstancial criminal, queremos é saber os seus autores, seus agentes que cometeram aquela infracção. Segundo qual é a responsabilidade. Este é o princípio criminal. Ora, este agente com está formação não terá outra coisa para falar se não o que estamos a dizer. Então, independente ou não, depende de quem é patrono desta investigação.

4 - Na sua opinião, acha que o Laboratório Central da Criminalística responde em tempo útil os pedidos de peritagens e exames solicitados para fins do processo penal?

Dr. Januário Cumbane: Há uma gestão caricata que devo notificar. Os nossos Laboratórios, sobretudo, os laboratórios regionais de Maputo, Sofala e Nampula são laboratórios altamente equipados. Parece-me que o programa das Nações Unidas que já leva anos atrás houve o programa de equipamento de laboratórios. A questão é como eu dizia caricata: o laboratório melhor equipado tem que ter homens preparados. No entanto, temos

poucos Químicos, Biólogos e a formação destes profissionais está a decorrer, e as respostas têm sido satisfatórias neste sentido.

5 - Actualmente discute-se a questão da dependência e da autonomia da PIC no âmbito do processo penal. Que sistema seria compatível com a realidade da justiça moçambicana? Que implicação terá para a investigação criminal em si?

Dr. Januário Cumbane: Para mim a questão é apetrechamento da PIC. É ter a capacidade funcional completa, ter o homem profissional devidamente treinado e equipado para o seu trabalho. Se o objecto do nosso trabalho, a investigação criminal, é o processo penal, e este existir, a PIC efectivamente laborará como deve ser sem nenhuns problemas. Não há sistema melhor em relação ao outro, estar independente ou não. Não nos esqueçamos que a investigação criminal tem duas componentes interessantes, uma é a investigação propriamente dita e outra é a instrução de processo penal que é a arte de formar expediente que fala com o juiz no julgamento, aquilo que diga algo no tribunal. A investigação criminal, como tal, é uma actividade que tem uma característica de actividade paramilitar, porque é necessário dotar o homem de autoridade.

6 - Que análise faz sobre a evolução da PIC nos últimos 10 anos, em termos histórico-jurídico? E nos próximos 10 anos, qual é a perspectiva desta Polícia?

Dr. Januário Cumbane: Acho que a nossa polícia esta a evoluir bastante. Aliás, já ouviu falar da componente formação, muitos jovens formados e recuperados para esta polícia. Não é estranho num grupo de 20 profissionais existir um mestre. A polícia em geral está a evoluir. Ao apetrechamento devido, a nossa investigação será esperança, aliás, há uma esperança, uma luz no fundo do túnel. Há um pacote de reformas que contempla uma série de requisitos que a polícia funcione ao nível e padrões internacionais. Concluindo, não interessa onde estiver a PIC. Reiteramos a retirada do subjectivismo na investigação criminal. O apetrechamento da PIC e a respectiva formação dos quadros.

Fim da entrevista

Muito obrigado pela colaboração!

APÊNDICE VI: Entrevista do Dr. Duarte João Luís Omar

Funções: Chefe do Departamento de Instrução e Investigação Criminal da PIC Cidade de Maputo

Local e Data: Cidade de Maputo, 23 de Julho de 2014

Hora: 10H30

1 - A República de Moçambique é um Estado de Direito Democrático, onde a Polícia tem por função garantir a lei e ordem, a salvaguarda da segurança de pessoas e bens, a tranquilidade pública, o respeito pelo Estado de Direito Democrático e a observância estrita dos direitos fundamentais dos cidadãos (art.º 254º da CRM). Qual é a sua opinião relativa a actuação da Polícia da República de Moçambique (PRM) neste contexto?

Dr. Duarte Omar: Na minha opinião, efectivamente a polícia actua em respeito à Constituição e às demais leis, garantindo a lei, a ordem e segurança pública, respeitando estritamente os direitos fundamentais dos cidadãos. Em termos reais, Moçambique é um país novo, o Estado de Direito está a ser construído, é um processo longo e nesse processo há apostas para construção do Estado de direito democrático. A polícia assume este Estado de direito democrático e luta em todas as suas hierarquias para atingir os objectivos deste Estado.

2 - Na sua opinião, a PIC tem recursos financeiros, humanos e materiais suficiente para dar resposta cabal e pontual aos actos processuais a que lhe cabem por força da lei e no âmbito do Processo penal? Que medidas devem ser tomadas para tornar a PIC uma Polícia moderna, eficiente e profissional?

Dr. Duarte Omar: Claro que não, isso é óbvio. A PIC não tem recursos, sejam financeiros, humanos e nem materiais suficientes. Mas, dentro do que o nosso país pode, pouco a pouco vão-se criando condições para um serviço mínimo e básico, não deixando por isso cumprir cabalmente a sua missão. Constitui um desafio do Ministério do Interior e do Comando Geral da PRM em especial, de providenciar os recursos necessários. Há uma preocupação do Estado em adoptar as condições para a polícia. Tomando em considerações que a PIC não é uma ilha, outras polícias também têm dificuldades. O Estado vai libertando condições necessárias de acordo ao crescimento do País. Nesta vertente há uma reestruturação da PIC a decorrer no país, essa reestruturação visa adotar recursos humanos nas diferentes especialidades dentro da PIC, dotar de capacidades de certas pessoas através de cursos nas especialidades, como é o caso de crimes cibernéticos, fraudes económicos, tráfico de drogas, apesar de este último ser um transnacional há necessidade de dotar ferramentas as pessoas para estes tipos de crimes.

3 - A PIC é um ramo da PRM conforme dispõe a alínea b) do nº 2, art.º 13º da lei nº 16/2013, de 12 de Agosto, a Lei Base da PRM. Na sua opinião, há hipótese, em um futuro próximo, a PIC vir a ser autónoma na óptica financeira, mesmo na directa dependência

orgânica dos Comandos da PRM? Se sim, que implicações terá na articulação das investigações criminais?

Dr. Duarte Omar: Em termos técnicos e táticos já existe essa autonomia. Em termos financeiros, há um pequeno fundo disponível, que serve para fazer diligências e deslocações e quando acaba temos que recorrer á outras entidades, por exemplo, a logística e finanças do comando da PRM. Porém, dada essa exiguidade financeira, não podemos dizer que a PIC é autónoma financeiramente. Eu como cidadão moçambicano, acredito que vamos chegar essa autonomia financeira, se gás e petróleo estão a dar dinheiro. Porque como referi, Moçambique não é uma ilha dourada, está em desenvolvimento.

4 - Na sua opinião, acha que o Laboratório Central da Criminalística responde em tempo útil os pedidos de peritagens e exames solicitados para fins do processo penal?

Dr. Duarte Omar: Não. Também o Laboratório Central da Criminalística precisa de ser melhorado, equipado adequadamente e modernamente.

5 - Actualmente discute-se a questão da dependência e da autonomia da PIC no âmbito do processo penal. Que sistema seria compatível com a realidade da justiça moçambicana? Que implicação terá para a investigação criminal em si?

Dr. Duarte Omar: A autonomia precisa de ser contextualizada no processo penal. Se dissermos que o inspector da PIC é autónomo, não é a mesma coisa dizer que a PIC é autónoma. Ser autónomo é ser independente. No caso da PIC isso não é, subordina-se a PRM e MP, funcionalmente. Em relação à direcção, é relativa aos actos processuais, onde o MP determina a realização das diligências. Essas diligências são efectuadas pelos inspectores e seus agentes investigadores, como coadjuvantes do MP.

6 - Que análise faz sobre a evolução da PIC nos últimos 10 anos, em termos histórico-jurídico? E nos próximos 10 anos, qual é a perspectiva desta Polícia?

Dr. Duarte Omar: Bom, nos últimos 10 anos podemos assim dizer que a PIC evoluiu. Mas, não evoluiu de forma específica, ela evoluiu acompanhando a evolução do Ministério do Interior e a função Pública. Outrora era o inspector que legalizava os arguidos. Depois surgiu a lei n.º 2/93, em que as acções jurisdicionais que eram exercidas pela PIC passaram para o Juiz. As pessoas com contradição com a lei viram os seus direitos respeitados. Hoje em dia há advogado para cada arguido, sejam defensores oficiosos, até temos advogados do Instituto de Patrocínio Jurídico para os desfavorecidos. Há dez anos, um terço do efectivo tinha o ensino secundário, hoje, temos 80% do efectivo com o ensino superior. Há 10 anos tínhamos 5% do efectivo com formação de investigação criminal, hoje em dia temos aproximadamente 80% do efectivo formado. Daqui a 10 anos pretende-se uma polícia altamente profissional, competente e eficaz, garantindo actual almejada justiça ao povo moçambicano.

Fim da entrevista

Muito obrigado pela colaboração!

APÊNDICE VII: Entrevista do Dr. Arlindo Fole Nthupi

Funções: Criminólogo responsável da Técnica Especial do Laboratório Central da Criminalística

Local e Data: Cidade de Maputo, 24 de Julho de 2014 **Hora:** 14H00

1 - A República de Moçambique é um Estado de Direito Democrático, onde a Polícia tem por função garantir a lei e ordem, a salvaguarda da segurança de pessoas e bens, a tranquilidade pública, o respeito pelo Estado de Direito Democrático e a observância estrita dos direitos fundamentais dos cidadãos (art.º 254º da CRM). Qual é a sua opinião relativa a actuação da Polícia da República de Moçambique (PRM) neste contexto?

Dr. Arlindo Nthupi: A polícia na conjuntura geral, evidentemente está cumprindo na íntegra as suas tarefas que lhe são incumbidas na óptica de garantir a ordem, tranquilidade e segurança públicas, porque esta é a tarefa que lhe é incumbida de forma exclusiva. Agora, no que diz respeito à nossa área, a área da técnica forense, nós temos a missão de providenciarmos todas as provas legais que não sejam refutadas nos tribunais judiciais, isto é, nós temos que pautar pela objectividade, transparência e coerência de todos os actos que submetemos ao tribunal, por solicitação destes ou por nossa parte após captação. Dada a nossa tarefa de âmbito específica como peritos, qualquer anomalia de âmbito criminal que possamos registar temos a incumbência de submetermos tanto a acusação depois de providenciarmos todas as provas legais e formarmos o corpo de delito ao MP para as subsequentes decisões para a acusação.

2 - Na sua opinião, a PIC tem recursos financeiros, humanos e materiais suficiente para dar resposta cabal e pontual aos actos processuais a que lhe cabem por força da lei e no âmbito do Processo penal? Que medidas devem ser tomadas para tornar a PIC uma Polícia moderna, eficiente e profissional?

Dr. Arlindo Nthupi: A PIC é uma polícia que goza de autonomia administrativa, sendo assim, qualquer tipo de deslocação, se a nossa direcção entender achar pertinente dentro ou para fora do país, temos condições de levarmos a cabo qualquer trabalho operativo. Em caso das nossas capacidades financeiras se mostrarem umbigues nós recorremos aos nossos parceiros tanto internos como externos para levar a cabo a nossa missão. Quanto as medidas a serem tomadas, existe o plano estratégico no âmbito de formação dos quadros tanto internamente e externamente e em segundo lugar existe um plano de equipar todas as especialidades da técnica criminalista. Nós temos dez especialidades e todas estas devem estar operacionais e precisam de estar equipados, e nós já começámos com este processo, é um processo ininterrupto. Por mais que os equipamentos sejam mais onerosos, nós vamos mais pautar pelo gradualismo.

Para garantir a eficiência, eficácia e o profissionalismo, o DCC tem uma série de funções. O departamento em termos hierárquicos e funcionais está na alçada da DNIC. No novo

organograma, passa para uma direcção nacional, estamos a liderar três laboratórios regionais, Maputo, Sofala e Nampula, e ainda assessoramos os níveis de laboratórios da brigada técnica que se encontram sedeados em todas as províncias. Sendo assim, a sua missão principal é garantir que haja providência legal irrefutável das provas em tribunais.

3 - A PIC é um ramo da PRM conforme dispõe a alínea b) do nº 2, art.º 13º da lei nº 16/2013, de 12 de Agosto, a Lei Base da PRM. Na sua opinião, há hipótese, em um futuro próximo, a PIC vir a ser autónoma na óptica financeira, mesmo na directa dependência orgânica dos Comandos da PRM? Se sim, que implicações terá na articulação das investigações criminais?

Dr. Arlindo Nthupi: Como ponto de introdução, a actuação da PIC não depende somente da estrutura interna ou do MP. Tem a ver com duas situações, a força interna e força externa. Neste momento a força externa é muito forte, a Comunidade Europeia quer ver a polícia a funcionar em Moçambique, aloca recursos. Primeiro, começou pela reforma de toda administração da justiça, e não pode haver reforma da administração da justiça enquanto os seus auxiliares, que é o caso do laboratório forense, que esteja estagnada, em termos de apresentação das provas. Sendo assim, terá que prestar atenção ao desenvolvimento do laboratório e desenvolvimento da PIC a nível nacional. Segundo, a nível da região Austral e da CPLP, em particular o caso da África do Sul, Brasil e Portugal, aliás, em Portugal a Polícia Judiciária é autónoma. Mas, luta-se pela integração das polícias num único Ministério porque tem vantagens. Quando você tira o seu filho para fora, não tem o comando total em termos de coordenação. Todo pessoal que está na sua alçada já é fácil atribuir cada uma tarefas e saber como controlar e saber gerir. É nessa óptica que polícia de investigação criminal tem que funcionar dentro do Ministério do Interior combinando as acções operativas com toda aquela parte, todas as forças do Comando, com humanismo e sem demora.

Desde que nós estamos integrados no MINT não deixamos funcionalmente de depender do MP. Há uma sincronia, o estado é uno e indivisível, não é verdade? Com todas as suas infra-estruturas devem trabalhar em coordenação. Tem objectivos claros, que é esclarecer o crime, reprimir em bloco o crime e ninguém vai ficar de fora. Importante é haver a vontade política, já existe, já aprovaram e vão aprovar, que haja autonomia da PIC, isto vai passar. A PIC já é autonomia, estamos nos enraizando gradualmente.

4 - Na sua opinião, acha que o Laboratório Central da Criminalística responde em tempo útil os pedidos de peritagens e exames solicitados para fins do processo penal?

Dr. Arlindo Nthupi: Portanto, quem nos solicita, fora do âmbito interno, é o MP, os tribunais, os particulares, Alfandegas e outras entidades. O MP quando delega a PIC, está contacta-nos oficiosamente, ou se o tribunal assim entender solicitar um técnico, contacta-nos oficiosamente. Nós estamos interligados em vários departamentos.

No entanto, nos obrigamos, isto é, temos prazos estabelecidos. Na área da fotografia damos 7 dias. Noutras áreas damos 14 dias no máximo, dentro deste período se houver complicações, automaticamente pedimos prorrogações, os prazos internos são esses. Com o fluxo de expedientes, pode haver atrasos. Caso haja, esse atraso é comunicado logo, como é o caso de ADN, mas depois enviamos.

5 - Actualmente discute-se a questão da dependência e da autonomia da PIC no âmbito do processo penal. Que sistema seria compatível com a realidade da justiça moçambicana? Que implicação terá para a investigação criminal em si?

Dr. Arlindo Nthupi: No que concerne à autonomia refere-se mais em termos administrativos, isto é, termos uma PIC que tenha cabeça, tronco e membros. Uma instituição operativa é preciso que seja muito forte na alocação dos recursos financeiros: a fundamentação qual é? Pode ser uma questão de deslocação para viajar a Cabo Delgado porque há um incidente criminalmente relevante, e que deve ser esclarecido o mais urgente possível.

A direcção deve estar em condições de encontrar no seu fundo de manuseio algum valor que possibilite viajar a qualquer momento. E por outro, até posso exagerar, a nossa PIC até que tinha que ter um helicóptero, não depender de qualquer instituição, ter os seus recursos internos em meios de transportes de qualquer tipo e seus recursos financeiros para não depender de ninguém.

Hoje em dia, qualquer situação que acontece tem que escrever para Comandante Geral ou Ministro, leva o seu tempo telopático. É daí que a gente afirma categoricamente que a polícia que nós queremos tem que ter a sua autonomia financeira, tem que ter recursos em meios de transportes autónomos, um tanque de combustível autónomo e seu pessoal devidamente formado e bem equipado para agir. E não só, em termos legais, têm que estar plasmados os actos praticados pelos elementos da PIC, tem que constar no Código de Processual Penal, é meio evidentemente, pelos vistos de forma a defender até aos operativos da PIC, sem bilhetes, sem restrições dentro da sua área de jurisdição, tudo na base da lei.

Quando falamos da Direcção, podemos referir-nos à administração dos recursos humanos, à nossa direcção local, à nossa direcção em termos de dependência hierárquica. Agora, as nossas acções de instrução preparatória são dirigidas pelo Ministério Público, e nós agimos como delegados do MP e devemos subsequentemente prestar contas ao MP através dos nossos serviços que eles solicitam. Portanto, nós somos solicitados para tirar dúvidas.

6 - Que análise faz sobre a evolução da PIC nos últimos 10 anos, em termos histórico-jurídico? E nos próximos 10 anos, qual é a perspectiva desta Polícia?

Dr. Arlindo Nthupi: Hoje temos agentes da polícia de investigação criminal que já têm o mestrado e licenciatura e poucos com o nível médio. Portanto, há maior esperança.

Fim da entrevista

Muito obrigado pela colaboração!

APÊNDICE VIII: Entrevista do Dr. Faustino Francisco Rongarisae

Funções: Juiz da 2ª Secção Criminal do Tribunal Judicial da Cidade de Nampula

Local e Data: Cidade de Nampula, 14 de Agosto de 2014

Hora: 09H00

1 - A República de Moçambique é um Estado de Direito Democrático, onde a Polícia tem por função garantir a lei e ordem, a salvaguarda da segurança de pessoas e bens, a tranquilidade pública, o respeito pelo Estado de Direito Democrático e a observância estrita dos direitos fundamentais dos cidadãos (art.º 254º da CRM). Qual é a sua opinião relativa a actuação da Polícia da República de Moçambique (PRM) neste contexto?

Dr. Faustino Rongarisae: Nos termos da CRM a Polícia é o garante da ordem e tranquilidade públicas, é um meio, um mecanismo que salvaguarda os interesses do Estado, sobretudo no cumprimento estrito das normas. Porque os tribunais apenas aplicam já no âmbito restrito. Na minha opinião, já no âmbito muito amplo aberto é a mão e a perna dos órgãos de Soberania.

Ora vejamos, não se faz nada sem a polícia, mesmo para o cumprimento das normas no Estado de direito democrático é preciso que haja um exercício forte da polícia. Em todos os âmbitos, nós encontramos a polícia, ela está em todas áreas afins, quer na administração pública e privada, quer na cidade, quer no campo, em todos os lugares encontramos a polícia que faz o cumprimento estrito das normas no sentido amplo. Por exemplo, de onde sai o processo? Sai na polícia, quer os actos criminais, quer os actos civis, embora quem sabe dos actos cíveis é o estudioso.

No entanto, não há um estudo exaustivo que diferencie entre a polícia e direitos humanos. Ora vejamos, ao evoluir do crime faz evoluir a polícia e não o evoluir da polícia que faz evoluir o crime, porque o criminoso sempre está acima da lei, o criminoso já estudou o comportamento da polícia. Já passou na televisão, em que alguém vai roubar na esquadra um telemóvel, um carro, já aconteceu isso. Este criminoso estudou. Numa esquadra temos diversos tipos de polícias e o criminoso consegue entrar e cometer crime. Ora, você vai fazer uma captura de um cadastrado saudável, ele tem meios, vão lá três ou quatro polícias, na tentativa de o neutralizar ele mostra resistência, o que a polícia faz? Vamos para o código, a coercibilidade é aceite. Para neutralizar e para poder algemá-lo há um entretanto, ele pode estar ferido em algum momento, e a parece o defensor dos direitos humanos e pergunta porque aplicaram aquela técnica..., então, poderia ser oferecido bombons, uma sopa? Que tipo de direitos tem a final de contas.

Eu que estou a falar, em pleno julgamento da sentença, um réu pegou na cadeira e arremessou contra mim e estragou-me o braço direito e a polícia foi neutralizar em plena sala de julgamento, e há quem aparece e diz que isso é contra os direitos humanos. Afinal são direitos humanos contra o profissionalismo e não os verdadeiros direitos.

Na minha opinião, regra geral, a polícia actua muito bem, mesmo sem meios, o que acontece na área de jurisdição do tribunal da cidade de Nampula, consegue recuperar bens nos distritos, usando chapa, e quem paga é o próprio polícia com o seu dinheiro. No furto de telemóveis, a polícia usa a estratégia de recuperação de telemóveis a partir do seu telemóvel, e consegue trazer o cadastrado usando pés, correndo. Faz buscas, capturas, eu daria nota dez, sempre tendo em conta as dificuldades de recursos materiais e talvez humanos.

2 - Na sua opinião, a PIC tem recursos financeiros, humanos e materiais suficiente para dar resposta cabal e pontual aos actos processuais a que lhe cabem por força da lei e no âmbito do Processo penal? Que medidas devem ser tomadas para tornar a PIC uma Polícia moderna, eficiente e profissional?

Dr. Faustino Rongarisae: Na minha opinião, para PIC até para todo o sistema judicial não há capacitação. Ora, eu desde que fui formado em 2007 nunca tive capacitação. Na PIC não há evolução nenhuma contra investigações dos novos crimes, hoje fala-se de sequestro, ontem era cárcere privado, está a evoluir. Será que a polícia está a evoluir?

A PIC não tem telefone, não tem viatura, estou a falar de Nampula, e a que tem do Comando, está não pode fazer 5 km porque pára no caminho. Isto é, não tem recursos materiais nem humanos devidamente qualificados e especializados. O agente instrutor acaba fazendo tudo por falta de meios. Isto tem um impacto negativo. A fonte de tudo isso é a injustiça. Percebamos que o juiz não é investigador, ele complementa. A investigação está na base. As provas estão no processo e quem as traz é o investigador da PIC. No entanto, num processo bem elaborado a justiça funciona. Dr. Henriques, podemos fazer uma experiência levar folhas de mandioca até a PIC, a primeira será, isto aqui é droga, porque tudo são através da experiência dos olhos e não pelos equipamentos. Ora vejamos, meios insuficientes para o funcionamento da PIC, resultado final é injustiça. A solução para colmatar esta situação é potenciar em boas qualificações e especialidades da PIC, tentar dentro da desta polícia ter os médicos, químicos, politólogos, mecânicos, e todos os cursos. Aliás, temos muitas universidades no país, que se criem parcerias. Temos que ter a mão-de-obra qualificada e especializada, equipamentos especializados para os exames. Termos recursos financeiros e materiais, tais como viaturas, telefones, etc., fiáveis e rápidos para não apagar as provas. Se houve um arrombamento, pela experiência de cada país é tentar vedar o local do crime, só nos sinais digitais em outros países é possível encontrar o autor. Será que em Moçambique isso existe?

3 - A PIC é um ramo da PRM conforme dispõe a alínea b) do nº 2, art.º 13º da lei nº 16/2013, de 12 de Agosto, a Lei Base da PRM. Na sua opinião, há hipótese, em um futuro próximo, a PIC vir a ser autónoma na óptica financeira, mesmo na directa dependência orgânica dos Comandos da PRM? Se sim, que implicações terá na articulação das investigações criminais?

Dr. Faustino Rongarisae: Nós temos sempre de sonhar num Moçambique próspero, pode não ser hoje e nem amanhã. Se tivermos uma PIC autónoma a justiça vai mudar. Ora, estamos a falar da PIC no Estado de direito democrático e no processo penal. Isto está ligado em termos políticos. E em termos de academia, confunde-se muito entre o partido e o governo. Há uma manipulação do partido em actos de investigação. Nos países árabes confunde-se o governo da religião, aqui é a política e o governo, porque a PIC não é autónoma. Se a PIC esta a investigar fraude de milhões de dólares numa empresa pública, está PIC não vai ter meios para trabalhar, porque ela é subordinada. Aliás, se eu sou nomeado não posso fazer vidas negras a quem me nomeia. Por isso, não há PIC atuante, se for a ver, não temos investigações que estejam relacionadas com agentes partidários. Mesmo ele com o processo, a PIC não anda, porque é dependente.

4 - Na sua opinião, acha que o Laboratório Central da Criminalística responde em tempo útil os pedidos de peritagens e exames solicitados para fins do processo penal?

Dr. Faustino Rongarisae: Talvez o tribunal que pune acima de 12 anos de prisão, para este tribunal não é cumprido os prazos. Até agora, estamos a teclatear com um processo de pedras preciosas. Alguém apareceu e diz que este senhor queria comprar pedras e eu levei a pedra para lá e em menos de dois minutos o senhor volta e diz que a pedra não é preciosa e na posse de uma lupa. Quem sabe se esta pedra é ou não preciosa? É o Laboratório. Temos armas enviadas no laboratório, até agora não foi apresentado o exame e nem se sabe com quem está a arma, embora esta foi apreendida pelos agentes da PIC.

5 - Actualmente discute-se a questão da dependência e da autonomia da PIC no âmbito do processo penal. Que sistema seria compatível com a realidade da justiça moçambicana? Que implicação terá para a investigação criminal em si?

Dr. Faustino Rongarisae: Se calhar pelo termo autonomia para mim, é um termo bom. Um autónomo tem um organograma próprio, procura resolver seus problemas na forma própria até tem investimentos que entram directamente. Isso acarinharia o sistema. Porque os verditos promovem da autonomia, mas até podemos ter bons dirigentes, só que não há uso de inteligência porque não é autónomo, mas há inovação.

6 - Que análise faz sobre a evolução da PIC nos últimos 10 anos, em termos histórico-jurídico? E nos próximos 10 anos, qual é a perspectiva desta Polícia?

Dr. Faustino Rongarisae: Nos últimos dez anos a polícia está a melhorar, mesmo sem meios suficientes. Estamos a entrar numa polícia ética, embora sem meios e que procura melhorar a sua qualidade de serviço. No entanto, com o cumprimento do n.º 2, do art.º 16º da lei n.º 16/2013, de Agosto, vamos dar mais de dez passos. Isso vai melhorar a qualidade de serviços e melhoria de salários, contribuindo assim para a justiça no país.

Fim da entrevista

Muito obrigado pela colaboração!

APÊNDICE IX: Entrevista da Dr.^a Judite António Sindique Correia

Funções: Juíza da Secção de Instrução Criminal do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo

Local e Data: Maputo, 22 de Agosto de 2014

Hora: 10H30

1 - A República de Moçambique é um Estado de Direito Democrático, onde a Polícia tem por função *garantir a lei e ordem, a salvaguarda da segurança de pessoas e bens, a tranquilidade pública, o respeito pelo Estado de Direito Democrático e a observância estrita dos direitos fundamentais dos cidadãos* (art.º 254º da CRM). Qual é a sua opinião relativa a actuação da Polícia da República de Moçambique (PRM) neste contexto?

Dr.^a Judite Correia: No contexto como Garante da lei e Ordem, eu acho que deve-se fazer muito trabalho em relação à nossa Polícia. O que acontece muitas vezes é que a polícia na sua actuação não observa muito aquilo que é legalmente escrito. A nossa polícia ainda actua mais pela força do que pela lei. Vai ver muitas vezes, naquilo que é o meu trabalho, quando estou diante do agente da Polícia, falo polícia no seu geral, nós nessa face trabalhamos muito com a polícia em baixo do que em cima.

Há situações que quando estamos perante a polícia, você pergunta muitas vezes aquilo que é a legalidade na sua actuação ou o que a lei diz em relação ao seu trabalho, e em muitas situações a polícia não conhece a lei. Eu não sei, se durante o curso de formação da polícia em Matalane, acho que lá dão muito pouco, deviam imprimir maior dinâmica nessa parte legal em relação à nossa polícia.

Para aquilo que nós vivemos actualmente no Estado de Direito democrático estamos a ter retrocesso. O Estado de direito democrático não está a caminhar para a frente. Eu acho que são as políticas actuais, quer dizer, a política está de tal forma que o cidadão agora não pode falar livremente. Se você fala, parece que está contra o Governo. Então, isso não é Estado de Direito Democrático, por isso estou a dizer que estamos a retroceder. O que está na Constituição não é o que se pratica. Eu acho que alguma alternância do poder é necessário para termos o Estado de direito democrático. Não se nota a separação dos poderes. Deve-se obedecer um comando, se você não obedece, está mal.

2 - Na sua opinião, a PIC tem recursos financeiros, humanos e materiais suficiente para dar resposta cabal e pontual aos actos processuais a que lhe cabem

por força da lei e no âmbito do Processo penal? Que medidas devem ser tomadas para tornar a PIC uma Polícia moderna, eficiente e profissional?

Dr.^a Judite Correia: Acho que não. A PIC está a precisar muito, quer recursos humanos, quer financeiros, ela está muito além daquilo que é necessário. Agora começamos a ver alguma injeção, parece que o governo está a olhar um pouco para essa parte. Mas, acho que até no ano passado (2013) a polícia estava de rastos para se ausentar em diligências, isso era um problema. A polícia não tem papel, não tem caneta, quer dizer, até as coisas essenciais têm falta. É um problema. Por isso, não tem recursos financeiros e materiais. No entanto, os recursos humanos até podem ter, mas não recursos humanos habilitados para fazer aquele trabalho, precisa mais formação e de se investir muito. Para mim, são visíveis as duas vertentes que referi, a de maior injeção de fundos na formação e a parte económica são as que estão a faltar.

3 - A PIC é um ramo da PRM conforme dispõe a alínea b) do nº 2, art.º 13º da lei nº 16/2013, de 12 de Agosto, a Lei Base da PRM. Na sua opinião, há hipótese, em um futuro próximo, a PIC vir a ser autónoma na óptica financeira, mesmo na directa dependência orgânica dos Comandos da PRM? Se sim, que implicações terá na articulação das investigações criminais?

Dr.^a Judite Correia: Acho que não. Se na polícia funciona o princípio da hierarquia mesmo ele agente da PIC estando no terreno, mas tendo um superior hierárquico que quer que as coisas sejam feitas de forma como ele acha, como deve ser? Nós costumamos acompanhar muito aquela “são ordens superiores” e você esta numa situação e diz explica-me que eu não sei o que são ordens superiores, nada é dito. Mesmo nós, e direito aprendemos que não devemos cumprir ordens ilegais, mas na prática é difícil implementar. Agora, o que chefe manda e você não cumpre sabendo que é ilegal, amanhã é transferido para outro sítio ou é rebaixado de categoria. Eu acho que nós já discutimos muitas vezes sobre a questão da independência da PIC em relação ao resto da Polícia, e sempre chegamos à conclusão que nunca será autónoma enquanto a ramificação for esta.

Entendemos que a PIC devia estar em ..., eu não sei se seria o princípio de auto governação ou subordinação em relação à Procuradoria. No nosso ordenamento jurídico o processo penal é do MP. Cabe a este instaurar o procedimento criminal, e para tal, precisa de investigadores, por isso, a PIC deveria estar ligada ao MP. Da forma com está parece certo dizer que tem uma dupla dependência, ao Comando Geral e ao MP, isto é muito complicado. Como já disse, o dono do processo é o MP, cabe a ele delegar

em outras entidades. O que se passa aqui, é que o processo penal vem directamente da polícia, e às vezes, não conseguimos fazer elo de ligação entre polícia e MP. No entanto, o MP não consegue ter a verdadeira direcção do processo por causa dessas ramificações da PIC sob alçada do Comando.

4 - Na sua opinião, acha que o Laboratório Central da Criminalística responde em tempo útil os pedidos de peritagens e exames solicitados para fins do processo penal?

Dr.^a Judite Correia: Em relação à droga costumo ver alguns processos com respostas. Mas não sei se essas respostas são dadas no tempo útil. Noutros casos é difícil explicar com exaustão.

5 - Actualmente discute-se a questão da dependência e da autonomia da PIC no âmbito do processo penal. Que sistema seria compatível com a realidade da justiça moçambicana? Que implicação terá para a investigação criminal em si?

Dr.^a Judite Correia: Para mim a dependência funcional é em relação ao trabalho. Em relação à parte económica, devia ser a dependência autónoma, isto é, auto dependência. Porque muitas vezes o cidadão queixa-se e a polícia diz que não tem combustível, por exemplo, ou não tem crédito. Essa parte financeira deve ser gerida pela própria PIC. Neste sentido, a polícia seria mais eficiente na sua actuação, não haveria justificações quanto à falta de meios para deslocações e diligências. O cidadão via a qualidade da polícia na sua actuação. Está é a implicação da autonomia financeira.

6 - Que análise faz sobre a evolução da PIC nos últimos 10 anos, em termos histórico-jurídico? E nos próximos 10 anos, qual é a perspectiva desta Polícia?

Dr.^a Judite Correia: Em termos jurídicos acho que houve uma evolução. Em termos funcionais, não me parece tanto, eu como uma cidadã. Em termos de actuação, embora eu não conheça a PIC há mais de 10 anos, parece que há um retrocesso, devido às dificuldades financeiras que enfrenta. Agora não sei se é vontade ou falta de meios financeiros. Daqui a 10 anos a orgânica da PIC tem que mudar, esta tem que sair da orgânica do Comando Geral, passar para a procuradoria ou Ministério da Justiça, mas não sei como isso se ia desenhar. Mas com este organograma como está, está deslocada. Não podemos dizer que não podemos mudar de modelo, temos que experimentar. O que mudaria se a PIC sair do Ministério do Interior, e por causa de o quê?

Fim da entrevista

Muito obrigado pela colaboração!

APÊNDICE X: Entrevista do Dr. Naftal Luís Zucula

Funções: Procurador da República da Cidade de Maputo.

Local e Data: Cidade de Maputo, 18 de Agosto de 2014

Hora: 11H00

1 - A República de Moçambique é um Estado de Direito Democrático, onde a Polícia tem por função garantir a lei e ordem, a salvaguarda da segurança de pessoas e bens, a tranquilidade pública, o respeito pelo Estado de Direito Democrático e a observância estrita dos direitos fundamentais dos cidadãos (art.º 254º da CRM). Qual é a sua opinião relativa a actuação da Polícia da República de Moçambique (PRM) neste contexto?

Dr. Naftal Zucula: Na minha óptica penso que a PRM está cumprir as suas atribuições e competências de garantir a ordem e tranquilidade públicas. Mas há muitas situações em que a nossa polícia cumprindo os seus deveres, choca com os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos. Dou um pequeno exemplo: Há situações em que a polícia se apercebe que foi praticado um acto criminal, mas no decurso dessa actuação viola os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.

A natureza do trabalho da polícia está sempre em permanente tensão entre direitos e liberdades fundamentais e o princípio do interesse do Estado em garantir a ordem e tranquilidade pública. Mesmo neste caso, não implica que o Estado deva pôr em causa os direitos e liberdades dos cidadãos, pôr em causa a inocência pelo facto de buscar uma certa verdade. Todavia, eu penso que a polícia está a cumprir com o seu trabalho na medida possível com os meios que tem.

Muitas vezes e no domínio do cumprimento dos seus deveres acaba violando os direitos e liberdades dos cidadãos. Ora, o limite da actuação policial é a própria lei, que estabelece o próprio começo e o fim. A partir do momento que age para além da lei que estabelece está a violar a lei. Neste caso, é a questão de violação dos direitos fundamentais. A Constituição estabelece o limite que a polícia deve actuar e os cidadãos têm a consciência dos seus direitos.

2 - Na sua opinião, a PIC tem recursos financeiros, humanos e materiais suficiente para dar resposta cabal e pontual aos actos processuais a que lhe cabem por força da lei e no âmbito do Processo penal? Que medidas devem ser tomadas para tornar a PIC uma Polícia moderna, eficiente e profissional?

Dr. Naftal Zucula 2: A nossa polícia tem recursos tão escassos para poder cumprir aquilo que é o seu trabalho, aquelas funções básicas das instituições. Verifica-se que trabalham mais de dois agentes na mesma sala, a fazerem interrogatório ou audições em declarações, isso perturba. Os recursos técnicos são mínimos, a nossa polícia recorre aos interrogatórios dos réus, das testemunhas, sem recorrem os outros meios técnicos que outras polícias do mundo usam nesta demanda da justiça. Há situações que a própria polícia recorre ao ofendido para criar as

condições de realização das diligências, e isto acaba criando uma desconfiança para a outra parte, o réu, de acordo com a decisão que for tomada. No entanto, isso não contribui para a confiança estratégica que os cidadãos têm na sua parte em relação ao público.

Não parece que uma pessoa que ajudou a polícia a cumprir uma diligência, a polícia possa objectivamente cumprir com a actividade de direcção convenientemente. Pode ter cumprido, mas parece tenha cumprido pelo facto de uma das partes ter intervido com maior grau ajudando o agente da polícia a realizar a sua diligência.

Ora, a primeira medida a ter em conta é a gestão do treinamento, capacitação dos agentes de polícia. Nós precisamos dos agentes da PIC cada vez mais capacitados, mais conhecedores do seu trabalho. Há situações que se apercebe que o investigador fez um grande esforço, mas o investigador fugiu do tema e começou a investigar outras coisas que imediatamente naquele processo não são chamadas. Mas também, para além da questão do treinamento é obviamente que nós tenhamos uma polícia científica, que tenha meios técnicos para actividade policial. Precisamos ainda da ciência, temos o nosso laboratório da técnica criminalística para interpretação dos vestígios. A outra questão são os meios obviamente para o cumprimento das diligências. Na falta destes meios vai condicionar que a polícia recorre á terceiros para realizar as diligências, o que não é desejável. No âmbito relativo aos meios, queremos mais agentes da polícia de modo a não trabalharem por pressão.

3 - A PIC é um ramo da PRM conforme dispõe a alínea b) do nº 2, art.º 13º da lei nº 16/2013, de 12 de Agosto, a Lei Base da PRM. Na sua opinião, há hipótese, em um futuro próximo, a PIC vir a ser autónoma na óptica financeira, mesmo na directa dependência orgânica dos Comandos da PRM? Se sim, que implicações terá na articulação das investigações criminais?

Dr. Naftal Zucula: A lei da PRM que foi revogada não fazia uma referência ao ramo da PIC, tinha o Departamento de Investigação Criminal. Para tal é um avanço em relação a Lei n.º 16/2013, de 12 de Agosto. Penso que a PIC pode ser autónoma. Mas, para além da discussão da autonomia, se calhar pensar noutra perspectiva, aquilo que se pergunta é se a PIC deve ou não continuar dependendo da PRM. Fora desta discussão, eu penso que na função actual em que a temos integrado no seu geral, é possível termos uma polícia eficiente. O essencial é que as massas têm que ter a consciência de que deve funcionar, e para funcionar precisa de dinheiro, profissionais e também de uma certa autonomia ou poder profissional. Nos termos em que está, precisa que se criem esses meios. Por outro, aponta-se factor motivacional, não só criara salários, mas também é dar oportunidade ao profissional fazer seu trabalho e fazendo convenientemente. Dar bens necessários, criar as funções necessárias porque a polícia motivada faz bem o seu trabalho, e quando se apercebe que não há condições fica desde logo desmotivada. Todavia, havendo autonomia da PIC, os restantes ramos não ficam prejudicados naquilo que são suas actuações, pelo contrário, vamos ter uma polícia extra que faz o seu

trabalho estabelecido na lei. Isto porque quando se levanta um auto não é a polícia geral que vai instruí-lo, caberá a outra entidade, a PIC.

4 - Na sua opinião, acha que o Laboratório Central da Criminalística responde em tempo útil os pedidos de peritagens e exames solicitados para fins do processo penal?

Dr. Naftal Zucula: O Laboratório Central da Criminalística tem respondido e cumprido os prazos nos crimes que envolve a droga, para outros casos, há bastante demora. Para nós, se não tem uma perícia pode não fazer adequadamente um interrogatório porque não tem como consultar os réus, os amigos, testemunhas dos factos mais ou menos sustentados no processo. Claro que nós não temos esses elementos, temos, porém, que imprimir uma velocidade.

5 - Actualmente discute-se a questão da dependência e da autonomia da PIC no âmbito do processo penal. Que sistema seria compatível com a realidade da justiça moçambicana? Que implicação terá para a investigação criminal em si?

Dr. Naftal Zucula: Para mim optaria uma PIC autónoma que não esteja sob subordinação do Comando Geral da PRM. Uma polícia cuja exclusiva actividade seria o processo penal. Defendo que a PIC seja autónoma, mas na dependência funcional do MP. Isto significa que o MP tem que vir logo no processo para verificar no final do dia se aquilo que de facto deve ser procurado naquele processo é o que está à ser investigado. Nesta perspectiva o MP como a única entidade que na investigação criminal forma a opinião política, funcionalmente a dirigir a actividade da PIC no âmbito processual.

6 - Que análise faz sobre a evolução da PIC nos últimos 10 anos, em termos histórico-jurídico? E nos próximos 10 anos, qual é a perspectiva desta Polícia?

Dr. Naftal Zucula: Eu penso que estamos a crescer em termos jurídicos, cada vez mais estamos a ter mais quadros com a melhor formação. Temos a nossa escola superior, Academia de Ciências Policiais (ACIPOL) que nos fornece profissionais. No domínio da formação, acho que estamos a evoluir. No domínio da actividade processual não vejo um grande avanço não, se existem avanços, ainda são menores que não permitem de que hoje pelo menos, em termos de meios tenhamos mais do que no passado. Temos quadros com capacidades mas que as condições ou meios em que são inseridos não permite uma vez que esse mesmo quando exerça as suas actividades cabalmente porque embora tenha a formação não materializa os conhecimentos que adquiriu. Daqui a 10 anos, estamos a precisar que a polícia, em particular a PIC cresça, e vai crescer. Se ela não crescer, o crime vai ganhar, porque não basta dizer que temos *intellige police*, prevenção criminal, se não tivermos uma actividade processual adequada. Nós podemos ter muitos criminosos não condenados porque a actividade base não foi feita devidamente ou foi tão fraca e o crime pode ganhar.

Fim da entrevista

Muito obrigado pela colaboração!

APÊNDICE XI: Entrevista do Dr. Ramadane Imano

Funções: Procurador da República do Distrito de Ribaué

Local e Data: Vila Municipal de Ribaué, 13 de Agosto de 2014

Hora: 14H00

1 - A República de Moçambique é um Estado de Direito Democrático, onde a Polícia tem por função garantir a lei e ordem, a salvaguarda da segurança de pessoas e bens, a tranquilidade pública, o respeito pelo Estado de Direito Democrático e a observância estrita dos direitos fundamentais dos cidadãos (art.º 254º da CRM). Qual é a sua opinião relativa a actuação da Polícia da República de Moçambique (PRM) neste contexto?

Dr. Ramadane Imano: Diria que PRM tem feito a sua actividade. O grau de constrangimento que há é da falta de recursos humanos altamente qualificados. Digo isso porque eu trabalho directamente com a polícia e vejo que está a precisar de uma formação sólida de forma a exercer a sua actividade profissionalmente na medida possível para corresponder o âmbito dos direitos fundamentais.

2 - Na sua opinião, a PIC tem recursos financeiros, humanos e materiais suficiente para dar resposta cabal e pontual aos actos processuais a que lhe cabem por força da lei e no âmbito do Processo penal? Que medidas devem ser tomadas para tornar a PIC uma Polícia moderna, eficiente e profissional?

Dr. Ramadane Imano: Quanto aos recursos, é verdade que estes não existem. Veja só no distrito de Ribaué, não se faz o registo policial ou seja criminal. O processo é enviado da polícia ao MP sem registo policial. Isto é um dos constrangimentos na falta de meios. A nível da província de Nampula, isso de registo criminal esta em Angoche, Nacala e por ai. Em Ribaué não existe. O MP solicita no mesmo dia que toma conhecimento da detenção, o certificado do registo criminal, mas não aparece, porque não existe. Não esqueçamos que o registo criminal é necessário. Nesta vertente, há necessidade de alocar os meios. Esta inexistência de registo criminal colmata-se com o próprio cidadão a quando estiver em contradição com a lei. É necessário perguntar ao cidadão se alguma vez já esteve preso, e essa informação pode não ser clara. Ora, na minha opinião, a verdade é que a PIC não faz nada aqui, porque não tem nada.

3 - A PIC é um ramo da PRM conforme dispõe a alínea b) do nº 2, art.º 13º da lei nº 16/2013, de 12 de Agosto, a Lei Base da PRM. Na sua opinião, há hipótese, em um futuro próximo, a PIC vir a ser autónoma na óptica financeira, mesmo na directa dependência orgânica dos Comandos da PRM? Se sim, que implicações terá na articulação das investigações criminais?

Dr. Ramadane Imano: Isso na verdade não sei. Já estive em discussão na altura quando o Procurador-Geral da República era o Dr. Madeira. Já se sugeriu para tirar-se a PIC na polícia e isso não aconteceu. A lei diz que a PIC tem dupla dependência, ora do MP ora do Comando

Geral Polícia. Com essa dependência nós temos processos desde 2002 parados. Se a PIC tivesse aquela autonomia a investigação seria outra coisa. A PIC é investigadora por natureza não pode se confundir com outras polícias. Necessário é desmembrar, não poderá prejudicar nada, quando a investigação em concreto.

4 - Na sua opinião, acha que o Laboratório Central da Criminalística responde em tempo útil os pedidos de peritagens e exames solicitados para fins do processo penal?

Dr. Ramadane Imano: Quando aos resultados das perícias pouco tenho por dizer, devido às condições próprias do distrito e os problemas que a polícia enfrenta. Quando há um crime de cenário, caso de homicídio, por exemplo, a polícia comunica a mim, como magistrado do MP que há uma situação daquela natureza e providenciamos os meios e as diligências. Imagine um caso que aconteceu em Iapala em que o próprio namorado enterrou a namorada. O facto foi reportado ao administrado e a polícia local e chegou até nós. Solicitamos o médico legista para o efeito, demora, mas chega no local, e este descobriu que a vítima foi alvo de ofensas corporais e de seguida enterrada. Nos casos de arrombamento, cá não há nada, não se tira impressões digitais. Essa coisa de fechaduras, impressões digitais, não há nada disso neste distrito. Só se realiza o exame ao local de crime pela PIC. Aliás, salientamos que não temos Piquete Operativo da PIC, e nem temos qualquer formação para os nossos agentes, se bem que há, é aquela antiga. Mesmo os elementos que temos da Secção de Informação Operativa não têm formação específica e são eles que vão cumprir com mandados de capturas, buscas etc.

5 - Actualmente discute-se a questão da dependência e da autonomia da PIC no âmbito do processo penal. Que sistema seria compatível com a realidade da justiça moçambicana? Que implicação terá para a investigação criminal em si?

Dr. Ramadane Imano: Mesmo que a PIC seja autónoma em relação ao MP e mesmo na situação que está hoje, não altera o normal funcionamento do MP. Ora, não será portanto possível no meu entender uma PIC autónoma ao MP ou MJ, mesmo ao Ministério do Interior. Como é que MP vai funcionar sem auxiliar? O MP não pode pegar numa arma ou perseguir gatunos. Mas há casos que não se cumprem muitas coisas, tudo começa e termina no MP, mesmo alguns juízes não cumprem certos actos legais.

6 - Que análise faz sobre a evolução da PIC nos últimos 10 anos, em termos histórico-jurídico? E nos próximos 10 anos, qual é a perspectiva desta Polícia?

Dr. Ramadane Imano: Eu acho que não. Acredito que não há muitas transformações. Não há formação na investigação criminal. Talvez o MP é o mais preparado de todo o sistema. Para termos uma polícia de nível internacional, isso começa com o nível interno, a formação. Há crimes informáticos, crimes de falsificação de documentos, isso depende da formação adequada. Manter a PIC como esta não dá, não vai dar bons frutos.

Fim da entrevista

Muito obrigado pela colaboração!

ANEXOS

ANEXOS

ANEXO I: Notícia - media Fax do Jornal Savana, Pedro Cossa

Continua de pedra e cal no Ministério do Interior 23-04-2013 jornal Savana

“Que nos mostrem um caso aqui na África Austral onde a PIC está no Ministério Público...não nos tragam modelos europeus só para alcançar objectivos que eu desconheço...” – Pedro Cossa, porta-voz do Comando Geral da Polícia. Contrariamente as expectativas de vários grupos profissionais que exercem actividades no sector da justiça e não só, está cada vez mais claro que a Polícia de Investigação Criminal (PIC) vai continuar por muitos e longos anos sob alçada do Ministério do Interior. Isto é o que, uma vez mais, ficou claro dos pronunciamentos do porta-voz do Comando Geral da Polícia, Pedro Cossa, quando abordado na tarde de ontem pelo mediaFAX, a propósito das exigências feitas pela Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM) no sentido de a PIC “libertar-se” rapidamente do pelouro da polícia.

A Ordem dos Advogados de Moçambique entende que enquanto a PIC continuar sob alçada do MINT, a mesma (PIC) vai continuar a constituir um repositório de promiscuidade e corrupção. O bastonário da OAM chegou mesmo, na abertura do ano judicial 2013, a dizer que a actual situação da PIC representa um verdadeiro estímulo para o crescimento da criminalidade e corrupção no país. Mais, entende a Ordem, é estranho o silêncio e a falta de debate para apresentação dos argumentos que defendem uma PIC departamentalizada no Ministério do Interior.

Em resposta, Pedro Cossa, diz que as pessoas que tem estado a dizer isso, fazem-no por má fé. É que, no entender de Cossa, “as pessoas que se dizem grandes juristas, sabem claramente porque é que a PIC continua no Ministério do Interior”. Aliás, “pergunte a essas pessoas em que país da África Austral, a PIC está sob alçada do Ministério Público. Peça um exemplo só” – exigiu Cossa, para quem a questão da PIC no MINT é no sentido de tornar compatível e prática a investigação criminal em Moçambique e ao nível da região. “Ao nível regional, a SARPCO congrega todas as polícias e as actividades de investigação são feitas em conjunto. É uma questão não de Moçambique, mas da região e as actividades de investigação nunca são feitas de forma isolada” – apontou Cossa.

A discussão da retirada da PIC do MINT vem sendo debatida há muito tempo, pois, é quase consensual a percepção de que o desempenho deste sector policial está muito aquém daquilo que se poderia esperar. Dois principais motivos tem estado a ser colocados na dianteira das causas por detrás da situação, nomeadamente a falta de meios e os altos índices de corrupção na polícia. Aliás, o que se diz nos corredores é que por causa da alta corrupção que existe no resto das autoridades policiais, convém ao MINT manter a PIC sob o seu controlo,

exactamente no sentido de não investigar os podres que tem a ver com práticas corruptas no seio policial. Aliás, por aceitar e reconhecer a existência de muitas fraquezas no seio da PIC, o governo moçambicano decidiu, em 2010, criar um serviço especializado de investigação criminal, o Serviço Nacional de Investigação Criminal (SICRIM). Embora deva ser uma entidade sob tutela do Ministro do Interior, a mesma estará, entretanto, no que diz respeito à matéria de instrução processual sob direcção e fiscalização do Ministério Público.

Entretanto, para Cossa, todos estes argumentos são falaciosos, na medida em que, segundo ele, vários agentes da corporação já foram investigados e punidos quando se chegou a conclusão de que efectivamente tinham tido um comportamento que não corresponde as regras institucionais. “É bom que não nos tragam modelos inaplicáveis para a nossa realidade. Não nos tragam modelos europeus só porque querem alcançar objectivos que eu desconheço. A nossa região vai de Congo até Namíbia nos mostrem um só país com este sistema. Ao nível dos países da língua portuguesa, só temos Cabo Verde e Guiné e noutros países não tem a polícia de investigação criminal no MP” – explicou. Porque várias pessoas reconhecem a precariedade de investigação da Polícia de Investigação Criminal, perguntamos a Pedro Cossa qual era a avaliação que fazia do desempenho da PIC. De forma peremptória respondeu: “é positiva. Para mim é positiva sim, sem dúvida”.

In: <http://www.savana.co.mz/index.php/20-demo-articles/119-pic-continua-de-pedra-e-cal-no-ministerio-do-interior>, media Fax do Jornal Savana, consultado em 23-12-2014, Lisboa

ANEXO II: Notícia - Canal de Moçambique, António Frangoulis

António Frangoulis em entrevista com o Canal de Moçambique sob tema “Estado e a Justiça moçambicana perdem com a substituição da PIC por SICRIM” 18.05.2009

Estado e a Justiça Moçambicana perdem com a substituição da PIC por SICRIM

Caso Lei passe do parlamento sem debate profundo

- considera António Frangoulis, ex-director da PIC em Maputo

Extinção da PIC para em seu lugar ser criado o Serviço de Investigação Criminal (SICRIM), aprovada na sua última sessão ordinária pelo Conselho de Ministros, foi uma decisão infeliz, opina António Frangoulis, deputado da Assembleia da República pelo Partido Frelimo, Antigo director da Polícia de Investigação Criminal (PIC) na cidade de Maputo, especialista em investigação criminal e actual deputado da Assembleia da República pela bancada da Frelimo, é dos poucos que constitui a massa crítica interna no partido no poder. António Frangoulis considera que a extinção da PIC para em seu lugar ser criado o Serviço de Investigação Criminal (SICRIM), aprovada na sua última sessão ordinária pelo Conselho de

Ministros, foi uma decisão infeliz. E se a proposta do governo passar no parlamento sem ter havido um debate profundo, “o Estado e a justiça moçambicana é que saem a perder”, considera.

Mas leia em discurso directo a entrevista que Frangoulis nos concedeu:

Canal de Moçambique (Canal): Julga acertada a decisão da extinção da Polícia de Investigação Criminal para em seu lugar ser criado Serviço de Investigação Criminal, mas continuando sob tutela do Ministério do Interior?

António Frangoulis (Frangoulis): Acabar com a criminalidade passa pela potenciação dos órgãos de prevenção e combate à criminalidade e dotar-lhes de recursos necessários para a prevenção e combate à criminalidade. Não vejo nenhum órgão que poderia ser criado nesta altura para solucionar em absoluto o problema da criminalidade. Em segundo lugar, a mudança do nome é uma atitude infeliz por completo, sobretudo ao se suprimir o prefixo “Polícia”, porque acredito que não há fundamentação possível para afastar a natureza da polícia. O serviço deste órgão foi, é e sempre será de Polícia Judiciária. O órgão que exerce este cargo pode não se chamar polícia judiciária, chamar-se Polícia de Investigação Criminal, Serviço de Investigação Criminal, mas nunca deixará de fazer trabalho de natureza da polícia judiciária.

A PIC vem degenerando o seu papel

Canal: Porque razão então o governo pretenderia mudar a designação da PIC?

Frangoulis: Não cabe a mim explicar, se é problema de querer marcar as eras do ministro X e do ministro Y, não sei! se é pelo objectivo de matar totalmente a PIC, porque é obvio que de algum tempo para cá, a PIC vem degenerando relativamente o seu papel. A PIC já foi mais PIC do que agora.

Canal: Qual seria, então o interesse de destruir a PIC?

Frangoulis: Não me pergunte que não sei. O interesse está no intelecto de quem o faz. Eu só posso levantar hipóteses... A PIC era tida internamente como um ramo de elite, talvez porque vinha da Polícia Judiciária (do período colonial). Só para ver, os diferentes comandantes gerais que foram dirigindo a PRM, nunca vieram do ramo da PIC. E sob pretexto de princípio de igualdade, foram destruindo a PIC ano a ano. A PIC já teve salas de operações próprias, parques privativos próprios, a nível de todo País; Já teve orçamento próprio, uma autonomia financeira e patrimonial, e estatuto orgânico próprio...

Canal: Quem ganha com a destruição da PIC?

Frangoulis: (risos e silêncio)

Canal: Então que impacto teria a destruição da PIC

Frangoulis: Negativo, claro (risos)!

Canal: Dr. tinha expectativa quanto à criação duma polícia de investigação criminal autónoma do Ministério do Interior?

Frangoulis: Sim! A PIC está agora dentro da PRM. Autonomia significa sair desta dependência hierárquica da PRM, passar ser a uma direcção geral, e não direcção nacional.

Canal: Que vantagens isso traria nas funções da PIC?

Frangoulis: Muitas vantagens: por exemplo, os directores provinciais da PIC não se subordinariam aos comandantes provinciais da PRM. Isso ajudaria no trabalho da PIC que é da instrução e investigação de crimes. Quanto menor interferência houver neste trabalho, melhor seria o desempenho da PIC. A PIC passaria depender só do Ministério Público.

Canal: Doutor defende, neste contexto, a ideia de que a PIC devia estar sob tutela do Ministério Público?

Frangoulis: É! O primeiro interessado do trabalho da PIC é o Ministério Público. Não me oponho aos argumentos de que a PIC deve estar sob tutela do Ministério do Interior, mas, fora do Ministério do Interior, a PIC encontraria melhor organização e estruturação, porque continuando na tutela do Ministério do Interior, vai se dar a continuidade de uma série de coisas. Uma das coisas é a movimentação de quadros, tantos quadros da PIC transferidos para a PRM, assim como se pegar em quadros da PRM e mandar para a direcção da PIC, indivíduos que não entendem nada da carreira, para dirigir a PIC. A PIC precisa de uma lei orgânica sua.

Canal: Há espaço para que a lei que cria o SICRIM seja debatida e aprovada no parlamento, ainda na presente legislatura?

Frangoulis: Haverá prolongamento da sessão. Pode-se debater, mas a ver vamos! Não sei se haverá espaço para grande debate como se precisa, mas se não se discutir com profundidade, e a lei passar, como se pretende, quem fica a perder é o Estado, é a sociedade moçambicana, é a Justiça moçambicana, não sou eu. Eu sou apenas um cidadão. Represento, pois claro, os cidadãos que me elegeram como deputado, mas sou como uma gota no oceano. Não posso parar o vento com as mãos. Basta recordar que o governo já gastou muito dinheiro para formar uma Polícia Judiciária. Formou oficiais em Michafutene, vieram inspectores da Polícia Judiciária portuguesa, alguns quadros foram formados em Portugal; O anterior director da PIC no mandato do ministro Almerino Manhenje viajou muito, fez viagens de troca de experiências em Portugal com vista a se criar uma polícia judiciária, mas hoje está tudo esquecido... claro que mudou o presidente da República, mas o governo é o mesmo! (Borges Nhamirre).

In: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2009/05/estado-e-a-justi%C3%A7a-mo%C3%A7ambicana-perdem-.html acessível em 05-01-2015, Lisboa.

ANEXO III: Lei n.º 16/2013, de 13 de Agosto –Lei da PRM

Segunda-feira, 12 de Agosto de 2013

I SÉRIE — Número 64



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

7.º SUPLEMENTO

IMPRENSA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

SUMÁRIO

Assembleia da República:

Lei n.º 13/2013:

Aprova a Orgânica da Assembleia da República e revoga a Lei n.º 31/2009, de 29 de Setembro.

Lei n.º 14/2013:

Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo e que revoga a Lei n.º 7/2002, de 5 de Fevereiro.

Lei n.º 15/2013:

Lei que estabelece o Estatuto dos Juízes Eleitos para o Tribunal Supremo, Tribunais Superiores de Recurso e Tribunais Judiciais.

Lei n.º 16/2013:

Lei da Polícia da República de Moçambique e revoga a Lei n.º 5/88, de 27 de Agosto, e Lei n.º 19/92, de 31 de Dezembro.

Lei n.º 17/2013:

Aprova o Regimento da Assembleia da República e revoga a Lei n.º 17/2007, de 18 de Julho.

Lei n.º 18/2013:

Altera o artigo 2 da Lei n.º 13/2002, de 3 de Maio, que aprova a Letra e a Música do Hino Nacional, "Pátria Amada" e revoga a Lei n.º 13/2002, de 3 de Maio.

Lei n.º 13/2013

de 12 de Agosto

Havendo necessidade de rever a Lei n.º 31/2009, de 29 de Setembro, Lei Orgânica da Assembleia da República, com vista a adequá-la à evolução e desenvolvimento da actividade parlamentar, nos termos da alínea c) do n.º 4 do artigo 179 da Constituição, a Assembleia da República determina:

Artigo 1. É aprovada a Orgânica da Assembleia da República, em anexo, que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2. A presente Lei tem por objecto definir e regular a orgânica geral da administração, da gestão financeira, de recursos humanos e a prestação de serviços de apoio da Assembleia da República.

Art. 3. A presente Lei aplica-se, com as devidas adaptações, às delegações do Secretariado Geral da Assembleia da República.

Art. 4. 1. Os serviços da Assembleia da República regem-se pelo disposto na presente Lei, nas Normas de Execução e nos demais regulamentos internos.

2. Constitui direito subsidiário a legislação aplicável à Função Pública.

Art. 5. Compete à Comissão Permanente da Assembleia da República regulamentar a presente Lei.

Art. 6. É revogada a Lei n.º 31/2009, de 29 de Setembro.

Art. 7. A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 28 de Março de 2013.

A Presidente da Assembleia da República, *Verónica Nataniel Macamo Dlhovo*.

Promulgada em 28 de Junho de 2013.

Publique-se.

O Presidente da República, ARMANDO EMÍLIO GUEBUZA.

Orgânica da Assembleia da República

CAPÍTULO I

ARTIGO 1

(Princípios de administração)

O funcionário parlamentar, além dos deveres gerais contidos na Constituição e sem prejuízo do que dispuser a legislação

CAPÍTULO IV**Direitos e deveres****ARTIGO 23****(Direitos)**

Os juízes eleitos têm os seguintes direitos:

- a) desempenhar a função;
- b) receber honorários e participação emolumentar de cada processo em que intervém, nos termos a serem determinados pelo Conselho de Ministros;
- c) ser dispensado do serviço para o desempenho das suas funções;
- d) beneficiar de formação adequada ao exercício das funções.

ARTIGO 24**(Garantias dos Juizes Eleitos)**

1. Os juízes eleitos não podem ser prejudicados nos seus direitos por virtude daquelas funções, que são consideradas de elevado interesse público.

2. Os juízes eleitos têm direito de receber informações para o correcto exercício das suas funções.

ARTIGO 25**(Deveres)**

Os juízes eleitos têm o dever de observar, com as necessárias adaptações, o estabelecido no Estatuto dos Magistrados Judiciais.

CAPÍTULO V**Disposições finais e transitórias****ARTIGO 26****(Actuais Juizes Eleitos)**

Os actuais juízes eleitos permanecem em funções até à tomada de posse dos novos.

ARTIGO 27**(Primeiras eleições e subsequentes)**

As primeiras eleições devem decorrer até 15 de Dezembro de 2013 e as subsequentes dois meses antes do fim do mandato.

ARTIGO 28**(Entrada em vigor)**

A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 22 de Maio de 2013.

A Presidente da Assembleia da República, *Verónica Nataniel Macamo Dlhovo*.

Publique-se.

Promulgada em 28 de Junho de 2013.

O Presidente da República, *ARMANDO EMÍLIO GUEBUZA*.

Lei n.º 16/2013

de 12 de Agosto

Havendo necessidade de se proceder a revisão da Lei n.º 19/92, de 31 de Dezembro, que cria a Polícia da República de Moçambique e da Lei n.º 5/88, de 27 de Agosto, que cria o Sistema de Patentes e Postos da Polícia da República de Moçambique, de forma a adequá-las ao quadro jurídico-constitucional vigente

e à actual dinâmica do desenvolvimento organizacional e funcional da Polícia da República de Moçambique, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 255 conjugado com n.º 1 do artigo 179, ambos da Constituição, a Assembleia da República determina:

CAPÍTULO I**Disposições Gerais****ARTIGO 1****(Natureza)**

1. A Polícia da República de Moçambique, abreviadamente designada por PRM, é um serviço público, apartadário, de natureza paramilitar, integrado no Ministério que superintende a área da ordem e segurança pública.

2. A existência da PRM não exclui a criação de outros organismos especializados integrados noutras instituições públicas.

ARTIGO 2**(Princípios fundamentais)**

1. A PRM no seu funcionamento e actuação, observa os princípios do respeito pela Constituição, leis e demais normas vigentes na República de Moçambique.

2. A PRM rege-se pelo princípio do respeito pelas instituições democraticamente estabelecidas e deve especial obediência ao Presidente da República, na sua qualidade de Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança.

3. No exercício das suas funções, a PRM pauta pelo rigor no respeito pela legalidade, imparcialidade, isenção, objectividade, igualdade de tratamento, respeito pelos direitos humanos, apartidarismo e envolvimento de todos os sectores do Estado na prevenção e combate ao crime.

4. No uso dos meios ofensivos para a garantia da ordem, segurança e tranquilidade públicas, a PRM observa os limites da necessidade, razoabilidade, proporcionalidade e adequabilidade.

ARTIGO 3**(Funções)**

A PRM, em colaboração com outras instituições do Estado e da sociedade em geral, tem como função garantir a observância da lei e ordem, a salvaguarda da segurança de pessoas e bens, a tranquilidade pública, a inviolabilidade da fronteira estatal, o respeito pelo Estado de Direito Democrático e dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.

ARTIGO 4**(Competências)**

1. No quadro da Política de Defesa e Segurança, a PRM tem como competências gerais:

- a) assegurar o respeito pela legalidade, garantindo a ordem, segurança e tranquilidade públicas;
- b) proteger pessoas e bens;
- c) adoptar as providências adequadas à prevenção e repressão da criminalidade e dos demais actos contrários à lei e aos regulamentos, sem prejuízo das competências específicas atribuídas por lei a outros organismos;
- d) garantir o funcionamento normal das instituições e o regular exercício dos direitos, garantias e liberdades fundamentais dos cidadãos;
- e) garantir a protecção, a ordem e a segurança das instituições públicas e dos objectos económicos estratégicos e sociais;

- f) garantir a protecção e segurança costeira, lacustre e fluvial;
- g) garantir a segurança e a protecção da fronteira estatal;
- h) garantir a protecção de florestas, fauna e meio ambiente.

2. Constituem competências específicas da PRM:

- a) garantir a ordem, segurança e tranquilidade públicas;
- b) prevenir e reprimir a criminalidade;
- c) desenvolver a actividade de investigação criminal;
- d) promover as medidas de polícia;
- e) garantir a segurança pessoal dos membros dos órgãos centrais do Estado;
- f) garantir a segurança pessoal de altas entidades nacionais ou estrangeiras e de outros cidadãos quando sujeitos a situação de ameaça relevante;
- g) organizar, fiscalizar e controlar o trânsito de veículos e de pessoas nas vias públicas;
- h) organizar o cadastro e proceder à fiscalização de armas, munições, substâncias explosivas, radioactivas e demais materiais a elas conexos, com excepção das que estiverem afectas às Forças Armadas de Defesa de Moçambique;
- i) organizar a participação das comunidades na manutenção da ordem e tranquilidade públicas no respectivo território;
- j) exercer as demais competência fixadas na lei, regulamentos ou directivas hierárquicas.

ARTIGO 5

(Dever de colaboração)

Os cidadãos, as entidades públicas e privadas devem prestar à PRM a colaboração que justificadamente lhes for solicitada.

ARTIGO 6

(Estado de guerra, estado de sítio ou de emergência)

A PRM pode ser colocada pelo Presidente da República na dependência das Forças Armadas de Defesa de Moçambique; em caso de estado de guerra, estado de sítio ou de emergência.

CAPÍTULO II

Medidas de Polícia e Autoridade de Polícia

ARTIGO 7

(Medidas de polícia)

1. No desenvolvimento da sua actividade, as autoridades da PRM podem, nos termos da lei e de harmonia com as respectivas competências, determinar a aplicação de medidas de polícia relativas à manutenção da ordem, segurança e tranquilidade públicas.

2. A PRM pode aplicar as seguintes medidas de polícia:

- a) vigilância organizada de pessoas e bens, edifícios e estabelecimentos por período determinado, podendo, para o efeito, utilizar meios técnicos e equipamento adequado;
- b) a exigência de prova de identificação e revista a qualquer pessoa ou viatura suspeita que se encontre ou circule em lugar público, aberto ao público ou sujeito à vigilância policial;
- c) apreensão temporária ou definitiva de armas, munições, substâncias explosivas, radioactivas e materiais a elas conexos;
- d) suspensão ou encerramento de paióis, depósitos ou fábricas de armamentos ou explosivos e respectivos componentes, excepto as de organismos das Forças de Defesa e Segurança;

e) suspensão ou cancelamento do uso de licenças de estabelecimentos destinados à venda de armas, munições e explosivos;

f) suspensão ou cancelamento do uso de licenças das empresas de segurança privada e dos respectivos estabelecimentos de formação;

g) outras medidas que se mostrem convenientes à manutenção da ordem, segurança e tranquilidade públicas.

3. As medidas previstas nas alíneas c), d), e) e f) do número anterior são, sob pena de nulidade, imediatamente comunicadas ao tribunal competente e apreciadas pelo juiz em ordem à sua validação.

4. As pessoas e entidades que exerçam funções de vigilância, protecção e segurança a pessoas e bens e instituições públicas têm o especial dever de colaborar com a PRM.

ARTIGO 8

(Autoridades de polícia)

1. Podem determinar a aplicação das medidas referidas no artigo anterior, os oficiais da PRM com funções de comando, direcção e chefia, de acordo com as suas competências.

2. São autoridades de polícia, no âmbito de investigação criminal, além do Ministério Público, o pessoal com funções de direcção e chefia da Polícia de Investigação Criminal.

3. A aplicação da medida prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 7 da presente Lei pode ser determinada por qualquer agente da PRM, com funções policiais, de harmonia com as ordens dos seus superiores hierárquicos.

CAPÍTULO III

Direcção e organização

ARTIGO 9

(Direcção e nomeação)

1. A PRM é dirigida por um Comandante-Geral, coadjuvado por um Vice-Comandante-Geral, que o substitui nas suas ausências e impedimentos.

2. O Presidente da República nomeia, exonera e demite o Comandante-Geral e o Vice-Comandante-Geral da PRM.

ARTIGO 10

(Competências do Comandante-Geral da PRM)

1. Compete ao Comandante-Geral:

- a) dirigir a PRM;
- b) convocar e presidir os órgãos da PRM;
- c) nomear, promover e determinar a passagem à reserva e reforma dos membros da PRM até a classe de Inspectores da Polícia;
- d) exonera, demitir, transferir ou reintegrar os membros da PRM até a classe de Inspectores da Polícia;
- e) nomear, exonera, demitir e transferir os membros da PRM para os cargos de comando, direcção e chefia a nível distrital ou inferior;
- f) nomear membros da PRM para funções de nível de Chefe de Departamento Central ou inferior;
- g) assegurar a educação cívica e patriótica dos membros da PRM;
- h) inspecionar ou mandar inspecionar os órgãos e serviços da PRM em todos os aspectos da sua actividade;
- i) dirigir a participação da PRM na realização de compromissos decorrentes de acordos internacionais e das relações de cooperação policial com outros países.

- j) orientar e supervisionar a actividade dos estabelecimentos de ensino da PRM;
- k) orientar e supervisionar a actividade de inteligência e contra-inteligência policial;
- l) exercer o poder disciplinar nos termos do regulamento disciplinar e demais legislação aplicável;
- m) exercer outras competências que forem superiormente atribuídas.

2. Para os aspectos e níveis superiores aos mencionados nas alíneas e), f), do n.º 1, a competência é do Ministro que superintende a área da ordem e segurança pública.

ARTIGO 11

(Delegação de competências)

O Comandante-Geral pode delegar parte das suas competências ao Vice-Comandante-Geral, excepto as referidas nas alíneas b), c), d), e) e f) do n.º 1 do artigo 10 da presente Lei.

SECÇÃO I

Organização

ARTIGO 12

(Níveis de organização)

1. A PRM organiza-se nos níveis central, provincial, distrital, de posto administrativo, de localidade e povoação.
2. Funcionalmente, a nível central organiza-se em Comando-Geral e ao nível local em comandos provinciais e distritais.
3. Nos postos administrativos, localidades e povoações a PRM organiza-se em postos policiais.
4. Nas cidades e vilas a PRM organiza-se em esquadras, postos policiais e sectores policiais.
5. A PRM está organizada hierarquicamente em todos os níveis da sua estrutura, com respeito pela diferenciação entre funções policiais e funções não policiais, obedecendo, quanto às primeiras, à hierarquia de comando, quanto às segundas, às regras de hierarquia da administração pública.
6. A organização da PRM obedece ao princípio de desconcentração, visando o descongestionamento do escalão central e uma maior aproximação dos serviços de segurança às populações.
7. A desconcentração referida no número anterior ocorre com respeito à unidade de acção e aos poderes de comando, direcção e supervisão dos níveis hierarquicamente superiores.
8. Na PRM funcionam estabelecimentos de ensino básico, médio, superior e especializado.

ARTIGO 13

(Organização da PRM)

1. A PRM organiza-se em ramos e unidades de operações especiais e de reserva.
2. São Ramos da PRM:
 - a) Polícia de Ordem e Segurança Pública;
 - b) Polícia de Investigação Criminal;
 - c) Polícia de Fronteiras;
 - d) Polícia Costeira, Lacustre e Fluvial.
3. São Unidades de Operações Especiais e de Reserva:
 - a) Unidade de Intervenção Rápida;
 - b) Unidade de Protecção de Altas Individualidades;
 - c) Unidade de Operações de Combate ao Terrorismo e Resgate de Reféns;
 - d) Unidade Canina;
 - e) Unidade de Cavalaria;
 - f) Unidade de Desactivação de Engenheiros Explosivos.

SUBSECÇÃO I

Ramo da Polícia de Ordem e Segurança Pública

ARTIGO 14

(Funções)

1. A Polícia de Ordem e Segurança Pública é responsável pela actividade de direcção e de preparação de técnicas e metodologias visando:

- a) a prevenção da prática de crimes, contravenções e outros actos contrários à lei e o desenvolvimento de acções de garantia da ordem, segurança e tranquilidade públicas;
- b) a protecção de pessoas, bens e instituições públicas;
- c) a protecção de objectos económicos estratégicos;
- d) a protecção de representações Diplomáticas, Consulares e outros locais similares ao abrigo do disposto em convenções internacionais;
- e) a organização da participação das comunidades na manutenção da ordem, segurança e tranquilidade públicas no respectivo território;
- f) a organização do cadastro e controlo do cumprimento das disposições legais referentes ao uso, porte, transporte e armazenamento de armas de fogo, munições, explosivos, substâncias químicas, tóxicas, radioactivas ou outras que representem o perigo para o público;
- g) a garantia da observância e do cumprimento das disposições legais que regem a realização de reuniões, manifestações e espectáculos públicos;
- h) a garantia da segurança e protecção dos terminais rodoviários, portuários, ferroviários, aeroportuários, gares de mercadorias e vias de comunicação;
- i) a garantia da protecção de florestas, fauna e meio ambiente;
- j) a garantia da fiscalização e controlo do funcionamento das empresas de segurança privada e dos respectivos estabelecimentos de formação;
- k) o apoio às autoridades judiciais, do Ministério Público e de Investigação Criminal na realização de diligências processuais;
- l) a garantia de protecção de comboios de passageiros e de mercadorias, embarcações e aeronaves;
- m) a garantia da segurança e policiamento das vias de comunicação e de equipamentos de telecomunicações, tais como pontes, vias-férreas, cabos de fibra óptica e antenas;
- n) a garantia do cumprimento das leis e regulamentos relativos ao trânsito de veículos e pessoas, bem como a regulação de trânsito e prevenção dos acidentes do trânsito rodoviário;
- o) o desenvolvimento de campanhas para a segurança rodoviária recorrendo, nomeadamente à mobilização popular e educação dos cidadãos na observância das regras de trânsito, coordenando, para tal, com outras instituições;
- p) a garantia da segurança dos estabelecimentos de prisão preventiva e zelar pelo cumprimento das normas relativas à matéria prisional;
- q) a inspecção e controlo do ponto de vista operacional dos órgãos sob sua dependência;
- r) exercer as demais competências fixadas na lei e regulamentos ou em directivas do Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança, do Ministro que superintende a área da ordem e segurança pública e do Comandante-Geral da PRM.

SUBSECÇÃO II

Ramo da Polícia de Investigação Criminal

ARTIGO 15

(Investigação criminal)

A Polícia de Investigação Criminal, abreviadamente designada PIC, tem como função garantir as diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de crime, determinar os seus agentes e sua responsabilidade, descobrir e recolher provas, no âmbito do processo.

ARTIGO 16

(Funções das direcções e delegações)

1. Constituem funções das direcções e das delegações a prevenção, investigação e combate a criminalidade nas respectivas áreas territoriais.

2. As competências e composição das direcções e das delegações da Polícia de Investigação Criminal são estabelecidas em regulamento próprio.

ARTIGO 17

(Direcção da instrução preparatória)

Na instrução preparatória dos processos-crime, a Polícia de Investigação Criminal actua sob direcção do Ministério Público, sem prejuízo da respectiva organização hierárquica.

ARTIGO 18

(Funções gerais)

Constituem Funções gerais da Polícia de Investigação Criminal:

- a) investigar actos de natureza criminal e realizar actividades atinentes à instrução preparatória dos processos-crime, nos termos da lei;
- b) realizar as diligências requisitadas pelas autoridades judiciais, do Ministério Público e outras instituições, nos termos da lei;
- c) realizar acções de vigilância e fiscalização de locais suspeitos ou propenso à preparação e execução de crimes ou à utilização dos seus resultados;
- d) promover e realizar acções destinadas a incentivar a prevenção geral, motivando os cidadãos a adoptarem medidas de precaução e evitarem os actos e situações que facilitem a ocorrência de condutas criminosas;
- e) promover medidas especiais de controlo sobre o comportamento de delinquentes habituais e por tendência;
- f) coligir, centralizar, analisar e difundir, a todos os níveis, a informação relativa à criminalidade, com vista a apoiar as acções da polícia e dos demais órgãos de administração da justiça.

ARTIGO 19

(Funções específicas)

1. Constituem funções específicas da Polícia de Investigação Criminal:

- a) proceder a interceptação e gravação devidamente autorizada, pela entidade judicial competente, da conversação e imagem ou qualquer outro tipo de comunicação, no âmbito da investigação criminal;
- b) assegurar a ligação dos órgãos de investigação criminal e organismos públicos nacionais com as organizações internacionais de cooperação de polícia criminal, designadamente a INTERPOL e outras congéneres.

2. Constitui ainda função da Polícia de Investigação Criminal, em coordenação com outras instituições especializadas, a investigação e instrução de processos relativos aos seguintes tipos de crimes:

- a) falsificação de documentos;
- b) sequestro e rapto ou tomada de reféns;
- c) tráfico de pessoas e de órgãos humanos;
- d) associações para delinquir;
- e) cultivo, produção, fabrico, emprego, comércio, extracção, preparação, oferta, venda, distribuição, cedência, recepção, transporte, importação, exportação e trânsito ilícito de plantas, substâncias ou preparados constantes do regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo ilícito de estupefacientes, substâncias psicotrópicas, precursores ou outras substâncias de efeitos similares;
- f) corrupção, crimes económicos e financeiros;
- g) branqueamento de capitais, bens, produtos ou direitos provenientes de actividades criminosas;
- h) contrafacção de moeda, títulos de crédito, valores selados, selos e outros valores equiparados ou a respectiva passagem.

ARTIGO 20

(Funções no domínio da prevenção criminal)

1. No domínio da prevenção da criminalidade, são funções da Polícia de Investigação Criminal:

- a) vigiar e fiscalizar os estabelecimentos em que se proceda a exposição, guarda, fabrico, transformação, restauração e comercialização de antiguidades, livros e imobiliário usado, ferro-velho, sucata, veículos e acessórios, artigos penhorados de joalheria, ourivesaria, eléctricos, electrónicos e quaisquer outros que possam ocultar actividades de receptação ou comercialização ilícita de bens;
- b) vigiar e fiscalizar hotéis, casas de pernoita, restaurantes, cafés, bares e outros locais sempre que exista fundada suspeita da prática de tráfico de pessoas, jogo clandestino, tráfico de armas, munições e explosivos, tráfico de estupefacientes e fabrico ou passagem de moeda falsa;
- c) vigiar e fiscalizar locais de embarque e de desembarque de pessoas ou de mercadorias, fronteiras, meios de transporte, locais públicos onde se efectuem operações comerciais, de bolsa ou bancárias, estabelecimentos de venda de valores selados, casas ou recintos de reunião, de espectáculos ou de diversões, casinos e salas de jogo, parques de campismo e quaisquer locais que possam favorecer a delinquência;
- d) vigiar e fiscalizar estabelecimento de venda ao público de aparelhos electrónicos e informáticos, sempre que pela sua natureza, através de utilização ilícita permitam a prática de crimes de contrafacção de moeda, falsificação de documentos ou crimes cibernéticos;
- e) realizar acções destinadas a limitar o número de vítimas de crimes, motivando os cidadãos a adoptarem precauções ou evitarem actos e situações que facilitem ou precipitem a ocorrência de condutas criminosas;
- f) controlar e fazer o acompanhamento de delinquentes perigosos ou reincidentes e dos que fiquem em regime de liberdade condicional ou sujeitos a medida de segurança, em articulação com os órgãos competentes;
- g) exercer controlo dos reincidentes em crimes dolosos quando o seu modo de vida faça presumir a perpetração de novos crimes.

2. A Polícia de Investigação Criminal tem acesso à informação necessária para a caracterização, identificação e localização das actividades referidas no número anterior podendo proceder a identificação de pessoas e realizar vigilâncias, se necessário com recursos a todos meios e técnicas de registo de som e de imagem, bem como a revistas e buscas nos termos do disposto no Código de Processo Penal.

ARTIGO 21

(Competências dos Inspectores e Subinspectores da Polícia de Investigação Criminal)

Compete aos Inspectores e Subinspectores da Polícia de Investigação Criminal:

- a) coordenar e orientar as buscas domiciliares e apreensão de bens;
- b) ordenar e orientar a vigilância de pessoas e locais suspeitos;
- c) ordenar e orientar a detenção de pessoas e apreensão de bens suspeitos;
- d) coordenar e orientar as rusgas e rondas nos lugares frequentados por indivíduos sujeitos a vigilância policial;
- e) orientar a perseguição e captura de criminosos.

ARTIGO 22

(Segredo de justiça e profissional)

1. Os actos processuais de investigação criminal e de coadjuvação das autoridades judiciais e do Ministério Público estão sujeitos ao segredo de justiça nos termos de lei.

2. As acções de prevenção, os processos disciplinares, de inquérito, sindicância e de inspecção estão sujeitas ao segredo profissional, nos termos da lei geral.

SUBSECÇÃO III

Ramo da Polícia de Fronteiras

ARTIGO 23

(Funções)

1. Constituem funções da Polícia de Fronteiras as seguintes:
 - a) a protecção e guarda da fronteira estatal, em coordenação com as demais Forças de Defesa e Segurança;
 - b) o combate à imigração ilegal, o contrabando, o tráfico de pessoas e de órgãos humanos, o tráfico de drogas e de mercadoria diversa ao longo da fronteira estatal;
 - c) a realização de outras actividades que sejam determinadas por lei.
2. No exercício das suas actividades, a Polícia de Fronteiras coordena com as demais Forças de Defesa e Segurança.

SUBSECÇÃO IV

Ramo da Polícia Costeira, Lacustre e Fluvial

ARTIGO 24

(Funções)

1. A Polícia Costeira, Lacustre e Fluvial tem como função desempenhar as actividades policiais no espaço marítimo, lacustre e fluvial.

2. Para o cumprimento do estipulado no número anterior a Polícia Costeira, Lacustre e Fluvial desempenha as seguintes actividades:

- a) a garantia da ordem, segurança e tranquilidade públicas no espaço marítimo, lacustre e fluvial;
- b) o exercício de autoridade, em matéria de fiscalização, policiamento e segurança de navegação costeira, de pessoas e bens na respectiva área de jurisdição;
- c) a preparação, em coordenação com a Marinha de Guerra das Forças Armadas de Defesas de Moçambique

- dos meios necessários para garantir a defesa, controlo e a vigilância da zona costeira e das águas interiores;
- d) a coordenação e execução das acções de fiscalização e vigilância que se enquadrem no seu âmbito e área de jurisdição;
- e) a garantia em coordenação com as competentes autoridades do assinalamento costeiro;
- f) a realização em coordenação com os demais organismos públicos, de acções de busca e salvamento de pessoas e bens em caso de acidentes e calamidades;
- g) a participação no transporte de bens em apoio às populações, em caso de catástrofes, acidentes e calamidades;
- h) a realização e apoio das actividades de fiscalização costeira e pesqueira;
- i) a garantia do apoio técnico às actividades de investigação e instrução de processos em todas as infracções ocorridas nas zonas da sua jurisdição;
- j) o exercício das demais competências fixadas na lei e regulamentos ou em directivas do Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança, do Ministro que superintende a área da ordem e segurança pública e do Comandante-Geral da PRM.

SECÇÃO III

(Unidades de Operações Especiais e de Reserva)

ARTIGO 25

(Conceito)

As Unidades de Operações Especiais e de Reserva são vocacionadas para operações de manutenção e restabelecimento da ordem pública, resolução e gestão de incidentes tático-policiais que ultrapassam o âmbito de policiamento clássico, intervenção tática em situações de violência concertada e de elevada perigosidade, complexidade e risco, segurança pessoal dos membros dos órgãos de soberania e de altas individualidades, entre outras missões especiais.

ARTIGO 26

(Missões especiais)

Para efeitos do artigo anterior da presente Lei, consideram-se missões especiais as seguintes:

- a) o combate a situações de violência declarada, cuja resolução ultrapasse os meios normais de actuação;
- b) a garantia da segurança de grandes eventos;
- c) o controlo de massas;
- d) o combate ao terrorismo;
- e) a realização de acções de resgate de reféns;
- f) a detecção e desactivação de explosivos;
- g) o patrulhamento em zonas de difícil acesso;
- h) a garantia da segurança pessoal de altas entidades nacionais e estrangeiras e de outros cidadãos quando sujeitos à situação de ameaça relevante;
- i) a avaliação de equipamento policial especializado;
- j) a prestação de assistência a outras unidades policiais ou das Forças de Defesa e Segurança;
- k) a prestação de assistência para a recuperação de cadáveres em locais de difícil acesso;
- l) a realização de outras actividades que sejam determinadas por lei.

ARTIGO 27

(Unidade de Intervenção Rápida)

A Unidade de Intervenção Rápida é preparada e destinada, fundamentalmente, para intervir nas seguintes situações:

- a) acções de manutenção e reposição de ordem pública;
- b) controlo de massas;

- d) combate a situações de violência declarada;
- e) colaboração com outras forças policiais na manutenção da ordem, na acção contra a criminalidade violenta e organizada, na protecção e segurança de altas individualidades e objectos estratégicos.

ARTIGO 28

(Unidade de Protecção de Altas Individualidades)

A Unidade de Protecção de Altas Individualidades é preparada e vocacionada para garantir a segurança pessoal dos membros dos órgãos de soberania do Estado e de altas individualidades nacionais e estrangeiras.

ARTIGO 29

(Unidade de Operações de Combate ao Terrorismo e Resgate de Reféns)

A Unidade de Operações de Combate ao Terrorismo e Resgate de Reféns é preparada e destinada, fundamentalmente, para intervir nas seguintes situações:

- a) combater situações de alto risco que ultrapassem os meios do policiamento clássico;
- b) combater o terrorismo;
- c) levar a cabo acções para o resgate de reféns.

ARTIGO 30

(Unidade Canina)

1. A Unidade Canina é vocacionada, fundamentalmente, para participar em acções de garantia da ordem e segurança públicas que exijam a utilização de canídeos, especialmente treinados para o efeito:

2. A Unidade Canina presta auxílio nas seguintes situações:

- a) controlo de massas;
- b) detecção de explosivos;
- c) detecção de drogas;
- d) detecção de pessoas e cadáveres em casos de acidentes e catástrofes;
- e) segurança fronteira, aeroportos, portos, gares e outros terminais de passageiros e mercadorias.

ARTIGO 31

(Unidade de Cavalaria)

1. A Unidade de Cavalaria é vocacionada, fundamentalmente, para participar em acções de garantia da ordem e segurança públicas que exijam a utilização de cavalos, especialmente treinados para o efeito.

2. A Unidade de Cavalaria presta auxílio nas seguintes situações:

- a) patrulhamento;
- b) controlo de massas.

ARTIGO 32

(Unidade de Desactivação de Engenheiros Explosivos)

A Unidade de Desactivação de Engenheiros Explosivos é preparada para a detecção e desactivação de explosivos.

CAPÍTULO IV

(Direitos e deveres dos membros da PRM no exercício das suas funções)

ARTIGO 33

(Uso de meios coercivos)

1. A qualquer resistência ilegítima aos membros da PRM, no exercício das suas funções ou em caso de perturbação da ordem e tranquilidades públicas, é permitido o uso da força e meios estritamente necessários e proporcionais à resistência, se outros meios de persuasão não forem suficientes.

2. É permitido o uso de meios coercivos, especialmente nos seguintes casos:

- a) para repelir uma agressão ilícita, em curso ou eminente, de interesses juridicamente protegidos, em defesa própria ou de terceiros;
- b) para vencer a resistência à execução de um serviço no exercício das suas funções, depois de ter procedido à intimação formal de obediência e esgotados outros meios para o conseguir;
- c) para efectuar detenções, nos precisos termos fixados em legislação processual penal.

3. O uso de meios coercivos conforma-se com os princípios da necessidade, da proporcionalidade e da razoabilidade.

ARTIGO 34

(Uso de arma de fogo)

1. No exercício das suas funções a PRM tem o direito à posse e uso de armas individuais e colectivas e de outros meios auxiliares e adequados ao cumprimento da sua tarefa.

2. A utilização de armas de fogo obedece ao fixado em regulamentos específicos.

ARTIGO 35

(Direitos dos membros da PRM)

1. O membro da PRM goza de todos direitos, liberdades e garantias reconhecidos aos demais cidadãos, sem prejuízo das restrições previstas por lei.

2. O membro da PRM goza ainda de todos os direitos dos funcionários e agentes do Estado, sem prejuízo dos direitos que lhe possam assistir na qualidade de membro das Forças de Defesa e Segurança.

ARTIGO 36

(Deveres dos membros da PRM)

Os membros da PRM devem em todas as acções fortalecer a honra, o prestígio e a dignidade da Polícia, particularmente:

- a) ter comportamento exemplar, cortês, disciplinado e apertado;
- b) agir pela persuasão e autoridade moral, só recorrendo à força em caso de necessidade;
- c) ostentar a sua identificação quando uniformizados;
- d) identificar-se sempre que haja necessidade de fazer uso das suas atribuições profissionais, quando trajado à civil;
- e) respeitar a ética e a deontologia profissional.

CAPÍTULO V

Normas gerais de ingresso e juramento

ARTIGO 37

(Normas gerais de ingresso)

1. O ingresso na PRM efectiva-se com a formação e juramento da bandeira, nos termos da lei.

2. São normas gerais de ingresso na PRM:

- a) ser cidadão moçambicano de nacionalidade originária;
- b) ter idade não inferior a 18 anos e não superior a 30 anos;
- c) ser voluntário;
- d) ter condição física e psíquica compatível com a função policial;
- e) ter compleição física adequada para o exercício da função;
- f) possuir formação académica adequada para exercício da função;
- g) ter aprovado nos procedimentos de selecção para o curso de ingresso;
- h) ter aprovado no curso de ingresso.

3. Os cidadãos que tenham cumprido o Serviço Efectivo Normal nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique gozam de preferência no ingresso na PRM, nos termos da lei.

ARTIGO 38

(Juramento)

Os membros da PRM prestam o seguinte juramento:

“Eu (nome), membro da Polícia da República de Moçambique, juro por minha honra, respeitar, cumprir e defender a Constituição e as leis da República de Moçambique; defender a Pátria e soberania nacional; respeitar e ser fiel ao Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança; combater a criminalidade; garantir a ordem, segurança e tranquilidade públicas; respeitar a disciplina e a ética da Polícia da República de Moçambique”.

CAPÍTULO VI

Símbolos, títulos, honras e dia da PRM

ARTIGO 39

(Símbolos)

1. São símbolos da PRM:

- a) emblema;
- b) estandartes;
- c) flâmulas.

2. A PRM tem o emblema, constante do Anexo I da presente Lei e que dela faz parte integrante, que contém, em fundo circular verde os seguintes elementos que constam da bandeira nacional, orlados em cor preta: uma estrela tendo sobre ela um livro, ao qual se sobrepõe uma arma e uma enxada cruzadas. Na parte superior do conjunto de elementos consta a inscrição “Polícia” e na parte inferior a inscrição “Moçambique” em cor preta. A circundar este conjunto está uma roda dentada, de cor prateada, assente sobre um raioado de cor castanha – alaranjada, de centro amarelo.

3. O estandarte da PRM, constante do Anexo II da presente Lei e que dela faz parte integrante, contém, no centro em fundo verde, o emblema da PRM, circundado por duas folhas de louros douradas, assentes num listel de fundo amarelo, constituído por três semi-círculos virados para baixo com a inscrição “PELA LEI E ORDEM” em cor preta, de fonte Arial.

4. A flâmula da PRM, constante do Anexo III da presente Lei e que dela faz parte integrante, é constituída pelo estandarte com as bordaduras onduladas de cor dourada.

5. Os estandartes e as flâmulas dos Ramos da Polícia de Ordem e Segurança Pública, da Polícia de Investigação Criminal, da Polícia de Fronteiras, da Polícia Costeira, Lacustre e Fluvial e das Unidades de Operações Especiais e de Reserva, nomeadamente, a Unidade de Intervenção Rápida, Unidade de Protecção de Altas Individualidades, Unidade de Operações de Combate ao Terrorismo e Resgate de Reféns, Unidade Canina, Unidade de Cavalaria e Unidade de Desactivação de Engenheiros Explosivos são aprovados pelo Governo e constam do Regulamento da presente Lei.

ARTIGO 40

(Títulos e honras)

1. A PRM e os respectivos órgãos identificam-se por insígnias e outros símbolos específicos da instituição policial.

2. Os membros da Polícia têm direito aos títulos, honras, distinções e precedências adequadas à sua condição nos termos da lei.

ARTIGO 41

(Dia da PRM)

A data comemorativa da PRM é o dia 17 de Maio, dia da criação do corpo de Polícia de Moçambique, pelo Governo de transição, em 1975.

CAPÍTULO VII

Sistema de patentes e postos

ARTIGO 42

(Objectivo)

O Sistema de Patentes e Postos na Polícia da República de Moçambique visa a hierarquização dos membros da PRM nas diferentes classes e postos, contribuir para elevação do nível de disciplina dos membros da PRM, bem como facilitar a sua identificação.

CAPÍTULO VIII

Hierarquia

ARTIGO 43

(Classes e postos)

Existem na Polícia da República de Moçambique as seguintes classes e postos hierárquicos:

1. Classe de oficiais que compreende:

- a) Inspector-Geral da Polícia;
- b) Comissários da Polícia;
- c) Superintendentes da Polícia;
- d) Inspectores da Polícia.

2. O Inspector-Geral da Polícia e os oficiais comissários, assim como os oficiais superintendentes e oficiais inspectores da Polícia da República de Moçambique são oficiais gerais, superiores e subalternos, respectivamente.

3. Posto de Sargentos da Polícia.

4. Posto de Guardas da Polícia.

ARTIGO 44

(Patentes e postos)

1. Na Polícia da República de Moçambique as denominações hierárquicas correspondentes as classes de oficiais designam-se Patentes e às correspondentes a classe de sargentos e guardas designam-se Postos.

2. As patentes e postos que identificam a hierarquia policial, exprimem-se por Galões e Divisas conforme os modelos constantes do Anexo IV da presente Lei e que dela fazem parte integrante.

3. Os elementos de fundo das patentes do Inspector-Geral e dos oficiais comissários da Polícia são dourados, e os elementos de fundo das patentes dos oficiais superiores, subalternos e postos, são prateados.

ARTIGO 45

(Designação de graus de patentes e postos)

1. As patentes compreendem os seguintes graus:

a) Na classe de Comissários da Polícia/Oficiais Gerais:

- Inspector-Geral da Polícia;
- Comissário da Polícia;
- Primeiro- Adjunto do Comissário da Polícia;
- Adjunto do Comissário da Polícia.

b) Na classe de Superintendentes da Polícia/oficiais superiores:

- Superintendente Principal da Polícia;
- Superintendente da Polícia;
- Adjunto de Superintendente da Polícia.

c) Na classe de Inspectores da Polícia/oficiais subalternos:

- Inspector Principal da Polícia;
- Inspector da Polícia;
- Subinspector da Polícia.

2. Os postos compreendem os seguintes graus:

a) Na classe de Sargentos da Polícia:

- Sargento Principal da Polícia;
- Sargento da Polícia;

b) Na classe de Guardas da Polícia:

- Primeiro-Cabo da Polícia;
- Segundo-Cabo da Polícia;
- Guarda da Polícia.

ARTIGO 46

(Critério de atribuição de patente e postos)

A atribuição de patentes e postos e as promoções subsequentes são feitas nos termos do Estatuto da Polícia e tendo em conta, entre outros, os seguintes critérios:

- a) fidelidade à Nação e à Pátria moçambicana;
- b) competência profissional;
- c) dedicação, disciplina e bom comportamento;
- d) habilitação com curso adequado;
- e) nível académico;
- f) antiguidade;
- g) selecção;
- h) escolha;
- i) a título excepcional.

CAPÍTULO IX

Competências para a atribuição de patentes e postos

ARTIGO 47

(Comissários da Polícia)

A atribuição de patentes, bem como a promoção, despromoção, demissão, expulsão e passagem à reserva de Oficiais Comissários da Polícia, são da competência do Presidente da República de Moçambique, na sua qualidade de Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança, sob proposta do Ministro que superintende a área da ordem e segurança públicas.

ARTIGO 48

(Superintendentes da polícia)

A atribuição de patentes, bem como a promoção, despromoção, demissão, expulsão e passagem à reserva de Oficiais Superintendentes da Polícia, são da competência do Ministro que superintende a área da ordem e segurança pública, sob proposta do Comandante-Geral da PRM.

ARTIGO 49

(Inspectores, Sargentos e Guardas da Polícia)

A atribuição de postos bem como a promoção, despromoção, demissão, expulsão e passagem à reserva de Oficiais Inspectores, bem como de sargentos e guardas da Polícia, são da competência do Comandante-Geral da Polícia da República de Moçambique, sob proposta das respectivas hierarquias.

CAPÍTULO X

Disposições diversas

ARTIGO 50

(Protecção de identificação e registo)

1. Por motivos de ordem e segurança públicas e por conveniência da investigação criminal a identidade e categoria dos agentes de investigação criminal podem ser codificadas, emitindo-se documentos legais de identidade alternativa.

2. O disposto no número anterior aplica-se, com as necessárias adaptações, aos meios materiais e equipamentos utilizado na investigação criminal.

ARTIGO 51

(Fiscalização preventiva)

Ficam isentos de fiscalização prévia, sem prejuízo de fiscalização sucessiva os actos relativos a nomeação, promoções, progressões, substituições e transferências dos membros da PRM.

ARTIGO 52

(Regime disciplinar)

A Polícia da República de Moçambique rege-se por normas de disciplina próprias, aprovadas pelo Conselho de Ministros.

ARTIGO 53

(Regulamentação)

Compete ao Conselho de Ministros regulamentar a presente Lei, no prazo de 90 dias após a sua entrada em vigor, definindo, igualmente, os termos de transição do pessoal da antiga nomenclatura sem perda dos direitos adquiridos.

ARTIGO 54

(Revogação)

São revogadas a Lei n.º 5/88, de 27 de Agosto, e a Lei n.º 19/92, de 31 de Dezembro.

ARTIGO 55

(Entrada em vigor)

A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 22 de Maio de 2013.

A Presidente da Assembleia da República, *Verónica Nataniel Macamo Dlhovo*.

Publique-se.

Promulgada, aos 28 de Junho de 2013.

O Presidente da República, *Armando Emílio Guebuza*.

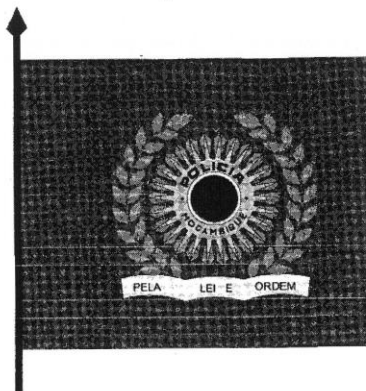
ANEXO I – Emblema da PRM a que se refere o artigo 39, da presente Lei



O emblema da PRM, em anexo a presente Lei e que dela faz parte integrante, que contém, em fundo circular verde, os seguintes elementos que constam da bandeira nacional, orlados em cor preta: uma estrela tendo sobre ela um livro, ao qual se sobrepõem uma arma e uma enxada cruzadas. Na parte superior do conjunto de elementos consta a inscrição «Polícia» e na parte inferior a inscrição «Moçambique», em cor preta.

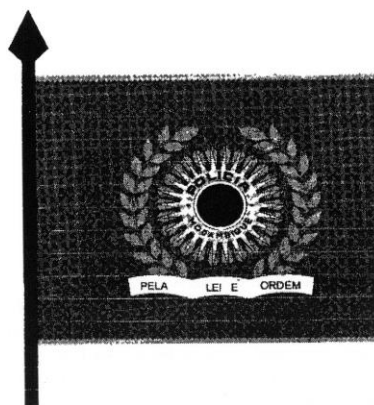
A circundar este conjunto está uma roda dentada, de cor prateada, assente sobre um raioado de cor castanha-alaranjada, de centro amarelo.

ANEXO II – Estandarte a que se refere o artigo 39, da presente Lei



O Estandarte é o Brasão da PRM, em anexo a presente Lei e que dela faz parte integrante, contém no centro, em fundo verde, o emblema da PRM, circundados por duas folhas de louros douradas, assentes num listel de fundo amarelo, constituído por três semi-círculos virados para baixo com a inscrição «PELA LEI E ORDEM» em cor preta, de fonte Arial.

ANEXO III - Flâmula a que se refere o artigo 39, da presente Lei

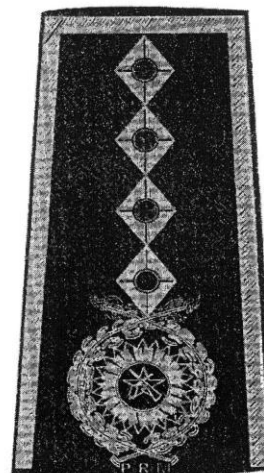


A Flâmula da PRM é o Galhardete da PRM, em anexo a presente Lei e que dela faz parte integrante, constituído pelo Estandarte, com as bordaduras onduladas de cor dourada.

ANEXO IV– A que se refere o artigo 44 da presente Lei

1. Classe de Comissários da Polícia (Oficiais Gerais)

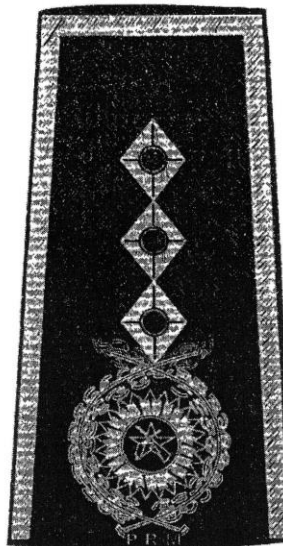
a) Inspector-Geral da Polícia



Inspector-Geral da Polícia

Uniforme de gala e em fundo do mesmo tecido do casaco dos uniformes de cerimónia, de serviço e de campanha, antecedido das iniciais PRM.

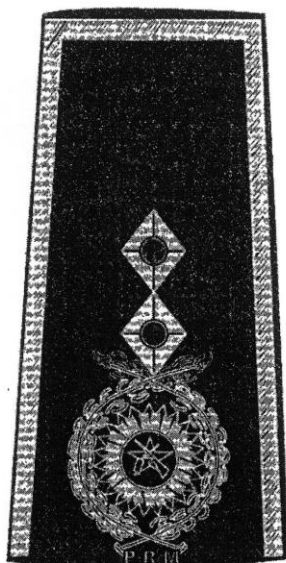
b) Comissário da Polícia



Comissário da Polícia

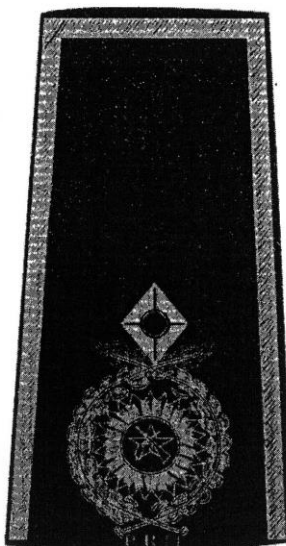
O distintivo tem como elementos centrais, em cor dourada, o emblema da PRM, circundado por dois ramos de louro e três losangos com centro circular em preto assentes nos mesmos fundos do distintivo anterior.

c) Primeiro Adjunto do Comissário da Polícia

**Primeiro Adjunto do Comissário da Polícia**

O distintivo tem como elementos centrais, em cor doirada, o emblema da PRM e dois losangos com centro circular em preto assentes nos mesmos fundos do distintivo anterior.

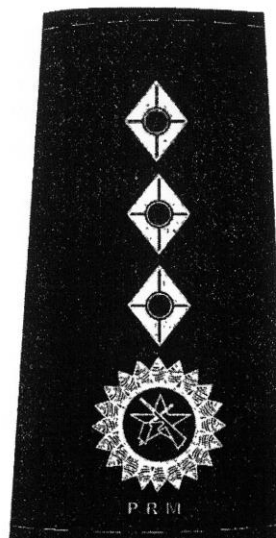
d) Adjunto do Comissário da Polícia

**Adjunto do Comissário da Polícia**

O distintivo tem como elementos centrais, em cor doirada, o emblema da PRM e um losango com centro circular em preto assentes nos mesmos fundos do distintivo anterior.

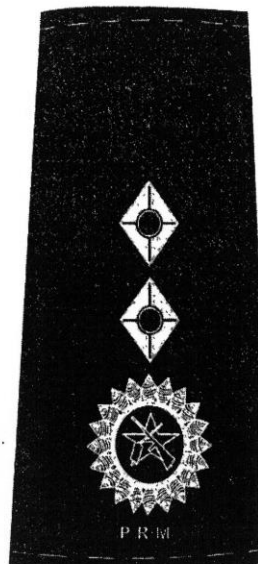
2. Classe de Superintendentes da Polícia (Oficiais Superiores)

a) Superintendente Principal da Polícia

**Superintendente Principal da Polícia**

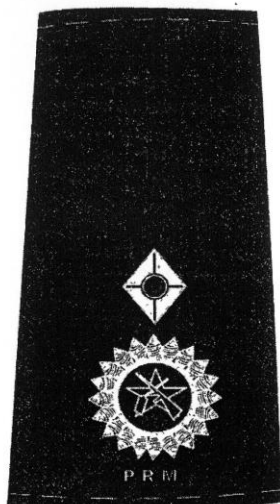
O distintivo tem como elementos centrais, em cor prateada, o emblema da PRM e três losangos com centro circular em preto, assentes nos mesmos fundos do distintivo anterior, antecedido de iniciais PRM.

b) Superintendente da Polícia

**Superintendente da Polícia**

O distintivo tem como elemento principal, em cor prateada, o emblema da PRM e dois losangos com centro circular em preto, assentes nos mesmos fundos do distintivo anterior.

c) Adjunto de Superintendente da Polícia

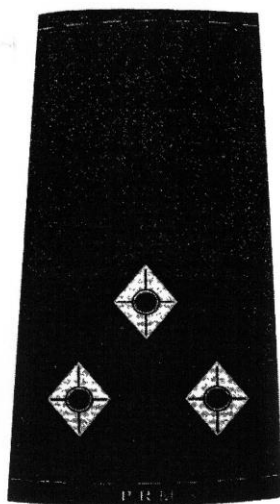


Adjunto de Superintendente da Polícia

O distintivo, tem como elementos principais, em cor prateada, o emblema da PRM e um losango, com centro circular em preto, assentes nos mesmos fundos do distintivo anterior.

3. Classe dos Inspectores da Polícia (Oficiais Subalternos)

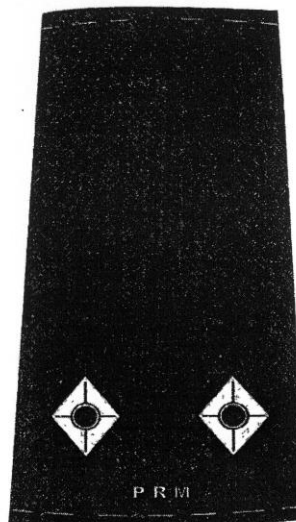
a) Inspector Principal da Polícia



Inspector Principal da Polícia

O distintivo, tem como elementos principais, em cor prateada, três losangos com centro circular em preto, assentes nos mesmos fundos do distintivo anterior.

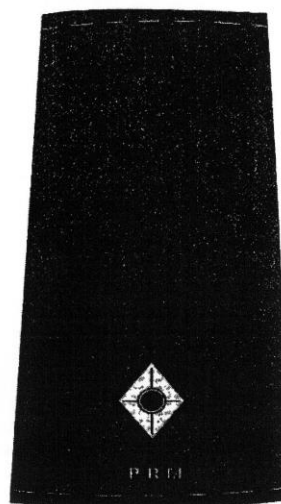
b) Inspector da Polícia



Inspector da Polícia

O distintivo, tem como elementos principais, em cor prateada, dois losangos com centro circular em preto, assentes nos mesmos fundos do distintivo anterior.

c) Subinspector da Polícia



Subinspector da Polícia

O distintivo, tem como elemento principal, em cor prateada, um losango com centro circular em preto, assentes nos mesmos fundos do distintivo anterior.

4. Classe de Sargentos da Polícia
a) Sargento Principal da Polícia



Sargento Principal da Polícia

O distintivo, contém como elementos principais, três divisas em ângulo, com vértice para a parte inferior e um galão, em cor prateada, assentes em passadores do mesmo tecido do casaco do uniforme de cerimónia e do dólman do uniforme de serviço.

b) Sargento da Polícia



Sargento da Polícia

O distintivo contém como elementos principais, três divisas em ângulo, com vértice para a parte inferior em cor prateada, assentes em passadores com os mesmos fundos do distintivo anterior.

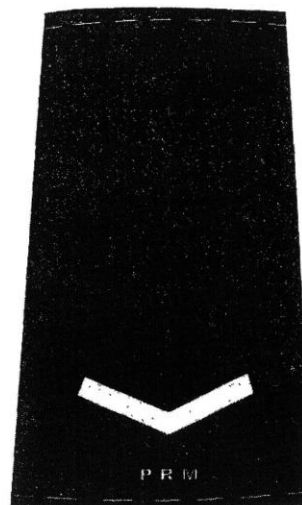
5. Classe dos Guardas da Polícia
a) 1.º Cabo da Polícia



Primeiro Cabo da Polícia

O distintivo tem como elementos principais, duas divisas em ângulo, com vértice para a parte inferior, em cor prateada, assentes em passadores do mesmo tecido do dólman do uniforme de serviço.

b) 2º Cabo da Polícia



Segundo Cabo da Polícia

O distintivo tem como elemento principal, uma divisa em ângulo, com vértice para a parte inferior, em cor prateada, assente em passadores do mesmo tecido do distintivo anterior

3. Guarda da Polícia



Guarda da Polícia

O distintivo tem apenas iniciais “PRM” assentes em passadores do mesmo tecido do distintivo anterior

Lei n.º 17/2013

de 12 de Agosto

Havendo necessidade de rever a Lei n.º 17/2007, de 18 de Julho, Regimento da Assembleia da República, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 179 da Constituição, a Assembleia da República determina:

Artigo 1. É aprovado o Regimento da Assembleia da República, em anexo, que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2. É revogada a Lei n.º 17/2007, de 18 de Julho.

Art. 3. A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 22 de Maio de 2013. — A Presidente da Assembleia da República, *Verónica Nataniel Macamo Dlhovo*.

Publique-se.

Promulgada em 28 de Junho de 2013. O Presidente da República, *ARMANDO EMÍLIO GUEBUZA*.

Regimento da Assembleia da República

A Assembleia da República é o órgão representativo dos moçambicanos que, no seu funcionamento observa os princípios de democracia, transparência e de igualdade.

Desde a sua criação em 1975 funcionou com base em regras que experimentaram profundas transformações.

Em 1992, com a assinatura do Acordo Geral de Paz e à luz da Constituição de 1990, consolidou-se a democracia multipartidária e melhorou-se o mecanismo de relacionamento dos órgãos de soberania e demais instituições.

A Assembleia da República multipartidária aprovou Regimentos, em 1995, 2001 e 2007, visando adequar o seu

A Assembleia da República acompanha a dinâmica do País, a necessidade de adequar o seu funcionamento à Constituição, consagra as boas práticas, atenta à sua modernização.

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

ARTIGO 1

(Objecto)

O Regimento da Assembleia da República tem por objecto definir e regular as competências da Assembleia da República, bem como o seu relacionamento com as demais instituições do Estado e outras pessoas jurídicas.

ARTIGO 2

(Definição)

1. A Assembleia da República é o órgão representativo de todos os cidadãos moçambicanos.

2. O Deputado representa todo o país e não apenas o círculo pelo qual é eleito.

ARTIGO 3

(Âmbito)

O Regimento da Assembleia da República, abreviadamente, designado por RAR, estabelece as normas de organização e funcionamento da Assembleia da República, bem como o seu relacionamento com os demais órgãos e instituições do Estado e outras pessoas jurídicas.

ARTIGO 4

(Função)

1. A Assembleia da República é o mais alto órgão legislativo na República de Moçambique.

2. A Assembleia da República determina as normas que regem o funcionamento do Estado e a vida económica e social através de leis, resoluções, moções e deliberações de carácter genérico.

ARTIGO 5

(Sede da Assembleia da República)

1. A Assembleia da República tem a sua sede na capital da República de Moçambique.

2. As instalações da Assembleia da República são invioláveis.

ARTIGO 6

(Legislatura)

1. A legislatura tem a duração de cinco anos e inicia com a sessão da investidura dos deputados da Assembleia da República, nos termos do artigo 185 da Constituição e termina com a investidura de novos deputados eleitos.

2. A sessão para a investidura dos Deputados da Assembleia da República tem lugar até vinte dias após a validação e proclamação dos resultados eleitorais.

ARTIGO 7

(Convocação e presidência da sessão para a investidura dos Deputados)

1. A sessão, para investidura dos Deputados é convocada e presidida pelo Chefe do Estado, nos termos da Constituição.

2. Depois de aberta a sessão, o Presidente do Conselho Constitucional procede à leitura da acta que valida e proclama